

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

-----Mandato 2013-2017-----

----- **TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA DEZASSEIS DE JUNHO DE DOIS MIL E QUINZE.** -----

----- **ATA NÚMERO SETENTA E TRÊS** -----

----- Aos dezasseis dias do mês de junho de dois mil e quinze, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo sétimo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sexto do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, Av. de Roma nº 14 L – Lisboa, em sessão ordinária, primeira reunião, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão e pela Excelentíssima Senhora Rosa Maria Carvalho da Silva, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária, em exercício. -----

----- (A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra, Segunda Secretária da Mesa da Assembleia, foi substituída nessas funções pela Senhora Deputada Municipal Rosa Carvalho da Silva) -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, André Moz Caldas, André Nunes de Almeida Couto, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Cristina Maria da Fonseca Santos Bacelar Begonha, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Deolinda Carvalho Machado, Diogo Feijó Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando José da Silva e Nunes da Silva, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, Isabel Cristina Rua Pires, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, Joaquim Maria Fernandes Marques, John Law Rosas da Costa Jones Roque Baker, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Roque Alexandre, José Manuel Rodrigues Moreno, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Elisa Madureira de Carvalho, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa de Aguiar Aldim, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves,

Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sandra da Graça Lourenço Paulo, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Igor Boal Roçadas, Sandra Cristina Andrade, Marina de Jesus Penedo Figueiredo, Romão da Conceição Batuca Lavadinho, Ana Paula da Silva Viseu, Susana Maria da Costa Guimarães, Margarida de Morais, António José do Amaral Ferreira de Lemos, Patricia Caetano Barata, Luís Graça Gonçalves, Nelson Antunes e Rui Jorge Gama Cordeiro. --

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Sérgio Sousa Lopes Freire Azevedo.-----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- João Luís Valente Pires (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira.-----

----- Hugo Alberto Cordeiro Lobo (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Igor Boal Roçadas.-----

----- Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Ana Paula da Silva Viseu.-----

----- Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães.-----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Ajuda, por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Marina de Jesus Penedo Figueiredo.-----

----- Davide Miguel Santos Amado (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Margarida Morais.-----

----- Carlos de Apoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes.-----

----- Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Rui Jorge Gama Cordeiro.-----

----- Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Patrícia de Oliveira Caetano Barata.-----

----- Margarida Maria da Silva de Almeida Saavedra (PSD), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Luís da Graça Gonçalves.-----

----- Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Romão da Conceição Batuca Lavadinho.-----

----- Mariana Rodrigues Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Sandra Cristina Andrade.-----

----- João Diogo Santos Moura (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António José do Amaral Ferreira de Lemos.-----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores: Fernando Medina, Graça Fonseca, Manuel Salgado, Jorge Máximo, Carlos Castro, Catarina Vaz Pinto, João Afonso e Paula Marques.-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: António Prôa, João Gonçalves Pereira, Carlos Moura, Paulo Quaresma.-----

----- Às quinze horas e trinta minutos, constatada a existência de quórum, a **Senhora Presidente** declarou aberta a reunião.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Meus Senhores, pedia que assumissem os vossos lugares, temos quórum, e estamos um pouco atrasados. Estivemos aqui a fazer um acerto de posições sobre matéria que aqui está hoje para nossa apreciação e, portanto, sem mais delongas, queria dar dois avisos e depois, passaríamos a palavra ao público inscrito. Temos duas pessoas inscritas. E os avisos são os seguintes:-----

----- De hoje a uma semana, vamos aqui apreciar duas petições que já estão prontas para serem apreciadas, é uma petição sobre os Terrenos Maria Droste, e uma petição sobre umas obras a realizar nos lotes 5, 6, 1, em Marvila, um lote municipal, edifício municipal. E vamos apreciar estas questões de hoje a uma semana, com intervenção dos peticionários.-----

----- A seguir, por volta das dezasseis horas, e peço a vossa atenção para isto, por volta das dezasseis horas, de hoje a oito dias, vamos realizar a última e quarta sessão do Debate Temático sobre as Migrações. A experiência mostrou que a realização dessas sessões, às dezoito horas e trinta minutos, tem tido pouca assistência, quer do público, quer dos próprios deputados e, portanto, vamos passá-la para as dezasseis horas. Portanto, às dezasseis horas daqui a oito dias, teremos a última sessão do Debate Temático sobre as Migrações e no final dessa sessão ainda teremos algumas propostas agendadas. Portanto, é para terem isto em consideração nas vossas agendas e foi o que foi consensualizado na Conferência de Representantes.-----

----- No dia trinta, teremos a continuação da sessão ordinária com as matérias que houver.-----

----- Relativamente à ordem de trabalhos de hoje, o último ponto que é a Revisão do Plano e Orçamento, ainda não pode ser apreciado hoje, porque não temos, ainda, o parecer da Comissão. Aliás, eu pu-lo aqui para ficar já agendado mas, não será apreciado hoje.-----

----- Dizer-vos, também, que teremos quarta-feira, dia vinte e quatro, vamos prosseguir as nossas conferências de fim de tarde, dezasseis horas, com pessoas jubiladas, enfim, dos seus lugares, neste caso em concreto vai ser o Senhor Arquitecto Silva Dias que é nosso ex. colega, foi Deputado durante muitos anos, e o tema da conferência é “Conta-me Como Foi Sonhar os Olivais”. Penso que é um tema que interessa a muita gente, é uma experiência pessoal direta porque ele foi dos principais responsáveis do todo o planeamento de toda a zona dos olivais, pelo que pedi para não marcarem comissões para quarta-feira, dia vinte e quatro, às dezoito horas, para podermos assistir à Conferência.-----

----- Posto isto, vamos então, dar a palavra às pessoas inscritas. -----

----- Temos duas pessoas inscritas. -----

----- O nosso Regimento diz que quando uma pessoa se inscreve, depois só pode voltar a inscrever-se daí a seis meses. Já houve concordância no grupo de trabalho para alterar e evitar de haver este impedimento da pessoa voltar a falar. De qualquer maneira, ainda não aprovamos a nova versão. Mas eu penso que os Senhores Deputados não se oporão que a Senhora diga aquilo que tem a dizer uma vez que há tempo, e tendo consciência que esta é uma norma do Regimento que está em vias de ser alterada. -----

----- Alguém se objeta a isto? Não havendo objeções, é isso que iremos fazer. Deverá ficar registado, em ata, que efetivamente, que a Senhora usou da palavra apesar da norma regimental, mas não houve nenhuma objeção de nenhum Senhor Deputado a essa circunstância.” -----

----- Seguidamente, a **Senhora Presidente**, nos termos regimentais, abriu o período destinado à intervenção do público. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **A Senhora Licínia dos Santos Dias**, residente na Avenida da Republica, 98, 4º Direito, Lisboa, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todos. -----

----- *Permita-me um aparte, que fico chocada com o facto de estas reuniões nunca começarem à hora marcada. Acho que é uma falta de respeito dos senhores, uns com os outros, e sobretudo é uma grande falta de respeito com os munícipes, com as pessoas que vocês representam.” -----*

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, interrompeu e referiu o seguinte:-----

----- “Eu peço desculpa de a interromper, mas efetivamente, já tínhamos quórum à bastante tempo. Eu é que tive necessidade de alguns minutos para negociar uma deliberação sobre, precisamente, essa matéria que vai falar, hoje. Portanto, uma proposta que foi apresentada ontem, tivemos aqui a fazer negociações entre vários grupos e, portanto, a razão do atraso é essa, e é em benefício dos munícipes, e não em prejuízo dos munícipes.”-----

----- **A Senhora Licínia dos Santos Dias**, continuou: -----

----- “Pois, mas não é a primeira vez que eu venho assistir à Assembleia Municipal e tem acontecido, sistematicamente, a mesma coisa. -----

----- *Bem, mas a questão que me trás cá que é a venda dos terrenos da antiga Feira Popular. Segundo a Comunicação Social, e o próprio site da Câmara Municipal de Lisboa, a venda dos terrenos está prevista ser feita em hasta pública, no quarto trimestre deste ano. São cento e quarenta mil metros quadrados, de área disponível para construção de tudo e mais “umas botas”, isto é, habitação, serviço, retalho, hotelaria, é o que consta no site da Câmara Municipal de Lisboa. -----*

----- *Detalhes do projeto são a revelar nos próximos meses. Mas nos próximos meses, quando? Na véspera da hasta pública? No mês de agosto? Os cidadãos, têm, ou não, uma palavra a dizer sobre isto? É que a mim, parece-me, se calhar estou errada, que*

frequentemente, a Câmara Municipal de Lisboa se comporta como proprietária da cidade. Ora, a Câmara Municipal de Lisboa tem um mandato para administrar a cidade. Os proprietários da cidade são os cidadãos que aqui vivem e trabalham. -----  
----- *Muito obrigada e muito boa tarde.* -----  
----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----  
----- *Muito obrigada.* -----  
----- Tenho aqui informações que podem ser uteis para o assunto que nos trouxe. -----  
----- Em primeiro lugar lembrar que não poderá haver nenhuma alienação de terrenos de montante superior a quinhentos e cinco mil euros, sem uma deliberação da Assembleia Municipal, portanto, mesmo que a Câmara aprove terá que se submeter à Assembleia Municipal.-----  
----- É do conhecimento dos Senhores Deputados que a Câmara tem intenção de apresentar essa proposta que, ainda, não apresentou. É do conhecimento dos Senhores Deputados que estes terrenos estão na lista dos terrenos que deveriam ser alienados em 2015, uma vez que foram publicados no plano e orçamento de 2015, que foi aprovado por esta Assembleia, e portanto, a primeira resposta disse desde já, os cidadãos, naturalmente, terão conhecimento da proposta quando a Assembleia também tiver, ou seja, logo que a Câmara a aprovar. -----  
----- Quanto à possibilidade de os cidadãos se pronunciarem sobre ela, naturalmente, também temos uma ideia sobre isso, agora no decurso dos trabalhos também iremos discutir esse ponto e temos uma proposta muito concreta sobre isso, mas, no decurso dos trabalhos desta reunião, isso será discutido. -----  
----- *Muito obrigada. E vamos ouvir a Senhora D. Rosa Brandão.*-----  
----- **A Senhora Rosa Brandão** residente na Rua Nicolau Tolentino, nº 4, r/c, 2790-392 Queijas, fez a seguinte intervenção: -----  
----- *Muito boa tarde.* -----  
----- *Cansei-me de ser maltratada pelos responsáveis da Câmara Municipal de Lisboa.* -----  
----- *Senhor Presidente Fernando Medina, estou aqui mais uma vez porque não obtive qualquer resposta da vossa parte ao cumprimento das obrigações que tem a Câmara Municipal de Lisboa para comigo, em relação às obras na envolvente do número cento e vinte e nove, da Rua de Pedrouços, 1400 Lisboa.* -----  
----- *Passados seis anos, estive aqui no dia dois do corrente, e os responsáveis da Câmara Municipal de Lisboa mantêm a mesma postura, não responder e pressionar psicologicamente para eu desistir. Pois bem, não desisto e volto a repetir o Vereador Sá Fernandes não cumpriu, até à data, com a sua palavra dada a sete de novembro de 2012, começar as obras em 2013, e quem não cumpre é pessoa sem palavra.* -----  
----- *Peço-vos, não brinquem mais comigo.* -----  
----- *Vereador Sá Fernandes, Sá Machado, Manuel Salgado, Duarte Cordeiro, e hoje, como Presidente Fernando Medina, não ficando de fora António Costa, Ex-presidente da Câmara Municipal de Lisboa e que também tem muitas culpas nisto.* -----  
----- *Quero lembrar-vos mais uma vez que estou no meu limite, tudo porque estou a passar doença e miséria financeira. É da vossa responsabilidade.* -----

----- Também a dificuldade na venda do imóvel também é da vossa responsabilidade, pois quem vê a envolvente desiste logo da compra. -----

----- O lixo continua lá embora os vários pedidos para limpeza. -----

----- Presidente Fernando Medina, como disse na sua tomada de posse os compromissos são para ser cumpridos pois o não cumprimento trás consequências. Parece ter sido dito da boca para fora, pois a vossa falta de cumprimento já esta a trazer consequências. -----

----- Mais uma vez repito, estou no meu limite. -----

----- Quando eu não puder estar cá, estarão os meus filhos. Espero que não venha a acontecer para bem de todos.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Rosa Brandão. -----

----- Efetivamente, a Mesa já tem conhecimento deste caso, e já enviou à Câmara a sua intervenção anterior para ter uma resposta. Não recebemos ainda uma resposta da Câmara, mas vamos voltar a insistir. -----

----- Estas sessões, como a Senhora Rosa sabe, dirigem-se à Assembleia Municipal. Aqui o nosso papel é, depois, pressionar a Câmara e é o que faremos. Enquanto há vida, há esperança é o que faremos, e iremos continuar a insistir. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- Vamos passar ao Período de Antes da Ordem do Dia.” -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Mesa gostaria, em primeiro lugar, dar conhecimento do expediente, e peço ao Senhor 1º Secretário que faça uma leitura muito resumida do expediente que recebemos, e depois, há uma carta do Senhor Vereador Manuel Salgado para mim sobre matéria que discutimos na última sessão e que vos reservo depois para ler.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário** no uso da palavra, fez um resumo do expediente: -----

----- “Senhores Deputados Municipais, vou fazer uma leitura rápida do expediente. -----

----- Da Assembleia da República, iniciativas do Grupo Parlamentar do PCP: -----

----- 1 – Pergunta ao Governo sobre obras urgentes na Escola de Música do Conservatório Nacional. -----

----- 2 – Projeto de Lei que procede à segunda alteração à Lei, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais e à que estabelece o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, (Lei nº 73/2013, de 3 de setembro e Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, respetivamente). -----

----- 3 – Projeto de resolução sobre a regulação dos horários de funcionamento das unidades de comércio e distribuição. -----

----- **Deliberação das Autarquias:** -----

----- Assembleia Municipal de Odivelas: -----

----- 4 – *E-mail* relativo às Conclusões da Conferência subordinada ao tema “Orçamentos Participativos em Contexto Metropolitano: Experiências e Desafios” e Proposta de a Recomendação à Câmara Municipal de Odivelas; -----

- 5 – Moção aprovada sobre o tema “Subconcessão da exploração das empresas de transportes coletivos Carris e Metropolitano de Lisboa”.-----  
 ----- Assembleia Municipal de Sesimbra:-----  
 ----- 6 – Recomendação “8 de Março Dia Internacional da Mulher”, aprovada por unanimidade;-----  
 ----- 7 – Editais nºs 40/2015 e 60/2015, referentes às deliberações ocorridas nas sessões Ordinárias de 17 abril e 4 de junho do corrente ano.-----  
 ----- Assembleia Municipal de Almada:-----  
 ----- 8 – Moção/Deliberação aprovada na reunião plenária em 27/04/2015, sobre a importância de uma política verdadeiramente nacional para o sector da água.-----  
 ----- Assembleia Municipal de Loures:-----  
 ----- 9 – Moção apresentada pelo representante do PCTP-MRPP e aprovada, “contra a privatização dos transportes públicos e por uma nova estratégia na política de transportes na região de Lisboa”.-----  
 ----- Assembleia Municipal da Amadora:-----  
 ----- 10 – Moção aprovada “Em defesa dos Transportes Públicos, Mudar de Política, Combater a Privatização da Carris, do Metro, da Transtejo e da Soflusa”.-----  
 ----- Assembleia Municipal do Montijo:-----  
 ----- 11 – Saudação “25 Abril” aprovada em Sessão Ordinária.-----  
 ----- Assembleia de Freguesia de Benfica:-----  
 ----- 12 – Moções aprovadas na sessão de 22 de Abril, do corrente ano relativa a Comemoração dos 41 anos do 25 de abril de 1974 e 1º de maio Dia do Trabalhador; sobre a “reorganização Administrativa, pela execução do Orçamento participativo e sobre a Mobilidade para todos em Benfica.-----  
 ----- Assembleia de Freguesia das Avenidas Novas:-----  
 ----- 13 – Recomendação aprovada sobre “EMEL no Bairro de Santos/Rego”.-----  
 ----- Assembleia de Freguesia do Lumiar:-----  
 ----- 14 – 5 Moções sobre: “Ecopontos”; “Estacionamento...”;”Higiene Urbano”;”Inundações” e “Pavimentação...” e duas Recomendações relativas a “Dejetos Caninos” e Instalações da UTIL”, aprovadas na sessão de 17 de Dezembro de 2014. ---  
 ----- Assembleia de Freguesia da Falagueira – Venda Nova – Amadora:-----  
 ----- 15 – Moção aprovada “Em defesa dos Transportes Públicos, Mudar de Política, Combater a Privatização da Carris, do Metro, da Transtejo e da Soflusa”.-----  
 ----- Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica:-----  
 ----- 16 – Moção aprovada sobre o “Reconhecimento Público do Contributo Desportivo, Social e Cultural do Sport Lisboa e Benfica”.-----  
 ----- Junta de Freguesia de Alcântara:-----  
 ----- 17 – Proposta de alteração de Topónimo de Piscina Municipal do Alvito, para Piscina Municipal Rosa Lopes.-----  
 ----- Junta de Freguesia de Benfica:-----  
 ----- 18 – Ofício dirigido ao Presidente da CML em 12 de Abril, do corrente ano, relativo à “Mobilidade para todos em Benfica”.-----  
 ----- Associação Nacional dos Municípios Portugueses:-----

- 19 – Resolução do XXII Congresso da ANMP, realizado em Grândola nos dias 27 e 28 de março de 2015.-----
- Área Metropolitana de Lisboa:-----
- 20 – Tomada de posição sobre o Regime Jurídico do serviço público de transportes de Passageiros.-----
- 21 – Informação para elaboração do Pacto/ITI.-----
- Comissão Executiva Metropolitana de Lisboa:-----
- 22 – Atas n.ºs 7, 9 e 11, de 10 de Março, 7 de Abril e 6 de Maio.-----
- Conselho Metropolitano de Lisboa:-----
- 23 – Editais n.ºs 21, 23, 24 e 25 de 16 de Abril do corrente ano.-----
- 24 – Resolução sobre sistemas multimunicipais e EGF.-----
- Associações:-----
- Fórum Cidadania Lx:-----
- 25 – Protesto enviado ao Vereador Manuel Salgado, pela demolição em curso no palacete/moradia de 1910, sito na Rua Gomes Freire na Freguesia de Arroios.-----
- 26 – Protesto/desilusão enviado ao Presidente Fernando Medina e aos Vereadores Manuel Salgado e Catarina Vaz Pinto, pela demolição da Barbearia Campos, no Largo do Chiado.-----
- 27 – Felicitaram a DGPC pela abertura de novo processo de classificação ao edifício na Praça de Saldanha e na Avenida da República.-----
- 28 – Alertaram o Presidente Fernando Medina, os Vereadores Manuel Salgado e Catarina Vaz Pinto e o Presidente de Junta da Freguesia Santa Maria Maior, Miguel Coelho, para o que consideram ser um erro estratégico a venda do prédio municipal sito na Rua de São Lázaro, n.º86.-----
- 29 – Solicitaram a DGPC informações sobre a publicidade existente num estabelecimento comercial sito na Rua Augusta/Rua de São Nicolau.-----
- 30 – Envio votos de sucessos à Pastelaria Mexicana/Carcassonne, lembrando que é um monumento de interesse público desde 2014 e fazem votos que seja reposto o projeto original da mesma.-----
- 31 – Manifesto de desagrado, Projeto de requalificação e relatório técnico sobre a poda e abate de árvores na Av.ª Guerra Junqueiro e Praça de Londres.-----
- 32 – Comunicação da Plataforma 24E, pela reativação do elétrico n.º 24.-----
- Associação Cultural Coração em Malaca:-----
- 33 – Envio cópia de carta enviada ao Presidente Fernando Medina, sobre o “Acordo de Geminação entre as Cidades de Lisboa e Malaca”.-----
- ACA-M e Federação Portuguesa de Ciclismo:-----
- 34 – Subscrição de carta Aberta sobre nomeação de Jean Todt como enviado especial das Nações Unidas para a Segurança Rodoviária.-----
- Plataforma de defesa das Árvores:-----
- 35 – Divulgação às juntas de freguesias sobre operações de podas radicais e abate de árvores na cidade.-----
- Associação Portuguesa Arte Outsider:-----



----- 36 – Envio de Proposta de desenvolvimento e alargamento do Museu Miguel Bombarda de Arte e Ciência para o Edifício Principal. -----

----- GESFIMO: -----

----- 37 – Apresentou carta relativamente aos empreendimentos que o FIMES ORIENTE está a desenvolver, aos quais submeteu à aprovação da CML os respetivos projetos e os pedidos de informação prévia de loteamento. -----

----- Município: -----

----- 38 – Apresentou carta referente à existência de um problema com a EMEL. -----

----- Disse.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- Como vêm a lista é extensa, recebemos muita informação, quer de outras Assembleias Municipais, quer de Assembleias de Freguesia e também, de associações. É para vosso conhecimento, e se algum dos Senhores Deputados quiser consultar algum documento o dossier do expediente está disponível para o efeito. -----

----- Cabe-me informar que recebemos uma carta do Senhor Vereador Manuel Salgado, relacionado com a proposta nº 286/2015, que nós apreciamos aqui, a semana passada, e como se recordarão tratava-se da alienação de oito parcelas das quais duas acabaram por ser retiradas da proposta porque foram suscitadas dúvidas em plenário que, no momento, o Senhor Vereador não tinha elementos para responder, e vem agora responder e eu passarei a ler rapidamente, e depois distribuirei por todos os Senhores Deputados e colocarei no *site*: -----

----- “1. As duas parcelas de terreno sitas na Rua Gonçalo Velho Cabral no Restelo, identificadas com os números 7 e 8 do anexo I da proposta, resultam de uma única parcela de terreno, propriedade da EPUL, transmitida nos termos da Lei para o Município por força do encerramento do processo de liquidação daquela empresa; -----

----- 2. A EPUL havia realizado avaliações de mercado para o terreno em causa, em 2012, realidade que a Senhora Deputada Margarida Saavedra conhece em razão das suas funções na Comissão Liquidatária da empresa, aí se considerando que o terreno tinha uma área de 14800 m<sup>2</sup>, e uma edificabilidade de 22200 m<sup>2</sup>, com o uso de equipamento daqui resultando o uso de fixação do valor de mercado de 7,983 milhões de euros. Tal avaliação padece de grosseiro erro, em parte por deficiente avaliação das condições urbanísticas por força do PDM entretanto, entrado em vigor. Noutra parte, porque considera uma área de terreno superior ao efetivamente, existente como se confirmou com medição efetuada para o efeito, pelos serviços municipais. O terreno em causa não tem 14800 m<sup>2</sup>, mas sim 12157,07 m<sup>2</sup>, esta foi uma das questões levantadas, qual era exatamente a área, sendo certo que nunca poderiam ser ali construídos os 22200 m<sup>2</sup> para equipamento e muito menos a crescer 20% para uso habitacional. -----

----- Antes de colocar tal ativo em alienação, o município procedeu a uma reavaliação das condições, tendo optado por fazer um destaque, criando duas parcelas, reservando a Parcela A para uso de equipamento com área de 8296 m<sup>2</sup>, a desanexar, e a segunda Parcela, B, para uso habitacional com área de 3378 m<sup>2</sup>, e é a soma destes dois que perfaz os 12157,07 m<sup>2</sup>, que já falámos. Para a Parcela A considerou-se uma

edificabilidade máxima de 5000 m2, não porque nos termos do PDM existe uma limitação para uso de equipamento, mas porque os serviços competentes entenderam ser esse o valor admissível face às condições do terreno e às características da envolvente. Para a Parcela B considerou-se uma edificabilidade máxima de 3378 m2 para habitação, portanto.-----

----- As avaliações de mercado solicitadas a empresas exteriores devidamente certificadas, levaram em conta estes pressupostos urbanísticos, tendo apontado para um valor base de licitação em hasta de um milhão e oitocentos mil e dois milhões e cem mil, relativamente para a Parcela A e B. De referir que o valor por metro quadrado é superior ao que estava consagrado na avaliação solicitada pela EPUL, dado que aí se tinha fixado duzentos e noventa e nove euros por metro quadrado, enquanto agora temos trezentos e sessenta euros por metro quadrado para equipamento, e seiscientos e cinquenta euros por metro quadrado para habitação. As áreas são é menores e, portanto, os valores resultam daí.-----

----- Haverá, ainda, a referir que se tratando de uma desanexação efetuar o registo predial a favor da EPUL, não reflete as áreas dos novos prédios a criar, aliás, tal registo ainda apresenta uma área total de oito 88175 m2, e não doze mil, porque contrariamente ao que foi exigível não foram consideradas as sucessivas desanexações feitas ao longo do tempo.-----

----- Portanto, com esses esclarecimentos, informa a Câmara que reitera a disposição de na próxima oportunidade voltar a incluir estas duas parcelas de terreno em proposta para submeter à Câmara e à Assembleia pela sua alienação em hasta pública. Portanto, quando cá vierem logo apreciaremos, mas fica já dado este esclarecimento.-----

----- Agora sim, podemos entrar no ponto seguinte da Ordem de trabalhos e que é a aprovação das atas.-----

----- Temos um conjunto grande de atas para aprovar; **Atas n.53, 54, 55, 56, 59 e 65**. Pergunto se alguém tem alguma coisa a acrescentar sobre as atas? Senhor Deputado John Baker, faça favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal John Baker (MPT)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Gostaria de pedir a votação da ata nº 65 em separado, por favor.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, respondeu:-----

----- “Com certeza.-----

----- Presumo que nas outras não estive cá, e na 65 já estive presente, deve ser essa a razão, com certeza. Quando as pessoas não estão numa reunião não têm como aprovar a respetiva ata, porque não estiveram cá a assistir.-----

----- Vamos então à votação das **Atas n.53, 54, 55, 56 e 59**. Não há votos contra, abstenção do Senhor Deputado Municipal John Baker, votos favoráveis dos restantes Deputados. As **Atas n.53, 54, 55, 56 e 59** foram **aprovadas por maioria**. A Mesa recorda que o Deputado John Baker assumiu funções já depois destas datas.-----

----- Vamos, agora, pôr à votação a **Ata nº 65**. Não há votos contra nem abstenções, a **Ata nº 65** está **aprovada por unanimidade**.-----

----- Estão aprovadas as atas e, agora, sim entramos nas intervenções dos grupos municipais e Deputados Independentes para apresentação de moções e recomendações. A Mesa chama a atenção que foi apresentado um voto que a Mesa não admitiu porque foi apresentado fora de prazo. Depois, irei perguntar ao Grupo Municipal do PS o que é que pretende fazer. Era um Voto de Saudação do Senhor Deputado Manuel Lage. De qualquer maneira, eu dei conhecimento dele aos Grupos Municipais, mas não o aceitei uma vez que ele já entrou depois do prazo regimental. --

----- Vamos, então, dar a palavra aos inscritos.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Nós apresentamos hoje, uma Recomendação “Por Uma Habitação Social Digna”. A generalidade dos bairros municipais encontram-se degradados por falta de manutenção e reparação, quer das habitações e espaços comuns dos edifícios, quer do espaço público e zonas verdes. E fazemos nesta recomendação, o levantamento concreto de vários aspetos em falta. Falta também, equipamentos sociais e propomos à Câmara Municipal que efetue um levantamento dos problemas concretos dos bairros municipais, a calendarização das ações com vista à sua resolução, com a respetiva definição de prioridades e dê conhecimento de ambos, em tempo útil, à Assembleia Municipal.-----

----- Queríamos também, referir que a Recomendação Nº 6/73, do CDS-PP, que está no nosso entendimento, baseada em pressupostos errados. Sobre as questões da limpeza, os trabalhadores têm uma folga por semana, de domingo para segunda-feira, a recolha de lixo indiferenciada é feita todas as noites, exceto no dia de folga, nunca a cidade está cinco dias sem recolha de lixo, a não ser, obviamente, no uso do direito de greve, o plano anual é negociado entre a Câmara e os sindicatos, e esta recomendação atropela, ou passa à margem, do que está contratualizado. A recolha seletiva é que é feita, essa sim, duas ou três vezes por semana, conforme as situações concretas. Assim, votaremos contra essa recomendação do CDS-PP. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Alves (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Partido Socialista em relação às muitas moções em análise, vai tomar posição em relação a elas, mas antes, e tendo em conta que esta é a primeira Assembleia que se realiza depois do ponto alto das Festas da Cidade, não podíamos deixar de saudar a EGEAC, todas as marchas que participaram no desfile, todos aqueles que nas freguesias do município contribuíram para o sucesso da véspera e do Dia de Santo António, e obviamente, e em particular, saudar a Marcha do Alto do Pina pela vitória alcançada e saudar também a Junta de Freguesia da Penha de França pelo Apoio prestado, tradicionalmente enquadrada nas Festas da Cidade e, obviamente, também não poderia deixar de saudar a Marcha do Lumiar, entenderão, enfim, a entorse protocolar, mas tinha de ser. -----

----- Gostaríamos de dar nota relativamente a alguns dos aspetos que são aqui discutidos porque algumas moções ainda que merecem o apoio e o acolhimento do

Partido Socialista no que respeita às opções de fundo, não podem ser acompanhadas integralmente, e por isso temos que dar prestação de contas porque é que não podemos acompanhá-las integralmente. Nomeadamente, a moção que vai ser apresentada pelo BE daqui a instantes, relativa à “Privatização da TAP”. Efetivamente, não há dúvidas que o Partido Socialista não acompanha de modo algum este processo de privatização da TAP, mas efetivamente, pela forma como os considerandos estão expostos, também tem sido clara e pública a posição do PS nesta matéria, não subscrevemos, por isso, a opção de 100% de controlo público, obviamente, optariamos por uma solução que mantivesse o controlo do Estado sobre a empresa permitindo a alienação de algum capital. Razão esta, a única, pela qual não podemos acompanhar o texto. Tentou-se chegar a uma forma de consenso que acautelasse o voto favorável, mas não tendo sido possível, obviamente, com esta redação não acompanhamos, mas o espírito seja claro, opomo-nos a este modelo de privatização da TAP. Entendemos que o controlo público se deveria manter, ainda que, por outro caminho.-----

----- Também, e no que respeita à matéria relativa a uma outra moção também apresentada pelo BE, relativa ao “Elétrico 24”, queríamos deixar claro que, acompanhamos as preocupações aqui expressas, e a forma como não conseguimos vislumbrar uma opção estrategicamente adequada por parte da CARRIS, na forma como reativa a linha, e na forma como tem procedido, mas também nos parece que alguns dos considerandos apresentados, e por isso formulamos esta mesma Declaração de Voto, não nos parece inteiramente acertados no que diz respeito à posição do Município relativamente a esta matéria. Efetivamente, a Câmara tudo tem feito através de ações judiciais, para conformar a atuação da CARRIS no que diz respeito ao melhor interesse da cidade., E por isso mesmo, o caminho que se tem vindo a fazer em termos de política de transportes, é assegurar que eventos como este não podem voltar a suceder e que, efetivamente, quem gere a cidade tem de ser responsável pela gestão dos transportes. -----

----- Depois, há uma série de resoluções apresentadas que, enfim, acaba por ser um hábito nestas tomadas de posição sobre as moções apresentadas em que explicamos e reiteramos e acompanhamos o sentido proposto mas muitas vezes elas acabam por ser uma replicação daquilo que já está prestes a acontecer. Encontramos isso em relação à EB1 Leão de Arroios em que já está tudo pronto para arrancar com a obra. Obviamente, acompanharemos a resolução mas ela recomenda algo que já está em curso e que já está preparado precisamente, porque o ano letivo está a terminar e é a altura certa para começar as obras, única razão pela qual ela ainda não ocorreu. -----

----- No que respeita, por exemplo, à proposta que é apresentada em sede de habitação social, pelo Partido Comunista, obviamente, também, as considerações que aqui surgem estão formuladas de tal ordem genérica que é impossível não acompanhá-las mas é trabalho que já está a ser realizado e, obviamente, também esta forma como retomamos sempre estas temáticas na Assembleia Municipal, quando elas já estão em marcha, verdadeiramente, não traduzem o conteúdo resolutivo, também nos devem levar a refletir quando agora reelaborarmos e revirmos o Regimento e a função que as

moções e recomendações devem promover. Moção pressupõe movimento, e movimento deve pressupor inovação e não estarmos aqui a “chover no molhado”. Em relação então a matérias que há consenso, não digo que é uma perda de tempo, porque sendo um Órgão Deliberativo nunca se perde tempo em discutir democraticamente as matérias, mas há aqui uma replicação e duplicação de conteúdos que era escusado e poderíamos concentrar naquelas temáticas que nos devem mobilizar, como por exemplo, também uma outra, que nos é aqui trazida pelo CDS-PP, relativamente à recolha de lixo em relação à qual, mais uma vez, há uma petição, há um acordo de princípio quanto à preocupação e quanto ao acompanhamento que estas matérias devem ter, mas também há um trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela Câmara Municipal e que tem por objetivo dar resposta a estas dificuldades e às dores de crescimento que a Reforma Administrativa tem procurado, e não vão, necessariamente, neste caminho que é proposto, ou seja, mais uma vez não discordamos da opção e da atenção que é chamada ao problema, e de facto há situações em que a melhoria da qualidade da recolha do lixo deve ter lugar, mas efetivamente, não concordamos inteiramente com a forma que é proposta porque o caminho que tem vindo a ser construído vai noutra direção que nos parece, na nossa perspetiva, ser mais eficaz e ser capaz de dar mais respostas qualificadas. -----

----- Por outro lado, e em relação a uma recomendação que vai ser apresentada pelo PEV, em breve, quanto à “Requalificação do Bairro das Murtas, em Alvalade”, mais uma vez deparamo-nos com uma realidade que já está em marcha, já está em curso e já está em curso em moldes que não são exatamente aqueles que aqui surgem e não nos ser possível acompanhar integralmente, o texto desta resolução. Obviamente, é relevante fazer uma apreciação dos espaços expectantes da cidade até à concretização de soluções urbanísticas definitivas, mas o que é certo, também, é que muitas delas já estão em marcha, e o facto de intercedermos um procedimento que já está em curso será mais fator criador de ruído do que salvaguarda de uma solução do problema ou da requalificação que se pretende. -----

----- Finalmente, e para deixar claro, também, que não é nenhuma oposição de princípio, mas apenas um reconhecimento de quais são os poderes dos Órgãos Autárquicos, que nos leva a olhar para a recomendação apresentada pelo MPT quanto à “Salvaguarda da Loja da Fábrica de Santana”, apenas o ponto dois não pode por nós ser acompanhado na medida em que, efetivamente, não compete ao Município proceder a funções de mediador entre dois privados. Acompanhamos e preocupa-nos, de facto, o primeiro ponto que aparece refletido na recomendação, é de facto um património relevante que urge procurar preservar e manter naquele local, mas o Município tem poderes limitados e por isso não pode ir muito além daquelas que são as competências legais, e portanto, o ponto dois não poderá merecer o nosso apoio. ----

----- Quanto aos restantes, de facto, são várias as questões pertinentes, quer quanto à valorização da Área Metropolitana, quer quanto ao facto de estarmos na iminência de celebrar mais uma marcha de Orgulho LGBT na Cidade de Lisboa que também é um momento de mobilização enquadrado, recorde-se, nas Festas da Cidade, e é também, um momento em que recordamos porque é que a Cidade de Lisboa é marcada pela

diversidade em todas as suas vertentes, e portanto, também, os dois textos que aqui encontramos, quer quanto à Erradicação da Discriminação, quer aquele que se retoma à temática de introdução nos catálogos das Redes das Bibliotecas Municipais, é pertinente, relevante e merecerá, mais uma vez, o apoio do partido Socialista que também tem vindo a ser uma marca da Cidade de Lisboa e que tem até, ultrapassado mudanças do ciclo político da cidade. É uma matéria que se enraizou, esperemos que de forma definitiva, e não é nunca demais recordá-lo neste sede que é a casa da democracia da Cidade de Lisboa, e por isso, não só votaremos favoravelmente como saudamos a iniciativa e esperamos que ela se concretize. -----

----- Quanto aos demais casos, teremos ainda, a oportunidade de nos pronunciarmos sobre as resoluções aqui apresentadas. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal John Baker (MPT)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Antes de iniciar a minha intervenção, o Partido da Terra gostaria também, de saudar as Marchas Populares de Lisboa, em especial a Marcha do Alto do Pina pela sua vitória e também, não só os vencedores, mas também os restantes participantes, os organizadores, a EGEAC que fizeram de Lisboa uma cidade em festa. -----

----- No que diz respeito à intervenção propriamente dita, o Partido da Terra coloca à consideração deste Plenário dois documentos distintos. O primeiro consiste em recomendar à Câmara Municipal de Lisboa para que nas principais artérias da cidade, para que o fluxo de transeuntes e automobilistas é elevado, introduza os semáforos “*countdown*”. Este tipo de semáforos para além de contribuir para as boas causas ambientais, visto serem energeticamente eficientes, possuem também um instrumento regulador para a melhoria da mobilidade urbana e redução dos atropelamentos da cidade. No que concerne ao segundo documento, o Partido da Terra pretende manifestar as suas profundas preocupações com o destino que o património azulejado de Lisboa está a ser alvo. Desde há cinco séculos que o azulejo tem sido um elemento caracterizador da nossa cultura artística, tornando-se num ícone turístico muito apreciado. -----

----- A riqueza e singularidade do património azulejado são uma referência incontornável de Lisboa em especial a centenária loja da Fábrica de Santana, onde se efetua todo o processo de fabrico artesanal de azulejo, em Lisboa. Face ao exposto, o Partido da Terra recomenda à Câmara que preserve a loja supramencionada no âmbito do programa Lojas com História, de forma a que a mesma seja mantida no seu local de origem. -----

----- Para finalizar, iremos acompanhar a maioria dos documentos, dos quais destaco a moção nº 2/73, em Defesa do Elétrico 24, apresentada pelo BE. E a recomendação nº 7/73, contra a alienação dos terrenos da antiga Feira Popular, em Entrecampos, submetida pelo PEV. Estas duas deliberações vão ao encontro das recomendações pela inclusão e recuperação do tradicional elétrico como meio de transporte coletivo e pela devolução da Feira Popular aos lisboetas, apresentadas por nós nas sessões de vinte e cinco de novembro e nove de dezembro, de 2014.-----

----- Por fim, e dado o Partido da Terra ser um Partido Ecologista, salientar a recomendação, “Mais Recolha, Menos Lixo”, apresentada pelo CDS-PP, que vem complementar a nossa recomendação “Benefícios Diretos a Quem Recicla”, apresentada por nós no âmbito das Declarações Políticas, de vinte e seis de maio, e que iremos acompanhar favoravelmente. -----

----- Disse.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Luísa Aldim (CDS-PP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “O CDS-PP apresenta hoje, uma recomendação sobre a recolha seletiva de lixo indiferenciado através do sistema “Porta-a-Porta”. Este sistema é um modelo de recolha com o qual concordamos, primeiro porque incentiva a comportamentos amigo do ambiente, segundo porque representa uma forma de prestar um serviço com maior comodidade para o munícipe. -----

----- Apesar do modelo ser ótimo, a aplicação não está otimizada pelo que nos trás uma problemática. Atualmente, consideramos que a escala de recolha não se encontra adequada. A cidade é dividida em dois: Lisboa Ocidental e Lisboa Oriental. Lisboa Ocidental (Belém, Ajuda, Alcântara, Estrela, Campo de Ourique, Misericórdia, Santo António, Campolide, Benfica, Carnide, S. Domingos de Benfica e parte de Av. Novas e Lumiar) a recolha Porta a Porta para indiferenciados acontece semanalmente às 3<sup>as</sup>, 5<sup>a</sup> feiras e Sábados, as Embalagens são recolhidas às 2<sup>a</sup> e 6<sup>a</sup> feiras, e o papel às 4<sup>as</sup> feiras. Já em Lisboa Oriental (Santa Clara, Olivais, Parque das Nações, Marvila, Alvalade, Areeiro, Beato, Arroios, Penha de França, São Vicente e Santa Maria Maior e restante parte das Av. Novas e Lumiar,) a recolha Porta a Porta para indiferenciados acontece semanalmente às 2<sup>as</sup>, 4<sup>as</sup> e 6<sup>as</sup> feiras, as embalagens são recolhidas às 3<sup>as</sup> feiras e Sábados, sendo o papel às 5<sup>as</sup> feiras. Consideramos esta recolha insuficiente. --

----- Como sabemos, Lisboa atinge mais de trinta graus entre maio e setembro, e muitas das habitações não se encontram não só preparadas para suportar estas diferenças climáticas, neste âmbito importa saber as elevadas temperaturas, nem tão pouco dispõe das casas do lixo recomendadas pelo próprio sistema “Porta-a-Porta”, necessárias para que os seus habitantes possam sempre que necessário retirar o lixo das suas habitações. -----

----- O CDS-PP propõe que o Município de Lisboa se adapte e se torne mais amigo do ambiente, das famílias e mais amigo do munícipe. Recomendamos que seja criada mais uma escala semanal de recolha de lixo indiferenciado a concretizar apenas na época de maior calor e por isso, entre maio e setembro. Esta medida pretende evitar, ou minimizar, os comportamentos incorretos que a falta de recolha provoca. Consideramos, também, que esta medida trás mais dignidade à vivência do munícipe na sua habitação, evitando que os lisboetas tenham de guardar o lixo nas suas habitações e suportar por vários dias com o mau cheiro dos alimentos em decomposição acelerada provocado pelo calor excessivo. -----

----- Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Modesto Navarro, gostaria de esclarecê-lo que, neste caso, não está em causa a negociação com os sindicatos mas

sim o bem-estar dos lisboetas, pelo que acreditamos que sejam tomadas medidas que não retirem quaisquer direitos aos trabalhadores. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguela Santos (PAN)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “O PAN trás hoje, uma recomendação no sentido da Criação do Dia Municipal das Medicinas Naturais. -----

----- Tendo em consideração que a 15 de Julho de 2003, foi aprovado por unanimidade, no Parlamento Português, o "Enquadramento Base das Terapêuticas Não-Convencionais" sob a designação de Lei 45/2003: -----

----- a) As medicinas naturais servem uma enorme percentagem da população lisboeta. -----

----- b) Para além de uma enorme percentagem de utilizadores, Lisboa tem na saúde natural um sector empresarial extremamente dinâmico, que inclui lojas, restaurantes, escolas, empresas de produção e de distribuição, publicações e editoras e clínicas. -----

----- c) Desde há cerca de quatro décadas, Lisboa tem cantinas na universidade pública e em empresas e serviços públicos fornecendo alimentação natural, havendo também várias Juntas de Freguesia da cidade que disponibilizam desde há uma década consultas, tratamentos e práticas saúde natural aos seus habitantes. -----

----- d) Esta realidade resulta nomeadamente de, desde o século XIX, a saúde natural estar muito presente em Lisboa por livros, lojas, prática clínica e opção dos lisboetas. -

----- e) Legislando a saúde natural, foram aprovadas duas Leis no Parlamento, a de 2003 por unanimidade e a de 2013 também sem quaisquer votos contra, o que demonstra a consensualidade não só da população mas também dos representantes da Nação quanto a estes recursos de saúde. -----

----- f) O Boletim Municipal nº 1050 de Lisboa, 2º Suplemento, dá conta (ponto 2.6) da deliberação da Assembleia Municipal de “Admitir a integração, na área de proximidade da Colina (de Santana), de cuidados de saúde prestados por respostas de medicinas alternativas, validando os respetivos métodos, qualidade e fiabilidade, em concertação com as organizações de profissionais habilitados nessas áreas. -----

----- E considerando que: -----

----- A instituição dum *Dia Municipal das Medicinas Naturais*, permitirá, nesta jornada: -----

----- g) A apresentação do que é e não é Saúde Natural; -----

----- h) O esclarecimento perante os lisboetas dos métodos e procedimentos, das boas práticas da Saúde Natural. -----

----- i) A divulgação e apresentação das instituições municipais (nomeadamente Juntas de Freguesia), que disponibilizam estes serviços aos lisboetas; -----

----- j) A divulgação e apresentação das instituições associativas e sem fins lucrativos que agregam consumidores, profissionais e empresas de Lisboa deste sector; -----

----- k) A divulgação e apresentação perante os lisboetas das empresas de produção e distribuição, laboratórios, editoras, lojas, clínicas, escolas - de Lisboa deste sector. -----



----- Em face do exposto, o Grupo Municipal do PAN propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sessão Ordinária de 16 de Junho de 2015, delibere recomendar à Câmara Municipal de Lisboa:-----

----- A instituição de um Dia Municipal das Medicinas Naturais, no dia 15 de Julho de cada ano. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cristina Andrade (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “O BE apresenta, hoje, quatro moções e uma recomendação, neste período de debate. -----

----- Vamos começar por falar da recomendação que apresentamos, e que é uma recomendação que diz respeito à rede de bibliotecas, e aquilo que propomos é que a rede Municipal de Bibliotecas disponibilize material e/ou audiovisual que aborde as temáticas lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais, ou intersexo, LGBTI, em equidade com os restantes documentos, ou seja, propomos que as Bibliotecas Municipais passem a ter secções autónomas que permitam a disponibilização de documentos de temáticas LGBTI, assegurando que a classificação documental, bem como, o arranjo espacial destas coleções consagram um direito de cidadania e não uma discriminação. -

----- Sugerimos, também, que sejam efetuadas iniciativas conjuntas no âmbito da leitura e da fruição cultural entre a Rede de Bibliotecas Municipais e as organizações LGBTI da cidade. -----

----- No âmbito, também, desta temática, como sabemos no próximo sábado vai realizar a 16ª Marcha do Orgulho, aqui em Lisboa, e esta marcha LGBTI este ano ocorre segundo o mote de “Contra a Violência Quebra o Silêncio”.-----

----- Assim, propomos que seja tomada uma posição clara e inequívoca contra o silêncio das pessoas LGBTI, denunciando e combatendo todas as violências, pelo que apelamos que os diversos agentes com intervenção política trabalhem para acabar com a discriminação dos casais do mesmo sexo nos processos de adoção para garantir o acesso a todas as mulheres à procriação medicamente assistida, que seja, também, implementada a deliberação da Assembleia da República que proíbe a discriminação de homens que fazem sexo com homens, nas dádivas de sangue, que as identidades “trans” sejam despatologizadas bem como, sejam erradicadas as cirurgias de reatribuição de sexo à nascença e também, assegurar o real acesso a cuidados de saúde no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, de todas as pessoas LGBTI. -----

----- Saudamos, também, a marcha que irá decorrer no sábado, todas as organizações intervenientes, bem como, todas as pessoas que nela irão participar. -----

----- Uma outra moção que hoje apresentamos diz respeito à Privatização da TAP. -----

----- Como sabemos, no dia onze de Junho, o Governo decidiu em conselho de ministros assinar o contrato de privatização de 64% da TAP com o consórcio luso-americano Gateway de David Neeleman e Humberto Pedrosa.-----

----- O Estado irá arrecadar com esta privatização 10 milhões de euros e concede a opção de compra dos 34% remanescentes pelo valor mínimo de 6 milhões de euros. ---

----- A TAP tem uma frota de 77 aviões, 10461 trabalhadores e transportou no ano de 2014 cerca de 11,4 milhões de passageiros. -----

----- O atual Governo toma esta decisão acerca de três meses do final do seu mandato como uma urgência injustificável e contra uma expressiva posição popular, política e sindical.-----

----- Assim, consideramos que a decisão de privatizar a TAP deve ser repudiada, e que esta empresa estratégica para Portugal deve manter-se 100% pública. -----

----- Apresentamos, também, uma moção “Pela Reabertura ao Público do museu Miguel Bombarda, instalado no Pavilhão Segurança”, visto que este se encontra encerrado ao público há várias semanas. Manifestamos o nosso repúdio para com este encerramento e apelamos a que o Governo interceda junto da ESTAMO, gestora daquele espaço, para que urgentemente, sejam repostas as condições necessárias à reabertura do Museu Miguel Bombarda no Pavilhão Segurança, bem como a respetiva exposição. -----

----- E por fim, apresentamos uma moção em “Defesa do Elétrico 24” e da mobilidade dos cidadãos e das cidadãs.-----

----- Na reunião da Assembleia Municipal realizada no dia nove de junho, o BE colocou algumas perguntas ao Executivo nomeadamente sobre o novo circuito turístico em elétrico, entre o Largo de Camões e o Príncipe Real, e o reativamento da Linha 24. Na resposta, o Vereador Manuel Salgado afirmou que foi lançada uma empreitada de 2,5 milhões de euros para a aquisição de aparelhos de via para instalar no Cais de Sodré para permitir que o elétrico ali funcione. Afirmou, também, haver um projeto de adaptação das linhas a implementar na Rua de S. Roque o qual permitirá aos elétricos fazerem sem constrangimento as suas manobras. -----

----- Não se sabe ainda, qual a data de tomada de decisão do lançamento da empreitada de aquisição dos aparelhos de via, nem se tal decisão foi articulada com a empresa concessionária a CARRIS. O Governo da cidade não pode ficar parado, sabendo o que está a acontecer. Assim, condenamos a iniciativa de inaugurar este percurso de elétrico “Chiado Train Tur” para turistas, entre o Chiado e o Príncipe Real, e instamos a Câmara Municipal para que reivindique o cumprimento do protocolo assinado em 1997, entre a Câmara e a CARRIS pela reposição integral do funcionamento da carreira e do elétrico 24, tal como estava em vigor, ou seja, do Cais de Sodré até Campolide. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Sobre as moções e as recomendações hoje em apreço, os Deputados Municipais Independentes gostariam de deixar aqui algumas considerações. -----

----- Relativamente à moção apresentada pelo BE “Pela erradicação da discriminação e da violência contra as pessoas lésbicas, bissexuais, transsexuais e intersexo”, dizer que no geral concordamos, embora exista reservas de alguns dos membros com o que está aqui, aliás, saudar a marcha. Pessoalmente, devo dizer que concordo, aliás, todas as outras posições que são aqui defendidas, no entanto, gostaria só de indicar que

neste exemplo do BE, aliás, como outras recomendações que vamos aqui fazer menção, é sempre indicado e recomendado à Câmara Municipal que faça um conjunto de ações que na realidade já estão a ser feitas, estão em curso, que nos leva sempre a pôr em dúvida algumas das iniciativas aqui propostas por algumas forças políticas. ----

----- Neste caso, recomendar à Câmara a implementação de uma agenda da igualdade, na verdade já existe um plano de ação dos direitos sociais do pelouro que foi aqui apresentado nesta Assembleia, onde este é precisamente, um dos eixos a par com outros, tal como é aqui proposto, existe inclusivamente, já implementada, até por recomendação desta Assembleia, um Conselho Municipal para a Igualdade para onde foram convidadas todas as forças políticas e onde calculo, que o BE tenha estado presente, e onde existe também, um plano de prevenção da violência de género também em prática por esta Câmara Municipal. -----

----- Apesar destas questões, que é partilhada com uma outra recomendação, que é feita aqui pelo PEV, que também gostaríamos de chamar a atenção que é sobre o “Dia Mundial dos Refugiados” que embora concordemos, o PEV volta aqui a dizer, recomenda à Câmara que apoie a divulgação de campanhas em prol dos direitos humanos e dos refugiados, em particular, e na realidade a Câmara Municipal não tem só um centro de acolhimento para crianças a funcionar na Bela Vista, tem também um conjunto de protocolos que já foram aprovados em Câmara de acesso de refugiados à sua rede de formação, que também, já tínhamos referido aqui, uma vez, também relativamente às questões de habitação temporária com protocolo com JRS e, ainda, planeia segundo tivemos informação, a Câmara entrar nas comemorações do Dia Mundial do Refugiado no próximo dia vinte de junho, colocando uma faixa alusiva ao facto de na própria Câmara Municipal. -----

----- Relativamente ao segundo ponto, também gostaríamos de dizer, dedicar aos “Verdes” que de facto, também a Câmara Municipal está a trabalhar o Plano Municipal de Integração de Imigrantes em Lisboa que, também, já tivemos aqui oportunidade de ouvir aquando a apresentação do Debate Temático Migrações que está em curso, e portanto são algumas iniciativas que não deixaremos aqui de apontar que estão incompletas. -----

----- Gostaria só de fazer um pedido já fora do tempo regulamentar, mas se fosse possível na moção nº 4/73 do BE, gostaríamos de pedir para partir aqui o primeiro ponto que se fala em repudiar a privatização da TAP e exigir ao governo a manutenção da companhia 100% pública, pedir se era possível separar em dois pontos esta primeira já que temos entendimentos diferentes. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- ““Os Verdes” apresentam na Assembleia Municipal de Lisboa, de hoje, 4 recomendações. -----

----- Começando pela recomendação do Bairro das Murtas, pretendemos que sejam resolvidos alguns problemas sentidos pela população, tal como a necessidade de se

criar um espaço de lazer seguro para as crianças e jovens do bairro, assim como um local que permita um convívio saudável entre os moradores. -----

----- Recentemente, “Os Verdes” realizaram uma visita pela freguesia de Alvalade, tendo ido ao Bairro das Murtas, onde foi possível constatar esta necessidade, além do problema da degradação, do abandono e da sujidade no espaço envolvente, situação aliás comprovada pelas fotografias que anexámos à recomendação que apresentamos. Por tudo isto, consideramos que a Câmara pode e deve requalificar o Bairro das Murtas, promovendo um sentimento de segurança e de proximidade entre os moradores, o que irá também melhorar significativamente a sua qualidade de vida. -----

----- Trazemos também a esta Assembleia Municipal, através de uma recomendação, o Dia Mundial do Ambiente que se celebra a 5 de Junho. -----

----- Este ano, o tema do Dia do Ambiente é “Sete mil milhões de sonhos. Um planeta. Consome com moderação” e tem como objetivo chamar a atenção para uma gestão responsável e eficiente dos recursos naturais. E é por considerarmos que Lisboa tem um papel fundamental na promoção do uso sustentado de recursos, que propomos que a Câmara promova iniciativas relacionadas com a temática do Dia do Ambiente. -----

----- Apresentamos igualmente uma recomendação sobre o Dia Mundial do Refugiado, assinalado a 20 de Junho, que este ano se comemora numa altura em que a Assembleia Municipal promove um debate sobre Demografia e Migrações. -----

----- Assinalar-se esta data é uma forma de chamar a atenção para o flagelo dos milhares de refugiados pelo mundo inteiro que continua a ser um dos grandes problemas da humanidade e que precisa de uma resposta adequada, e entendemos recomendar à Câmara Municipal que promova e apoie campanhas em prol dos Direitos Humanos, da paz, da solidariedade para com os povos e os refugiados em particular. -----

----- Por fim, temos também uma recomendação sobre os terrenos da Feira Popular, cuja hasta se desenvolveu de forma confusa e ilegal tendo sido anulada pelo tribunal. O Presidente da Câmara Municipal de Lisboa afirmou ser intenção do executivo proceder à alienação destes terrenos, reconhecendo que serão dos terrenos mais importantes até a nível europeu, não havendo nenhuma capital europeia com um terreno com as mesmas características dentro da cidade. Prevê-se que aquele espaço possa acolher habitações, serviços, comércio e hotelaria. Ou seja, tudo aquilo que aquela zona já oferece. -----

----- Perante isto, o objetivo de “Os Verdes” é que a Câmara suspenda o processo em curso de alienação dos terrenos da antiga Feira Popular e que considere este terreno municipal como um ativo estratégico para um desenvolvimento integrado da cidade de Lisboa, que promova a realização de um debate público alargado sobre a utilização a dar a estes terrenos e que equacione a possibilidade de qualificar esta área com equipamentos públicos de utilização coletiva. -----

----- Apresentamos esta proposta pois consideramos que o que vier a ser construído ali, terá implicações em toda aquela zona, mas também em toda a cidade e entendemos que a Câmara deve assumir uma postura positiva em defesa dos interesses da cidade e dos munícipes. -----

----- Sobre os restantes documentos apresentados por outros Grupos Municipais, e a propósito da Moção nº 2, gostaríamos de recordar que, na AML de 13/11/2011, foi aprovada uma recomendação de GM de “Os Verdes” para que a CML intercedesse «junto da Carris para que esta proceda à reposição das carreiras de elétrico desativadas, nomeadamente da Carreira nº 24 entre o Cais do Sodré e Campolide». E já em 2007 fora aprovada por unanimidade outra recomendação do Grupo Municipal de “Os Verdes” para que a CML desse início aos «procedimentos necessários à reabertura, a curto prazo, da linha de elétrico nº 24, de Campolide ao Largo do Carmo, incluindo a sua extensão ao Cais-do-Sodré», bem como das linhas de elétrico nºs 26, 29 e 30. -----

----- Seria importante saber que medidas encetou a CML junto da Carris, após 2007 e 2011, para dar seguimento a estas 2 recomendações do Partido Ecologista “Os Verdes”?-----

----- Também a propósito da Recomendação nº 4, gostaríamos de relembrar que em 9/12/2014 foi aprovada por unanimidade uma outra recomendação de “Os Verdes” sobre a semaforização, que também contemplava a sinalização sonora e o alargamento do tempo de sinal verde nos semáforos, nos casos onde se verifique que os períodos de sinal verde eram manifestamente insuficientes para o atravessamento das vias, principalmente por peões com mobilidade condicionada. -----

----- Pergunta-se então: que medidas tomou entretanto a CML para facilitar o atravessamento das vias na capital? Sr. Presidente, quais são afinal as ilações e as consequências que o executivo retira destes contributos e destas propostas aprovadas nesta Assembleia? -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Pelo desenvolvimento da Área Metropolitana de Lisboa. -----

----- O processo de planeamento da Área Metropolitana vai de mal a pior.-----

----- Os documentos iniciais e as negociações do Governo português do PSD/CDS já faziam prever o pior. -----

----- Em março passado promovemos nesta Assembleia com a colaboração da 2ª e 6ª Comissões Permanentes um amplo debate sobre a estratégia integrada do desenvolvimento territorial da Área Metropolitana de Lisboa, e concluiu-se que este era um instrumento essencial para a elaboração do plano de ação e posteriormente, levar ao estabelecimento dos pactos para o desenvolvimento e coesão territorial e para o desenvolvimento local da base comunitária. -----

----- Mais se concluiu que era entendimento geral e aceite que a monitorização das verbas atribuídas e executadas era fundamental. Recomendava-se que o Município de Lisboa devia de centrar a sua intervenção nas áreas prioritárias como o Plano de Drenagem, a Rede de Transportes, a Reabilitação Urbana, o Espaço Público e a Rede de Centro de Saúde. Apontava-se, claramente, que as obras necessárias em alguns estabelecimentos como o Liceu Camões, a Escola António Arroios, o Conservatório Nacional, a 2ª fase da Escola Básica Parque das Nações, e para que o Governo cabimentasse estas obras com verbas próprias e as realizasse a breve trecho. -----

----- De igual forma se recomendava que fosse tido em conta no Orçamento de Estado que o financiamento para concretizar a Estratégia 2020, que corresponde a 50% do valor total dos projetos. -----

----- Sem surpresa, tomámos conhecimento do resultado da reunião extraordinária do Conselho Metropolitano, de cinco de março passado, onde este órgão representante dos dezoito municípios claramente considerava que as ações integradas do desenvolvimento urbano sustentável desvirtuavam as concessões originais dos instrumentos territoriais integrados devido à rara fação de fundos e expressão das temáticas. O Conselho reafirma que esta programação financeira da responsabilidade do Governo, não permitia resolver os problemas que existem no território nomeadamente, na reabilitação dos espaços públicos e a regeneração urbana ou mobilidade sustentável. -----

----- O conselho rejeitava a crescente estrutura burocrática administrativa com novos instrumentos de planeamento e a tramitação morosa, o Conselho decidiu não aceitar a eventual partilha com a Administração Central ou com o privado, dos fracos recursos da Área Metropolitana titulados como destinatários às atribuições municipais ou intermunicipais. Assim, o Conselho decidiu manifestar reservas quanto à estrutura quantitativa e qualitativa dos fundos comunitários e a sua contratualização com a autoridade de gestão. -----

----- Por informação do Primeiro Secretário Metropolitano, recebeu esta Assembleia Municipal informação datada de vinte e três de abril passado, onde era dado conta de um apeamento que diz respeito à área de equipamentos educativos formativos da responsabilidade da CCDRLVT. -----

----- Todas as ameaças de desvirtuamento do planeamento são concretizadas e mostram que o Governo PSD/CDS não dá atenção à Área Metropolitana, senão vejamos: -----

----- Dos 21 milhões de euros alocados pelo respectivo mapeamento definido pelo governo, cerca de 4,5 milhões de euros destinam-se a jardins-de-infância, 1,8 milhões de euros, para as escolas básicas EB e 14 milhões de euros para escolas secundárias, esgotando desta forma praticamente a totalidade da verba disponível. Ora as necessidades apuradas pelos dezoito municípios para resolver situações de carência apontavam para trinta e um projetos e para o investimento global estimado de 54 milhões de euros. -----

----- Na área dos equipamentos e das infraestruturas culturais, prevê-se a imposição da inclusão do financiamento por parte das autarquias da área Metropolitana de Lisboa, de diversas operações de reabilitação de monumentos classificados como património mundial da UNESCO e de outros monumentos nacionais, como por exemplo, no Mosteiro dos Jerónimos, na Torre de Belém, na Sé de Lisboa e ainda a possibilidade de ter que o fazer no Palácio da Ajuda, num quadro em que as autarquias locais têm projetos próprios na área da cultura, turismo e reabilitação de património. -----

----- O Conselho Metropolitano reuniu extraordinariamente a dezoito de maio passado, e aprovou a proposta da Comissão Executiva quanto ao pacto para o desenvolvimento da Comissão Territorial da Assembleia da Área Metropolitana de

Lisboa. Trata-se de um documento que pretende nortear o financiamento de Lisboa 2020, no sentido de desenvolver a estratégia integrada do desenvolvimento territorial que aqui já aprovamos genericamente. -----

----- Deste modo, propomos que a Assembleia Municipal tome partido pelo poder local democrático e repudie a partilha forçada dos fracos recursos financeiros destinados à atribuição das freguesias, das autarquias municipais e intermunicipais. Por isso, apresentamos uma moção que está à vossa consideração. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Agradeço o tempo cedido pelo partido Socialista. -----

----- Era apenas para referir uma questão que não tivemos tempo de adiantar e que é relativamente à recomendação do PEV por causa da alienação dos terrenos da antiga Feira Popular, em Entrecampos, dizer que a nossa posição e que sabemos que partilhamos com o Partido Socialista porque já conversamos sobre este assunto, de que somos a favor, neste caso, da promoção da realização de um debate público e alargado sobre esta matéria, e sobre a utilização dos terrenos da Feira Popular, no entanto achamos que esta deve ser uma questão prévia a esta deliberação que aqui é posta à consideração pelo PEV, isto é, parece-nos a nós que não temos condições de aprovar aquilo que achamos que deve ser a utilização daqueles terrenos sem antes realizar-se um debate alargado sobre o assunto. -----

----- Dizer também, que é aqui proposto que seja a Câmara, seja a própria Assembleia relativamente a esta matéria, já deu provas que os debates que aqui organiza tem uma repercussão importante nos assuntos da cidade, achamos que este ponto prévio, de facto, deve acontecer antes de qualquer uma das medidas aqui propostas pelo PEV. ----

----- Aproveitava também, para uma outra questão que é relativamente às questões de requalificação do Bairro das Murtas, em Alvalade, e até uma recomendação por uma habitação social digna, que é apresentada, uma pelo PCP, e outra pelo PEV, dizer que estamos na generalidade de acordo com os princípios apresentados, no entanto, julgamos que padece dos mesmos males das outras recomendações que já tínhamos aqui indicado do BE e do PEV, que é o facto de muitas destas questões já estarem a ser tratadas, até porque a reunião de Câmara desta quarta-feira, está agendada a discussão de uma proposta sobre a requalificação de bairros municipais através de um contrato de programa com a GEBALIS, e está patente nessa proposta o calendário para a realização destas intervenções que são aqui referidas, quer numa, quer noutra proposta, e vão de encontro a estas pretensões. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu: -----

----- “A Mesa não regista mais pedidos de palavra. A Câmara também não sinalizou vontade de intervir, pelo que passamos às votações. -----

----- Existem algumas retificações e a Mesa vai dando conta dessas mesmas alterações à medida que formos avançando nas matérias. -----

----- Portanto, vamos começar com a **Moção n.º 1/73**, apresentada pelo PCP, intitulada “*Em defesa do desenvolvimento da Área Metropolitana de Lisboa*” e a Mesa vai pôr esta Moção à votação.-----

----- (A **Moção n.º 1/73** “*Em defesa do desenvolvimento da Área Metropolitana de Lisboa*”, apresentada pelo PCP, fica anexada à presente Ata como **Anexo I** e dela faz parte integrante)-----

----- Votos contra do PSD e do CDS-PP, abstenção do MPT, e votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PAN, PNP e 6IND. A **Moção n.º 1/73** foi **aprovada por maioria**.---

----- Passamos à **Moção n.º 2/73**, apresentada pelo BE, intitulada “*Em defesa do Elétrico n.º 24 e da mobilidade dos cidadãos*”-----

----- (A **Moção n.º 2/73** “*Em defesa do Elétrico n.º 24 e da mobilidade dos cidadãos*”, apresentada pelo BE, fica anexada à presente Ata como **Anexo II** e dela faz parte integrante)-----

----- E a Mesa vai por esta Moção à votação, sendo que o CDS-PP requer a votação por pontos, separando os pontos 1 e 4.-----

----- Vamos pôr à votação o **Ponto n.º 1** da **Moção n.º 2/73**. Não há votos contra, abstenções do PSD e do CDS-PP, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PAN, MPT, PNP e 6IND. O **Ponto N.º 1** da **Moção n.º 2/73** foi **aprovado por maioria**.-----

----- Vamos passar aos **Pontos 2 e 3** da **Moção n.º 2/73**. Não há votos contra, abstenção do PSD, votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT, PNP e 6IND. Os **Pontos N.ºs 2 e 3** da **Moção n.º 2/73** foram **aprovados por maioria**.-----

----- Vamos passar ao último ponto, **Ponto n.º 4** da **Moção n.º 2/73**. Não há votos contra, abstenção do CDS-PP, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PEV, PAN, MPT, PNP e 6IND. O **Ponto N.º 4** da **Moção n.º 2/73** foi **aprovado por maioria**.-----

----- Vamos passar à **Moção n.º 3/73**, apresentada pelo BE, intitulada “*Pela erradicação da discriminação e da violência contra as pessoas lésbicas, bissexuais, transexuais e intersexo*”.-----

----- (A **Moção n.º 3/73** “*Pela erradicação da discriminação e da violência contra as pessoas lésbicas, bissexuais, transexuais e intersexo*”, apresentada pelo BE, fica anexada à presente Ata como **Anexo III** e dela faz parte integrante)-----

----- E a Mesa vai por esta Moção à votação. O CDS-PP pede votação por pontos, todos os pontos em separado.-----

----- Vamos pôr à votação o **Ponto n.º 1** da **Moção n.º 3/73**. Não há votos contra, abstenções de 2IND, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT, PNP e 4IND. O **Ponto N.º 1** da **Moção n.º 3/73** foi **aprovado por maioria**.-----

----- Vamos passar ao **Ponto n.º 2** da **Moção n.º 3/73**. Não há votos contra, abstenções do CDS-PP e de 1 Deputado PSD, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PEV, PAN, MPT, PNP e 6IND. O **Ponto N.º 2** da **Moção n.º 3/73** foi **aprovado por maioria**.----

----- Vamos passar ao **Ponto n.º 3** da **Moção n.º 3/73**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT, PNP e 6IND. O **Ponto N.º 3** da **Moção n.º 3/73** foi **aprovado por unanimidade**.-----

----- Vamos passar ao **Ponto n.º 4** da **Moção n.º 3/73**. Este ponto tem 5 alíneas e vamos votá-las separadamente.-----



----- **Alínea a) do Ponto nº 4 da Moção nº 3/73.** Votos contra do CDS-PP, abstenções de 7 Deputados do PSD, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PEV, PAN, MPT, PNPN e 6IND. A **Alínea a) do Ponto nº 4 da Moção nº 3/73 foi aprovada por maioria.**-----

----- **Alínea b) do Ponto nº 4 da Moção nº 3/73.** Não há votos contra, abstenções do CDS-PP, MPT e 2IND, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PEV, PAN, PNPN e 4IND. A **Alínea b) do Ponto nº 4 da Moção nº 3/73 foi aprovada por maioria.**-----

----- **Alínea c) do Ponto nº 4 da Moção nº 3/73.** Não há votos contra, abstenções de 2IND, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT, PNPN e 4IND. A **Alínea c) do Ponto nº 4 da Moção nº 3/73 foi aprovada por maioria.**-----

----- **Alínea d) do Ponto nº 4 da Moção nº 3/73.** Votos contra do CDS-PP e de 2 Deputados do PS, abstenções do PSD, MPT e PNPN, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PAN e 6IND. A **Alínea d) do Ponto nº 4 da Moção nº 3/73 foi aprovada por maioria.**-----

----- **Alínea e) do Ponto nº 4 da Moção nº 3/73.** Não há votos contra, nem abstenções votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT, PNPN e 6IND. A **Alínea e) do Ponto nº 4 da Moção nº 3/73 foi aprovada por unanimidade.**-----

----- Vamos passar ao **Ponto nº 5 da Moção nº 3/73.** Não há votos contra, abstenções do CDS-PP, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PEV, PAN, MPT, PNPN e 6IND. O **Ponto nº 5 da Moção nº 3/73 foi aprovado por maioria.**-----

----- Declaração de Voto apresentado pelo Deputado Municipal do Partido Socialista, Manuel Portugal Lage, relativamente à **Moção n.º 3/73 “Pela erradicação da discriminação e da violência contra as pessoas lésbicas, bissexuais, transexuais e intersexo”**, apresentada pelo BE:-----

----- *“Manuel Portugal Lage, Deputado Municipal, do Grupo Municipal do Partido Socialista vem apresentar a sua declaração de voto relativo ao seu sentido de voto na moção n.º 3/73, apresentada pelo BE, denominada “Pela erradicação da discriminação e da violência contra as pessoas lésbicas, bissexuais, transexuais e intersexo”, na reunião de 16 de Junho de 2015.*-----

----- *A recomendação apresentou cinco pontos deliberativos, tendo o ponto quatro em si mesmo cinco alíneas, votadas separadamente, tendo o signatário votado contra uma destas, reportando-se a essa a presente declaração de voto.*-----

----- *Trata-se da alínea d) do n.º 4 da moção em causa, que “(...) apela a todos os intervenientes com responsabilidade política que garantam condições para: (...)” e depois prescreve: “que as identidades trans sejam despatologizadas bem como sejam erradicadas as cirurgias de reatribuição de sexo à nascença;”*-----

----- *Ora, é entendimento do signatário que a questão em apreço peca por duas ordens de razão. Por um lado:*-----

----- *Não compete em circunstância alguma à Assembleia Municipal de Lisboa qualquer ação que permita um real avanço, e assim uma melhoria concreta das condições de vida destes nossos concidadãos;*-----

----- Mas mesmo que assim não se entenda, e que pelo contrário se defenda que à Assembleia Municipal cabe pronunciar-se sobre todos os temas, dir-se-á por outro lado que: -----

----- A importância e relevância do assunto, bem como o seu cabal esclarecimento e debate social, não se coaduna com a mera apresentação de duas ou três linhas de considerandos, impondo de seguida uma deliberação tão importante quanto a que se pretende tomar; -----

----- Dir-se-á ainda que o tema merece uma discussão, franca e aberta, que vise a desmistificação e o esclarecimento necessário à tomada de decisões e mais importante à formação dessas decisões conscientes e esclarecidas e não toldadas; -----

----- Não é através da apresentação de moções, como a presente, na semana da 16ª Marcha do Orgulho lésbico, gay, bissexual e transexual, que se alcançam resultados concretos, a não ser alguns “soundbytes” demagógicos, que disso mesmo não passam e de cuja memória nada restará para além do ato demagógico em si mesmo; -----

----- Não está em causa qualquer bandeira partidária, trata-se de um Direito e de vidas das Pessoas. E não há força política que se possa apoderar da titularidade ou “maior” defensor de Direitos que outra. É uma questão que nos merece o maior respeito e consideração. É acima de tudo uma questão de consciência. -----

----- Por isso se entende dever haver mais informação e preparação, gerando assim um maior e melhor esclarecimento, sem tabus, com naturalidade. Com a naturalidade que se pretende ver resolvida a questão. Não descurando todas as visões e opiniões, sensibilidades e relatos. -----

----- A não ser assim corre-se o sério risco de se alcançarem precisamente os objetivos opostos aos desejados: uma maior discriminação, um aumento da violência e do silêncio. O que ninguém deseja. -----

----- Pelos motivos expostos, o voto contra.” -----

----- A **Moção nº 4/73**, apresentada pelo BE, intitulada “**Contra a decisão do governo de privatização da TAP**”. -----

----- (A **Moção n.º 4/73 “Contra a decisão do governo de privatização da TAP”**, apresentada pelo BE, fica anexada à presente Ata como **Anexo IV** e dela faz parte integrante) -----

----- A Mesa vai pôr esta Moção à votação. Há um pedido dos Deputados Independentes para dividir o Ponto nº 1 em duas partes: “Repudiar a decisão de privatização da TAP”, primeira parte, “exigindo ao Governo a manutenção da companhia 100% pública”, segunda parte. Bom, o ponto não está separado, não vou criar um incidente com nisto, se os Senhores Deputados não querem que se vote assim, vota-se como os Senhores Deputados pretendem e o resultado será o que for. ---

----- Vamos pôr à votação o **Ponto nº 1** da **Moção nº 4/73**. Votos contra do PSD, CDS-PP e do MPT, abstenções do PS, PNPN e de 3IND, votos a favor do PCP, BE, PEV, PAN e 3IND. O **Ponto nº 1** da **Moção nº 4/73** foi **rejeitado**. -----

----- O **Ponto nº 2** da **Moção nº 4/73** foi prejudicado pela rejeição do **Ponto nº 1**. -----

----- Vamos passar à **Moção n.º 5/73**, apresentada pelo BE, intitulada *“Pela reabertura ao público do Museu Miguel Bombarda instalado no Pavilhão Segurança”*-----

----- (A **Moção n.º 5/73** *“Pela reabertura ao público do Museu Miguel Bombarda instalado no Pavilhão Segurança”*, apresentada pelo BE, fica anexada à presente Ata como **Anexo V** e dela faz parte integrante)-----

----- E a Mesa vai por esta Moção à votação. Não há votos contra, nem abstenções votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT, PNP e 6IND. A **Moção n.º 5/73** foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- A **Moção n.º 5/73**, apresentada pelo BE, foi também subscrita pelos Deputados Independentes.-----

-----A **Recomendação n.º 1/73**, apresentada pelo PEV, intitulada *“Pela requalificação do Bairro das Murtas em Alvalade”*.-----

----- (A **Recomendação n.º 1/73** *“Pela requalificação do Bairro das Murtas em Alvalade”*, apresentada pelo PEV, fica anexada à presente Ata como **Anexo VI** e dela faz parte integrante)-----

----- Não vejo pedidos em separado. E a Mesa vai por esta Recomendação à votação. Não há votos contra, abstenções do PS e de 6IND, votos a favor do PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT, PNP. A **Recomendação n.º 1/73** foi **aprovada por maioria**.-----

-----A **Recomendação n.º 2/73**, apresentada pelo PEV, intitulado *“Dia Mundial dos Refugiados”*.-----

----- (A **Recomendação n.º 2/73** *“Dia Mundial dos Refugiados”*, apresentada pelo PEV, fica anexada à presente Ata como **Anexo VII** e dela faz parte integrante)-----

----- É solicitada a votação por pontos. E a Mesa vai pôr os **Pontos N.ºs 1 e 2** da **Recomendação n.º 2/73**. Não há votos contra, abstenção dos 6IND, e os votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT e PNP. Os **Pontos N.ºs 1 e 2** da **Recomendação n.º 2/73** foram **aprovados por maioria**.-----

----- Passando, agora, ao **Ponto n.º 3** da **Recomendação n.º 2/73**. Não há votos contra, nem abstenções votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT, PNP e 6IND. O **Ponto n.º 3** da **Recomendação n.º 2/73** foi **aprovado por unanimidade**.-----

-----A **Recomendação n.º 3/73**, apresentada pelo PCP, intitulado *“Por uma habitação social digna”*.-----

----- (A **Recomendação n.º 3/73** *“Por uma habitação social digna”*, apresentada pelo PEV, fica anexada à presente Ata como **Anexo VIII** e dela faz parte integrante)-----

----- E a Mesa vai por esta Recomendação à votação. Não há votos contra, abstenções do PS, PNP e 6IND, e os votos a favor do PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT. A **Recomendação n.º 3/73** foi **aprovada por maioria**.-----

-----A **Recomendação n.º 4/73**, apresentada pelo MPT, intitulado *“Pela introdução de Semáforos Countdown”*.-----

----- (A **Recomendação n.º 4/73** “*Pela introdução de Semáforos Countdown*”, apresentada pelo MPT, fica anexada à presente Ata como **Anexo IX** e dela faz parte integrante)-----

----- E a Mesa vai pôr esta Recomendação à votação. Não há votos contra, abstenção do PAN, e os votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PNP, MPT e 6IND. A **Recomendação n.º 4/73** foi **aprovada por maioria**. -----

-----A **Recomendação n.º 5/73**, apresentada pelo MPT, intitulado “*Pela salvaguarda do Património Azulejar da Loja Centenária da Fábrica de Sant’Anna*”-----

----- (A **Recomendação n.º 5/73** “*Pela salvaguarda do Património Azulejar da Loja Centenária da Fábrica de Sant’Anna*”, apresentada pelo MPT, fica anexada à presente Ata como **Anexo X** e dela faz parte integrante) -----

----- Tem uma retificação importante que o Senhor Deputado John Baker veio aqui, sinalizar. O **Ponto N.º 2**, onde está; “Modere o processo entre o proprietário do imóvel e os proprietários da Fábrica de Sant’ Anna...”, deve estar; “Acompanhe o processo entre o proprietário do imóvel e os proprietários da Fábrica de Sant’ Anna...”. É uma alteração proposta pelo signatário. -----

----- E a Mesa vai pôr a **Recomendação n.º 5/73** à votação. Não há votos contra, nem abstenções votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT, PNP e 6IND. A **Recomendação n.º 5/73** foi **aprovada por unanimidade**. -----

-----A **Recomendação n.º 6/73**, apresentada pelo CDS-PP, intitulado “*Mais recolha, menos lixo*”. -----

----- (A **Recomendação n.º 6/73** “*Mais recolha, menos lixo*”, apresentada pelo MPT, fica anexada à presente Ata como **Anexo XI** e dela faz parte integrante)-----

----- E a Mesa vai por esta Recomendação à votação. Votos contra do PS, PCP e do PNP, abstenções do PEV e do BE, votos a favor do PSD, BE, PEV, PAN e 6IND. A **Recomendação n.º 6/73** foi **rejeitada**. -----

-----A **Recomendação n.º 7/73**, apresentada pelo PEV, intitulada “*Contra a alienação dos terrenos da antiga Feira Popular em Entrecampos*”.-----

----- (A **Recomendação n.º 7/73** “*Contra a alienação dos terrenos da antiga Feira Popular em Entrecampos*”, apresentada pelo PEV, fica anexada à presente Ata como **Anexo XII** e dela faz parte integrante) -----

----- Esta recomendação tem retificações várias, e há uma proposta da Mesa sobre uma matéria que é também subscrita pelo PEV, e que eu vou passar a enunciar. As alterações da **Recomendação n.º 7/73** são as seguintes: -----

----- No segundo parágrafo dos considerandos onde está a referência ao facto de o lote restante da Feira Popular à Bragaparcas de ter sido feita a venda em hasta pública do lote restante da Feira Popular à Bragaparcas, onde está a referência; “...depois da empresa ter exercido o direito de preferência”, propõe-se eliminar esta frase e substituí-la por; “de forma confusa e anulada pelo tribunal”. Porque, efetivamente, foi isto que aconteceu. Portanto, isto é a alteração. -----

----- Por outro lado, há também uma alteração no Ponto N.º 4 que fala da possibilidade de qualificar esta área com espaços verdes e equipamentos de utilização coletiva. É uma alteração relevante que diz; “Equacione a possibilidade de qualificar esta área

urbana com equipamentos públicos de utilização coletiva em consonância com o que o PDM determina”, portanto, há aqui uma referência ao PDM que não estava cá. -----

----- Relativamente ao Ponto N° 3, a promoção de um debate público alargado de ideias sobre a utilização a dar aos terrenos da antiga Feira Popular, em Entrecampos que nesta recomendação visa a Câmara Municipal tomar a iniciativa disto, a Mesa falou com o Grupo Municipal de “Os Verdes” e propunha uma alternativa que seria uma proposta de deliberação desta Assembleia Municipal que já apresentei na 1ª Comissão, no sentido de ser feito não um debate público promovido pela Câmara, mas uma audição pública promovida pela Assembleia Municipal. E, portanto, passaria a ter esta redação: -----

----- “Tendo em conta todos os antecedentes deste processo de que resulta uma acrescida exigência de transparência e acesso à informação no que respeita a estes terrenos, a Mesa e o Grupo Municipal do PEV propõem ao Plenário que promova uma audição pública a todos os interessados, a realizar na Assembleia Municipal quando for conhecida a proposta de alienação da Câmara Municipal de Lisboa. Dessa audição poderão resultar recomendações à Câmara sobre a matéria em causa. E, naturalmente, terá de ser antes da deliberação pela Assembleia da matéria em causa, senão não teria sentido”. Portanto, está claro para todos o sentido desta proposta. -----

----- Posto isto, pergunto ao Grupo Municipal “Os Verdes” se mantêm o Ponto n° 3 da vossa proposta, ou se o retira? Esta proposta é a alternativa, se vocês retirarem o Ponto n° 3. Para substituir terá de ser votada primeiro esta moção, e se esta moção for aprovada depois eu pergunto se retiram o ponto n° 3 para não haver aqui sobreposição.

----- Portanto irei colocar, em primeiro lugar, a proposta que é uma proposta de deliberação.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS)** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente era exatamente para clarificar isso. Que se puser à votação a moção e condicionar depois, esse ponto da Mesa, nós votaremos contra a moção mas queremos aprovar a proposta da Mesa e de “Os Verdes”. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** respondeu o seguinte: -----

----- “A proposta da Mesa não é uma moção nem recomendação, é uma deliberação da Assembleia. Não estamos a dirigirmo-nos a ninguém. É uma proposta autónoma que pretende que a Assembleia faça uma audição pública. Esta proposta tem de ser votada e o que eu estava a propor é que fosse votada em primeiro lugar. -----

----- Se porventura ela for aprovada, logo pergunto aos “Verdes” se mantêm, ou não, o ponto n° 3. É assim que vamos fazer.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** clarificou o seguinte: -----

----- “É só para confirmar que aceitamos esta substituição do nosso ponto n° 3 pela proposta que a Senhora presidente acabou de ler.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** respondeu o seguinte: -----

----- “Senhora Deputada, não pode ser uma substituição porque a vossa é uma proposta de recomendação à Câmara. E aquilo que estamos aqui a propor é uma

deliberação da Assembleia sobre uma iniciativa da Assembleia. Por isso, estou a dizer se for aprovada esta proposta, vos pedirei para não fazerem esse ponto de recomendação à Câmara.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** referiu o seguinte: ---  
----- “Então retiramos este ponto nº 3.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** respondeu o seguinte: -----  
----- “Era isso que estava a pretender clarificar. Está clarificado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Muito rapidamente, é para pedir a votação por pontos, e que seja dada como alternativa, a proposta da Mesa.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** respondeu o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado, não é uma proposta alternativa, é uma proposta autónoma. Eu vou voltar a dizer.-----

----- O que a Mesa está a propor juntamente com “Os Verdes” é que esta Assembleia delibere fazer uma audição pública. A deliberação da Assembleia para realizar uma audição pública não tem nada a ver com a Câmara, é uma iniciativa da Assembleia, portanto, não tem de ser substituída no contexto de uma recomendação à Câmara, é portanto, uma deliberação autónoma.-----

----- Se porventura estiverem de acordo com isto, e vamos já verificar em votação se estão, ou não, “Os Verdes” dizem que tiram o ponto nº 3 da recomendação deles. É isso que estamos a falar.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “A minha única dúvida é se isso é possível em termos de Regimento, introduzir uma proposta que não é alternativa e que é uma proposta completamente, autónoma.” -

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** respondeu o seguinte: -----

----- “O que diz o Regimento sobre as matérias em votação, até ao momento da votação todos podem apresentar alterações de redação. Portanto, a Mesa apresentou a sua relativamente à matéria e que é uma proposta de deliberação, apresentou-a ontem, na 1ª Comissão, teve o consenso de toda a gente, apresentou ao proponente e o proponente também está de acordo, portanto, vamos votar. -----

----- A todo o momento, a Mesa pode propor deliberações à Assembleia. Estamos a falar de uma deliberação da Mesa, uma proposta da Mesa. São questões processuais e não uma questão de fundo. -----

----- Vamos então votar a proposta de deliberação da Mesa sobre a alienação dos terrenos da antiga Feira Popular. O objetivo é fazer uma audição pública e o objetivo é que esta audição pública seja realizada em julho se isto for votada favoravelmente, em julho, provavelmente, na segunda semana, após ouvirmos os peticionários da Petição Nº 11, convidando os peticionários a participarem na audição, e antes de aprovarmos seja o que for, da Câmara sobre esta matéria. Portanto, entre a decisão da Câmara, e a decisão da Assembleia, faremos uma audição pública participada por quem quiser.-----

----- A **Proposta n.º 4/PAM/2015**, subscrita pela Mesa da AML e Grupo Municipal do PEV, intitulada “*Realização de uma audição pública sobre a alienação dos terrenos da antiga Feira Popular*”.

----- (A **Proposta n.º 4/PAM/2015** “*Realização de uma audição pública sobre a alienação dos terrenos da antiga Feira Popular*”, apresentada pela Mesa da AML e o Grupo Municipal do PEV, fica anexada à presente Ata como **Anexo XIII** e dela faz parte integrante)

----- Vamos colocar à votação. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT, PNP e 6IND. A **Proposta n.º 4/PAM/2015** foi **aprovada por unanimidade**.

----- Vamos prosseguir com a **Recomendação n.º 7/73**, apresentada pelo PEV, intitulada “*Contra a alienação dos terrenos da antiga Feira Popular em Entrecampos*”, é retirado o Ponto n.º 3, com as alterações que eu já disse no Ponto n.º 4 e nos considerandos.

----- Foi solicitada a votação ponto por ponto.

----- Vamos pôr à votação o **Ponto n.º 1** da **Recomendação n.º 7/73**. Votos contra do PS, 6IND, PNP e PAN, abstenções do CDS-PP, votos a favor do PSD, PCP, BE, PEV e MPT. O **Ponto n.º 1** da **Recomendação n.º 7/73** foi **rejeitado**.

----- Vamos pôr à votação o **Ponto n.º 2** da **Recomendação n.º 7/73**. Votos contra do PS, 6IND, PNP, não há abstenções, votos a favor do PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN e MPT. O **Ponto n.º 2** da **Recomendação n.º 7/73** foi **rejeitado**.

----- Vamos pôr à votação o **Ponto n.º 4** da **Recomendação n.º 7/73**. Votos contra do PS, PSD, 6IND, PNP, abstenções do CDS-PP, votos a favor do PCP, BE, PEV, PAN e MPT. O **Ponto n.º 4** da **Recomendação n.º 7/73** foi **rejeitado**.

-----A **Recomendação n.º 8/73**, apresentada pelo BE, intitulado “*Pela disponibilização de material literário e/ou individual que aborde temáticas LGBTI em equidade com os restantes documentos na Rede Municipal de Bibliotecas de Lisboa*”.

----- (A **Recomendação n.º 8/73**, “*Pela disponibilização de material literário e/ou individual que aborde temáticas LGBTI em equidade com os restantes documentos na Rede Municipal de Bibliotecas de Lisboa*”, apresentada pelo BE, fica anexada à presente Ata como **Anexo XIV** e dela faz parte integrante)

----- E a Mesa vai por esta Recomendação à votação. Não há votos contra, abstenções do PSD e do MPT, votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, PNP e 6IND. A **Recomendação n.º 8/73** foi **aprovada por maioria**.

-----A **Recomendação n.º 9/73**, apresentada pelo BE, intitulado “*Condições de segurança e saúde na Escola EBI Leão de Arroios*”.

----- (A **Recomendação n.º 9/73**, “*Condições de segurança e saúde na Escola EBI Leão de Arroios*”, apresentada pelo BE, fica anexada à presente Ata como **Anexo XV** e dela faz parte integrante)

----- Vamos colocar à votação. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT, PNP e 6IND. A **Recomendação n.º 9/73** foi **aprovada por unanimidade**.

-----A **Recomendação n.º 10/73**, apresentada pelo PEV, intitulado “*Dia Mundial do Ambiente*”.-----

----- (A **Recomendação n.º 10/73**, “*Dia Mundial do Ambiente*”, apresentada pelo PEV, fica anexada à presente Ata como **Anexo XVI** e dela faz parte integrante) -----

----- Vamos colocar à votação. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT, PNPN e 6IND. A **Recomendação n.º 10/73** foi aprovada por unanimidade.-----

-----A **Recomendação n.º 11/73**, apresentada pelo PAN, intitulado “*Pela criação do Dia Mundial das Medicinas Naturais*”.-----

----- (A **Recomendação n.º 11/73**, “*Pela criação do Dia Mundial das Medicinas Naturais*”, apresentada pelo PAN, fica anexada à presente Ata como **Anexo XVII** e dela faz parte integrante)-----

----- Vamos pôr à votação. Votos contra de 1 Deputado do PS, abstenções do PS e do MPT, votos a favor do PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, PNPN e 6IND. A **Recomendação n.º 11/73** foi aprovada por maioria.-----

----- Terminámos os documentos do Período Antes da Ordem do Dia, vamos entrar no Período da Ordem do Dia.”-----

#### ----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Hoje sendo uma Sessão Ordinária, o Período da Ordem do Dia tem como primeiro ponto uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e a grelha prevê uma intervenção inicial do Senhor Presidente da Câmara, para fazer a apresentação da sua informação escrita.-----

----- Temos uma grelha de três horas e vinte minutos, depende do tempo que houver para inscrições, e portanto, vamos dar início a esta parte dos nossos trabalhos.”-----

----- **PONTO 1 – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, AO ABRIGO DA ALÍNEA C), DO N.º.2, DO ARTIGO 25.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS (RJAL), PUBLICADO EM ANEXO À LEI N.º. 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL E DA ALÍNEA E) DO N.º. 2 DO ART.º. 4.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA;** Grelha H – máximo 3h 20m;-----

-----Sobre a matéria, a Câmara enviou a informação escrita que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e que se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal.-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -

----- “Senhora Presidente da Assembleia, Senhores Deputados Municipais, Senhoras e senhores Vereadores.-----

----- Quero nesta apresentação da Informação Escrita começar por deixar uma palavra de saudação e de agradecimento à Senhora Vereadora da Cultura, a todos os Serviços Municipais; à EGEAC, aos Serviços de Limpeza e muito em particular às Juntas de Freguesia da Cidade pelo enorme trabalho realizado nas Festas da Cidade e que permitiram que tivéssemos umas festas que não só serviram de espaço de diversão e



de agrado para muitos lisboetas mas constituíram uma montra de enorme visibilidade na cidade no país e no mundo. -----

----- Quero deixar esta palavra sincera de agradecimento porque as Festas este ano atingiram um nível alto, reconhecido por todos e isto só foi possível graças ao empenho dos Serviços da Câmara, de todos os nossos parceiros, de todos aqueles que conosco corroboram mas também muito do espírito de colaboração com as Juntas de Freguesia da Cidade. Eu não quero escapar nenhuma porque de facto é com todas que se trabalha, mas permitam-me que destaque uma palavra em particular relativamente às Juntas de Santo António, de Santa Maria Maior, de São Vicente e de Avenidas Novas, onde há uma concentração particular das atividades, mas também com todas as outras com as quais temos trabalhado, e cidade hoje, e a Estrela, a cidade hoje apresenta níveis que apresentou níveis muito depois dos principais eventos, níveis muito satisfatórios e muito positivos de usabilidade na utilização diurna e isso deve-se ao trabalho conjunto de todos. -----

----- Quero em segundo lugar neste momento destacar aquilo que foram os avanços fundamentais da cidade nos últimos meses e é com gosto que o faço porque nós registamos nos últimos meses importantíssimos avanços em projetos há muito ambicionados pela Assembleia, pela Câmara, por toda a cidade em geral. -----

----- Não conseguirei fazer aqui uma listagem exaustiva de todos, permitam-me que destaque alguns pelo seu simbolismo pela sua importância merecem esse destaque aqui hoje e quero começar em primeiro lugar pela inauguração e abertura do Museu do Aljube, o Museu do Aljube é um espaço da maior importância cultural, cívica e também afetiva e de justiça para com o nosso passado e com a memória no nosso país.

----- O que o espaço do Aljube faz é colmatar uma lacuna grave, pesada que existia no nosso país que era o facto de não existir na cidade de Lisboa e no nosso país algo que nos lembrasse de forma clara, de forma muito precisa, de forma muito rigorosa o que foram os períodos negros da nossa história, da prisão, da tortura por delito de opinião e também fazê-lo como homenagem aqueles que soçobraram nesse período, mas também acima de tudo como uma luz e um referencial para o futuro, para as novas gerações, para aqueles que não tendo vivido esse período é essencial que o conheçam porque as dificuldades da privação da liberdade que felizmente hoje todos nós não as vivemos, fazem parte e devem fazer parte do seu conhecimento da história desse processo e desse período, do processo de educação coletiva e da vida em sociedade. ---

----- Agora que a obra está inaugurada e que está aberto ao público só posso desejar que os próximos anos sejam o fortalecimento do Museu do Aljube e que a partir do Museu do Aljube seja possível constituir um polo aglutinador e dinamizador e polarizador da recuperação de vários núcleos de resistência pelo país e também no estrangeiro, em particular nos países das ex-colónias, dos países que foram ex-colónias portuguesas e onde existem espaços de resistência que devem ser preservados e recordados. -----

----- Permitam-me em segundo lugar que refira aqui a abertura das novas instalações da Biblioteca da Penha de França, poucos processos terão havido Senhora Presidente, que nos lembremos, nesta Assembleia, que tenham motivado tanta animação, tanto

debate, tanta participação cívica, tanta dúvida e tanta crítica, tanto receio e tanta participação quer cívica quer também dos Senhores Deputados e desta Assembleia a da Comissão de Cultura em particular, acho que todos nós que participámos na inauguração e na abertura da Biblioteca sentimos todos um indisfarçável sentimento de alegria e de orgulho com aquilo que vimos, não só uma Biblioteca renovada mas mais do que isso o exemplo do que deve ser uma Biblioteca do futuro.-----

----- Uma biblioteca não é hoje um depositário de livros, uma biblioteca não é um local onde alguém vai buscar determinado tipo de material de forma crítica, uma biblioteca hoje num mundo em que o acesso à informação é cada vez mais fácil e difuso e difundido por múltiplos meios, é acima de tudo um espaço de aprendizagem, um espaço de interpretação e a biblioteca permite também, a Biblioteca da Penha de França tem também outra felicidade, é que se afirma como um espaço de diálogo intergeracional e assim como um espaço da aprendizagem do moderno processo de aprendizagem. É por isso um gosto ver que este processo resultou de forma àquilo que nasceu como um processo de receio e de medo com a mudança das novas instalações podemos hoje todos concluir de forma inequívoca que a abertura da Biblioteca da Penha de França nas novas instalações resultou numa melhor biblioteca, num melhor serviço e num exemplo do que deve ser o serviço público de bibliotecas na cidade.-----

----- Quero em terceiro lugar destacar a abertura do Centro de Inovação da Mouraria, quero destaca-lo por duas razões fundamentais, primeiro porque é uma infraestrutura importante de apoio ao empreendedorismo, um empreendedorismo que tem conhecido felizmente na cidade de Lisboa um dinamismo ímpar e raro, de alguma forma do o ecossistema empreendedor da cidade está a dar os seus resultados na mobilização e na utilização dos recursos valiosíssimos que Lisboa tem ao seu dispor e ao dispor do país para a recuperação económica de novas atividades, de novos empregos, de novas ideias como fator de inovação, mas quero em particular destacar a importância dele ter sido, de ser o Centro da Mouraria porque aqui damos um duplo sinal, um sinal da modernidade, mas de abertura do que é um dos bairros mais históricos e tradicionais da cidade de Lisboa.-----

----- Porventura poucas combinações seriam tão felizes como a criação e a abertura deste Centro que nos permite abrir novas perspetivas, perspetivas hoje de futuro, de modernidade amplas no que é uma zona com problemas, com dificuldades e que até há bem pouco tempo era uma zona fechada sobre si própria, hoje a Mouraria é uma zona aberta e hoje a Mouraria é palco de muito do que mais moderno atravessa a cidade de Lisboa.-----

----- Permitam-me em quarto lugar que destaque duas obras emblemáticas que também reabriram ao serviço da cidade nos últimos tempos, falo das tão esperadas e tão ambicionadas obras dos Terraços do Carmo. Conclui-se com a abertura dos Terraços do Carmo o projeto de recuperação do Chiado, após o incêndio do Chiado, mas foi-se mais longe do que isso, conclui-se um projeto de uma grande visão e ambição que foi a transformação de uma zona de antigos barracões da GNR colados a um dos mais emblemáticos monumentos nacionais para uma zona de lazer e uma nova varanda de vista sobre a cidade de Lisboa.-----

----- É um espaço absolutamente único que está hoje colocado à disposição da cidade, que vai servir e serve como valorização ímpar do ponto de vista da nossa oferta turística, mas serve acima de tudo como um espaço de recuperação do orgulho da nossa cidade naquilo e na redescoberta do muito que a nossa cidade tem, faz parte das magias da cidade de Lisboa esta capacidade única de conseguirmos redescobrir a cidade em todos os dias que passam, o que o Terraço do Carmo faz é precisamente isso, é dar-nos uma nova visão sobre a cidade, que seja a visão a partir da varanda, mas seja também a visão que nós conseguimos ter com a ligação da Rua Garrett com a ligação da Rua do Carmo, com a ligação às Ruínas do Carmo, com a ligação ao Núcleo Museológico e conseguimos ter uma nova envolvente e uma nova vivência de todo aquele espaço. -----

----- Permitam-me também que destaque a abertura do Elevador de Santa Luzia que permitirá uma nova visão e uma nova vivência do que é Alfama, uma vivência do que é uma das zonas mais acidentadas e mais difíceis do ponto de vista da acessibilidade da cidade e junto à Cerca Velha conseguir ter aquele empreendimento e aquela infraestrutura que é absolutamente excepcional! -----

----- É mais uma vez como na construção de uma infraestrutura que tem um enorme valor de per si, a construção desse Elevador para vencermos aquele declive, conseguiu-se ao mesmo tempo o mesmo efeito e demos a conhecer uma nova parte da cidade de Lisboa, ou melhor, uma parte antiga da cidade de Lisboa que através desta obra é dada a conhecer, aquilo que hoje foi posto a descoberto com o trabalho da Câmara, dos Técnicos, dos Técnicos do Património durante muito tempo é hoje uma parte daquela Muralha que estava tapada, que estava escondida e que hoje é posta à visão e ao usufruto de todos. -----

----- No mesmo sentido quero aqui também destacar aquilo que faremos nos próximos dias e que é a abertura de dois espaços emblemáticos pelos quais a cidade também muito ansiava: em primeiro lugar o Jardim da Cerca da Graça, que será o jardim e o espaço de maior dimensão na zona consolidada na zona interior da cidade, no próximo dia 17 e também a abertura oficial das Piscinas do Areiro, uma obra há muito reivindicada e durante muito tempo nesta Assembleia avaliada e questionada para quando a sua abertura. -----

----- Foi pois um período rico, um período intenso em que vimos a cidade a avançar e a resolver uma parte importante daquilo que eram as ambições dos lisboetas e muitas vezes vertidas na Assembleia Municipal e na própria Câmara quanto à necessidade destes projetos estarem concluídos, foi pois um bom período com a cidade a avançar.

----- Mas quero neste momento dar também nota de um avanço importante numa outra frente e que se prende com a realização do evento da Volvo Ocean Race em Lisboa. Há uns anos atrás a Câmara Municipal tomou uma decisão de ter um forte envolvimento com a Regata, a Volvo Ocean Race e foi uma boa decisão desta Câmara, foi uma boa decisão porque a Volvo Ocean Race é hoje um dos maiores eventos desportivos mundiais, um dos eventos mais televisionados, mas porventura um dos raros eventos que nos consegue o benefício da exposição turística, mas que nos consegue também o benefício da nossa ligação ao mar! -----

----- Pouco há de tão concreto, de mais concreto do que revisitarmos o que foi a nossa grande ligação, a nossa ligação à aventura marítima que é hoje a Regata da Volvo Ocean Race. A aposta do passado teve uma justificação e um sentido, não era a realização de um Evento, de um momento que se esgotasse numa semana, não, era uma aposta estratégica! E uma aposta estratégica de trazer para cá componentes cada vez mais importantes deste Evento como forma de consolidar a ligação de Lisboa ao mar, mas acima de tudo de consolidar e de dotar, de reforçar os meios da promoção turística internacional da cidade de Lisboa. -----

----- O que vos posso dizer hoje e tive oportunidade já de transmitir, é que esses objetivos estão a ser conseguidos, Portugal e Lisboa estão-se a posicionar para poder adquirir e ter mais responsabilidades futuras na organização da Volvo Ocean Race e nós conseguimos não só que ficasse já em Lisboa parte importante da estrutura de apoio às equipas durante todo o ano, mas como conseguimos também que uma parte das equipas escolhessem Portugal e Lisboa como a sua base de treinos regulares. -----

----- Isto é uma decisão de grande importância porque nos coloca numa posição de linha da frente para o debate que há de ser tido no próximo ano, para a negociação que irá ser tida no próximo ano sobre a localização da sede oficial da Volvo Ocean Race e que ditará o local de partida da Regata no ano de 2020, foi pois um bom acontecimento, um bom momento e uma avanço que eu queria destacar e registar aqui neste momento. -----

----- Mas permita-me também Senhora Presidente e Senhoras e Senhores Deputados Municipais que vos dê nota aqui de importantes avanços, de três importantes avanços que ocorrerão nas próximas semanas através de decisões de Câmara. -----

----- O primeiro dos quais uma decisão que tomaremos amanhã na Câmara Municipal, por proposta da Câmara, proposta do Executivo, que se prende com a recuperação do Pavilhão Carlos Lopes. O Pavilhão Carlos Lopes teve várias iniciativas, vários projetos, várias dinâmicas ao longo do tempo, a última da qual também fui protagonista, pretendia a instalação de um Centro de Congressos a partir das instalações do Pavilhão Carlos Lopes, essa ideia não irá hoje para a frente por razões que são hoje conhecidas mas colocou um desafio à cidade, que é a recuperação do edificado do Pavilhão Carlos Lopes e a sua possibilidade de novamente poder ser usufruído pelos lisboetas como infraestrutura emblemática da cidade. Aquilo que decidimos e que levaremos amanhã à Câmara é constituir um direito de superfície para a ATL proceder à recuperação do espaço na sua integralidade, mantendo todas as suas características para que ele possa servir de Espaço Multiusos a todo o tipo de realizações e todo o tipo de eventos, muito à semelhança daquilo que é hoje o Pátio da Galé. -----

----- É uma iniciativa que nos permitirá recuperar o que é uma infraestrutura emblemática, é uma iniciativa que nos permitirá resolver aquilo que é uma preocupação de há muito da Assembleia Municipal e é uma iniciativa através da ATL que nos dá as garantias de podermos a breve trecho ter a obra executada. Na verdade temos q perspetiva que entre o final de 2016 e o início de 2017 possamos ter de novo o Pavilhão Carlos Lopes ao serviço da cidade, das suas múltiplas realizações,

iniciativas e dos seus múltiplos agentes e poder devolver à cidade esse espaço que é tão emblemático.-----

----- Quero em segundo lugar dar nota que amanhã na Reunião de Câmara proporemos também a adjudicação das três grandes empreitadas de pavimentação da cidade que tive oportunidade de fazer menção no discurso de tomada de posse. Essas empreitadas serão adjudicadas, iniciar-se-ão os trabalhos já no verão por uma parte importante do Plano de Pavimentação e que ocorrerá ao longo dos três próximos anos.

----- Gostava também aqui Senhora Presidente da Assembleia Municipal, de anunciar que proporei à Câmara a realização de uma Reunião na próxima semana onde possa ser aprovada uma proposta de hasta pública relativamente à alienação dos terrenos da antiga Feira Popular. Cremos que é o momento certo para o fazer, cremos que depois do enorme período de tempo em que esta ferida esteve aberta no seio da cidade que temos hoje condições para poder avançar de forma bem-sucedida na resolução daquilo que é seguramente um dos maiores cancros urbanos que existe na cidade de Lisboa, de facto nenhuma cidade tem, como a cidade de Lisboa tem, em plena zona central uma zona não urbanizada com aquela dimensão e daquela importância e só tenho, só teremos todos talvez só a lamentar o tempo e os anos que este processo demora e que este terreno já tem neste estado e nestas condições e é por isso um gosto para mim grande poder anunciar que porei e apresentarei esta semana essa proposta para na próxima semana termos uma Reunião de Câmara que se dedique sobre este tema e que possamos aprovar uma proposta para alienação da hasta pública.-----

----- Mas gostava já de anunciar aqui o que são os seus principais orientações e princípios, em primeiro lugar um princípio de que daquela alienação resulte a resolução do problema urbano que está criado na cidade, está criada uma ferida na cidade que necessita de ser resolvida e necessita de ser resolvida do ponto de vista urbano.-----

----- Em segundo lugar uma solução que favoreça face a outras possibilidades um usufruto significativo de espaço público não confinável e não cativo ou não privado, isto é, uma solução urbana que permita essa circulação e que permita esse usufruto dentro do espaço que é utilizado.-----

----- Em terceiro lugar uma solução que assegure obviamente com integral e absoluta transparência e que assegure os interesses do Município de Lisboa e a defesa dos interesses do Município de Lisboa quer os interesses patrimoniais mas também os interesses importantes do Município que é assegurar que depois da alienação não se sucede um novo problema, isto é, que a seguir à alienação se sucede a edificação, a construção, o usufruto, a transformação daquele espaço num espaço ao serviço da cidade nas suas múltiplas valências.-----

----- São estas preocupações que estarão na proposta que apresentaremos à Câmara Municipal e queria assumir aqui Senhora Presidente, no cumprimento do espírito da Deliberação que há pouco acabámos de aprovar, que enviaremos à Assembleia Municipal mal tenhamos a proposta para distribuição, de Câmara enviaremos imediatamente à Assembleia Municipal mesmo antes da aprovação em Câmara Municipal, para que a Assembleia Municipal possa acompanhar desde o início este

processo, desde o início é uma forma de dizer porque de facto este processo já vai é muito longo, mas que possa acompanhar aquilo que espero eu que seja a fase final deste processo que é a devolução à cidade deste espaço tão importante para que possamos pôr fim e após tantos e tantos anos sanar o que foi um dos mais graves problemas da cidade, um dos mais graves problemas urbanos mas também reconhecemos todos talvez um dos mais graves problemas políticos e psicológicos pelos quais esta cidade viveu do ponto de vista urbano nos últimos anos. Será para mim gosto particular ter essa proposta aprovada em Câmara e fazer este Debate aqui na Assembleia Municipal com toda a transparência e com toda a abertura e com toda a participação para que possamos ter uma boa solução para aqueles terrenos e uma boa solução para aquela zona da cidade. -----

----- Senhora Presidente eu não quero terminar esta minha intervenção sem me referir a um tema de grande importância para a cidade que é o tema dos transportes e quero utilizar este local e este momento para reafirmar à Assembleia o total empenho e compromisso da Câmara em tudo fazer para na oposição ao atual processo de concessão que está em curso das empresas de transportes em Lisboa, mantemos uma posição de firme oposição a este processo e mantemos uma posição de firme oposição a este processo por duas razões, a primeira das quais é porque a Câmara de Lisboa tem direitos patrimoniais, mas acima de tudo tem direitos como concedente do sistema de transportes públicos, dos quais não abdica nem pode abdicar! A Câmara Municipal sustenta que esta operação que está a ser realizada não pode ser realizada porque não é o Estado nem a Administração Central a titular dos direitos de concessão para poder realizar esta operação! -----

----- Tomámos já várias iniciativas nesse sentido e tomaremos mais, mas há uma segunda razão que é a segunda razão de fundo pela qual mantemos a oposição a este processo, é porque este processo a ir para a frente e a ser concluído resultará numa pior mobilidade e num agravamento da situação da mobilidade no Município de Lisboa e na rigidificação dessa má solução durante muitos e muitos anos na cidade. ----

----- A verdade é que ao longo destes últimos anos o número de passageiros nos transportes públicos na cidade de Lisboa, ao longo dos últimos quatro anos, caiu em cerca de 100 milhões de passageiros, 100 milhões de passageiros foi quanto a CARRIS e o Metro perderam em quatro anos de operação, isto significa por um lado menor mobilidade das pessoas e significa também uma desvalorização relativa do transporte coletivo face ao transporte individual, aconteceu precisamente o contrário daquilo que é importante e que é essencial que aconteça na cidade de Lisboa e o que a proposta de concessão tem em cima da mesa é por um lado estancar este modelo que não funcionou mas por outro lado criar as condições para o agravamento do seu funcionamento porque a forma como a concessão está desenhada só deixa um caminho do ponto de vista da operação privada e o caminho não é o da expansão, o caminho é o caminho do retrocesso e da diminuição do serviço público. -----

----- Isto é algo que decorre diretamente da forma como a concessão está desenhada e isto soma-se àquilo que é a inevitabilidade de um processo desenhado de forma autónoma e ao arrepio dos municípios, que é a manutenção de uma situação única nas

idades e nos países desenvolvidos, que é a total desintegração das peças do sistema de mobilidade. Neste momento a gestão da via pública está desarticulada da gestão do sistema de transportes públicos, os transportes públicos estão desarticulados do sistema de estacionamento público, o sistema de estacionamento público está desarticulado do sistema de decisão de grandes infraestruturas de acesso à cidade, todas as peças fundamentais do sistema de mobilidade não se encontram articuladas porque se encontram ao abrigo de diferentes entidades! -----

----- Ora a Câmara Municipal de Lisboa que tem nas suas atribuições e competências, tem o poder para fazer esta regulação não pode abdicar de exercer esse poder nem pode deixar que pura e simplesmente o Governo decida prosseguir com uma concessão e uma concessão que o que fará é rigidificar um mau sistema de mobilidade e que tenderá, eu friso este aspeto, que tenderá a agravar a situação da mobilidade no Município de Lisboa. -----

----- Quero pois Senhora Presidente anunciar que além das ações que já interpussemos, interpussemos as providências cautelares relativamente à CARRIS, ao Metro, procedemos à impugnação da resolução fundamentada que as administrações apresentaram, apresentámos já uma ação judicial relativamente à ação, à resolução do Conselho de Ministros que mandatou os Conselhos de Administração das empresas, mas dei indicação também aos nossos serviços jurídicos e aos nossos consultores para ainda esta semana apresentarem as ações principais que estão na base das providências cautelares que há pouco apresentámos. -----

----- Na frente judicial apresentaremos e mobilizaremos todas as nossas forças e energia com a convicção não só de que temos a razão do nosso lado, a razão do direito do nosso lado, mas acima de tudo temos a razão de fundo do nosso lado! Este processo é um processo negativo, é um processo altamente negativo para o funcionamento da cidade de Lisboa, destrutivo do que é a evolução natural e positiva dos padrões de mobilidade na cidade de Lisboa e que a vingar e a ir para a frente colocará a cidade em graves dificuldades nos próximos anos. -----

----- Apresentarei, apresento isto hoje aqui como reforço e como sinal claro da firme oposição do Executivo e da Câmara a todo este processo reservando, como sempre nos reservamos e já o afirmamos, a todas as ações que consideremos necessárias, proporcionais e adequadas para que este processo não seja bem-sucedido! Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “A imposição legal e regulamentar que o Senhor Presidente da Câmara Municipal apresente em cada sessão ordinária uma informação escrita do que mais relevante ocorreu no Município e, muito especialmente, a sua própria ação. Esta é a primeira informação escrita redigida pelo atual Presidente da Câmara e o melhor que se pode dizer é que nada mudou no conteúdo relativamente às comunicações apresentadas pelo anterior Presidente. Aprecia-se a mudança de estilo e a menor politização dos temas. Quanto ao resto, quase não se dá pela mudança, continuando a referir iniciativas de relevância muito discutível, com ênfase em projetos que revelam

o mesmo seguidismo a modos internacionais, usando e abusando dos estrangeirismos na sua apresentação e que nada trazem de concreto às necessidades estratégicas e operacionais na Cidade de Lisboa. -----

----- Fala-se de tudo, fala-se de nada, e enchem-se páginas com cada vez mais temas desinteressantes temas propostos pelos serviços camarários e menos aos que deviam demonstrar a via de mudança que se esperaria ligada a uma nova liderança municipal. -

----- Pelos vistos, nada de significativo ocorreu em Lisboa neste período que ultrapasse a sua habitual rotina a que o Senhor Presidente parece perfeitamente acomodado, não se encontrando nada que resulte direta ou indiretamente, da sua ação pessoal com valor suficiente como seria exigível numa nova dinâmica a ser introduzida por esta nova mudança presidencial. -----

----- A presente informação escrita aparece inócua, cheia de assuntos repisados, propondo valorização territorial de Lisboa mas sem sequer, assegurar o acesso prático a pessoas com mobilidade reduzida, e prosseguindo por novas “*conections and diversity economy and local integration and cross integration and fight veicules and Europe and ufa, ufa, ufa ...*”, o que contrasta aliás com o Festival de Lusofonia que logo a seguir, vem relativamente à Assembleia da UCCLA. -----

----- Assim, continuam vãos os nossos esforços para que a informação escrita do Presidente venha finalmente, escrita em português. -----

----- Se nos satisfaz o novo Museu do Aljube, os novos veículos do Regimento de Sapadores de Bombeiros, que sejam equipados com desfibriladores, e que finalmente se considera a atribuição de apoios significativos a atividades náuticas do Tejo, há muito desejados pelos lisboetas, o que esperamos que venha a encher os estuário de velas e embarcações a remos, assim como mais iniciativas de promoção de interculturalidade, pouco mais se encontra que seja nota de progresso e bem-estar da nossa cidade. -----

----- É uma informação escrita insuficiente nos factos que tenham real impacto na cidade, evidenciando a baixa substancia da ação camarária porque só nos restam referir ações que mereceriam estar escritas e que não estão, como seja: ações tendentes a rejuvenescerem a cidade com facilitação de fixação de novos casais, evitando que Lisboa continue a expulsar as suas sucessivas gerações sem qualquer reação do Município, informações sobre o processo de gestão das transportadoras que servem Lisboa. E aqui, há muito pouco, o Senhor Presidente achou necessário dizer que a sua posição é de pura oposição e nenhuma consensualização, nenhuma articulação. -----

----- Também nos seria necessário falar da melhoria dos serviços de limpeza da cidade, acabando com o maus cheiros por toda a parte que imperam. -----

----- Mas não vieram escritos estes factos, nem estes, nem outros que deveriam estar previstos. E continuam a não ser reportados o que é essencial para a cidade decerto porque nada ocorreu de essencial nesta cidade. -----

----- Não falo aqui dos vários temas evocados pelo Senhor Presidente da Câmara na sua apresentação, porque não constam desta informação escrita, ou tiveram lugar para além de trinta e um de maio, a que a comunicação respeita. -----



----- Estas considerações têm vindo a ser recorrentes na análise das informações escritas dos Presidentes, sem que lhes tenha sido dado qualquer remédio. Seria esperado que uma nova gestão trouxesse uma nova dinâmica no tratamento dos assuntos da cidade, o que não está a acontecer. Lamenta-se a oportunidade perdida. ----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ferreira de Lemos (CDS-PP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “A informação escrita, não a oral que aqui ouvimos agora mesmo, do período de um de abril a trinta e um de maio, como aliás, as anteriores relativas a outros períodos deste mandato socialista, lembra-nos muitas exposições., inaugurações, festivais, dias dedicados a isto àquilo, isto é, em conjunto este tipo de acontecimentos ocupa seis das doze páginas da informação escrita do Senhor Presidente. Ou seja, 50% da narrativa é dedicada ao acessório e não ao essencial, ao estrutural e estruturante da nossa cidade.--

----- Não é de alguns acontecimentos normais e efémeros que embora importantes, não são o essencial de uma informação escrita de um Presidente da Câmara, e esta informação escrita não pode ser compensada por uma longa narrativa oral que também, nada trás relativo a este período.-----

----- Quanto ao regulamento de infraestruturas em espaço público que enquanto regulação destina-se, ou deveria destinar-se a valorizar esse mesmo espaço público, conviria não esquecer os dispositivos publicitários como temos vindo, de uma forma sistemática, alertar esta Assembleia.-----

----- No plano cultural, o CDS-PP saúda as iniciativas “Lisboa terra de Acolhimento” que relembra o holocausto judaico e o contributo para o salvamento de muitos refugiados que procuraram porto seguro durante a guerra e perseguições, na nossa Cidade de Lisboa.-----

----- Gostaríamos, também de saudar a inauguração do Museu do Aljube.-----

----- Estaremos atentos para que não sejam frustradas as expectativas para o novo espaço da Biblioteca Penha de França. Lamentamos que, neste aspeto da biblioteca, não tenha sido mantido um ponto de apoio no antigo espaço da biblioteca.-----

----- Alertamos a Câmara de Lisboa que já vai na segunda incubadora, parece, pelo relato, que ainda não existe uma quantificação relativa à taxa de sucesso dos projetos apoiados. É indispensável que a Câmara promova uma avaliação *A posteriori*, de onde constem objetivos, custos e benefícios alcançados por estas iniciativas e por estas *Startup's*. Relembro que o projeto Magalhães é um bom exemplo de algo que foi apresentado como inovador e de grande sucesso, e hoje sabe-se da sua quase total inutilidade e dos milhões que envolveram os seus custos.-----

----- Uma avaliação das *Startup's* e das incubadoras é essencial para uma análise serena e ponderada por parte da Câmara e desta Assembleia aos resultados destas iniciativas.-----

----- Não basta ter boas ideias, não é suficiente a propaganda como aquela que veio aqui fazer em relação aos transportes da Cidade de Lisboa, nós sabemos que se opõe mas foi o Partido Socialista que levou à falência total dos transportes urbanos da

Cidade de Lisboa, de Lisboa e de outras cidades, em particular da Cidade de Lisboa, incapaz de prosseguir essa noção que o Senhor tem, não exata, que é serviço público.--  
----- Dizia eu, não basta ter boas ideias, não é suficiente a propaganda que fez, é necessário saber como realizar, é necessário saber como acompanhar, é necessário saber como monitorizar. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal John Baker (MPT)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Reunimos hoje, nesta Assembleia para discutirmos a primeira informação escrita do Senhor Presidente Fernando Medina à frente dos destinos da capital. Mas antes de falar sobre a informação escrita propriamente dita, gostaríamos de saudar o executivo que, segundo notícia veiculada na comunicação social, e após várias recomendações, intervenções dos diferentes grupos municipais, finalmente, parece que se encontrou uma solução para recuperar o Pavilhão Carlos Lopes. Esperamos que, ao contrário do que aconteceu com as concessões de Monsanto, o Executivo respeite, desta vez, esta casa e submeta a proposta que irá ser votada, amanhã em Câmara, à consideração desta Assembleia Municipal. Pois, existem aspetos ligados à conservação do edifício que importa esclarecer de forma a ser um projeto consensual e o mais participado possível. -----

----- Ao analisarmos a informação escrita propriamente dita, que corresponde ao período entre um de abril e trinta e um de maio, verificamos, sem qualquer surpresa, que a fraca capacidade de concretização da atual maioria se mantém. Ao qual se alia a usual escolha seletiva de alguns acontecimentos mais marcantes para a cidade que iremos comentar ao longo desta intervenção. -----

----- Face ao exposto, começaremos por comentar os casos omissos no presente documento: -----

----- Em primeiro lugar, destacamos a Taxa Municipal Turística que através do protocolo estabelecido entre a Câmara e a ANA, entrando em vigor no dia um de abril do presente ano. De referir que este protocolo permite um encaixe financeiro à Câmara Municipal de Lisboa na ordem dos três milhões e seiscentos mil euros relativos aos meses de abril a outubro. O orçamento tem estimado para o ano de 2015, uma receita de sete milhões de euros para esta taxa. Sabendo que o protocolo com a ANA só cobre parte desta receita, iremos ter um desvio da execução. Como está o processo de cobrança de entradas por via marítima? Será que temos também um protocolo com o Porto de Lisboa? Sinceramente, não vemos onde o executivo vai arrecadar o diferencial entre o protocolo da ANA e o previsto no seu orçamento. -----

----- O segundo esquecimento é relativo à recolha de propostas para o Orçamento Participativo 2015-2016, que decorreu entre sete de maio e sete de junho de 2015. ----

----- Segue-se agora, o período de tratamento das propostas e de consulta às Juntas. ----

----- Esperemos que os dois pontos deliberativos da recomendação para o Orçamento Participativo com mais informação e participação apresentada pelo MPT e aprovada por maioria, no dia dezasseis de dezembro 2014, seja levado em consideração pelo Executivo. -----

----- No que concerne ao documento em análise, o Partido da Terra evidência as condições de habitabilidade da Vila dias, onde o regime de propriedade é totalmente, privado. Durante anos o problema agrava-se tendo sido, inclusivamente, uma promessa eleitoral de vários candidatos às Eleições Autárquicas, e finalmente vislumbra-se uma solução para os habitantes. O Partido da Terra deseja que a Câmara mantenha o atual empenho no processo até à resolução do mesmo. -----

----- Relativamente ao espaço público, é com agrado que constatamos que a reunião de Câmara de vinte e nove de abril, foi finalmente aprovada a versão final do regulamento de infraestruturas em espaço público, para efeitos de apreciação em Assembleia Municipal. Dentro dos vários objetivos, destacamos a coordenação de intervenções no espaço público, a regulação das condições de ocupação e utilização do espaço público, eliminação das barreiras arquitetónicas e disciplinar a ocupação da via pública, entre outros. -----

----- Infelizmente, a ocupação do espaço público dentro da cidade tem sido alvo de ocupações selvagens, muitas das quais pela própria autarquia. O exemplo mais recente sucedeu no Largo Rafael Bordalo Pinheiro, onde foi recuperado um amplo espaço para os peões em detrimento dos carros. Todavia, foi “sol de pouca dura”, uma vez que a Câmara Municipal autorizou a instalação de uma nova infraestrutura para a esplanada, preparando-se para fazer uma cópia do Largo do Carmo, onde por vezes, não se consegue usufruir dos bens públicos existentes neste local por causa da dimensão da esplanada. -----

----- A zona dos Armazéns do Chiado local, local associado ao marcante incêndio que decorreu em vinte e cinco de agosto de 1988, relembra a importância vital que o dispositivo de socorro tem para a cidade, pelo que, saudamos o investimento feito na área da proteção civil, designadamente, na aquisição de equipamentos de proteção individual de combate a incêndios estruturais e na aprovação da proposta de adjudicação para aquisição de cinco veículos de socorro para o Regimento de Sapadores de Bombeiros de Lisboa. -----

----- Refiro, ainda, que dado ao protocolo celebrado entre o Município e a Caixa Geral de Depósitos, os Sapadores de Bombeiros de Lisboa passam a ser o primeiro e único corpo de bombeiros com viaturas de combate a incêndios munidas de desfibriladores. -

----- Ainda que o RSB sejam uma referência nacional, o concurso externo de ingresso para a categoria de bombeiro sapador tem sido um processo demoroso, o que levou à desistência de muitos dos que foram admitidos. Dos seiscentos e quatro admitidos, somente se apresentaram no dia trinta de maio, trezentos e trinta e oito o que terá um reflexo na qualidade de escolha. -----

----- As recentes alterações climáticas constituem uma séria ameaça ambiental. Assim sendo, é com grande satisfação que o Partido da Terra aclama a criação de um plano de contenção às alterações climáticas o “Climadapt Local”. O objetivo é constituir um plano de adaptação às condições climáticas para a Cidade de Lisboa que detalhe medidas de adaptação de resposta a ocorrências e a fenómenos extremos como precipitação intensa, ventos fortes, ondas de calor, mas que acima de tudo integre objetivos de adaptação transversais. -----

----- O Rio Tejo e o Estuário são património inigualável que todos têm o direito de usufruir e conservar. Assim, destacamos com agrado a realização do “Clube do Mar”, projeto-piloto que incide nas modalidades Vela e Remo, e que tem a participação de cento e vinte alunos do 2º e 3º Ciclo, do ensino básico das escolas públicas da Zona Ribeirinha. A ligação destas crianças com o Tejo, para além de atividade desportiva, incute um sentimento de pertença fundamental para a preservação do património. -----

----- Dos vários eventos desportivos realizados na cidade, o Partido da Terra gostaria de saudar dois em particular: a receção do Velejo da Volvo Ocean Race., que com eles trouxeram impacto e projeção internacional de mãos dadas com a dinamização do desporto e do turismo náutico, e as Olissipíadas que contaram com a participação ativa das Juntas de Freguesia, Federações Desportivas e Clubes, proporcionando um verdadeiro ambiente desportivo à cidade, que envolveu doze modalidades e quatro modalidades paralíticas.-----

----- Na área social, o Partido da terra felicita o Executivo por ter celebrado o protocolo com a Federação Portuguesa das Associações de Surdos. Esta assinatura tem especial significado pois a partir de agora as reuniões públicas de Câmara do Conselho Municipal passaram a ser mais inclusivas. Trata-se de uma estratégia mais ampla de aprofundamento dos mecanismos de acesso e participação dos cidadãos na gestão municipal. No entanto, continua por publicar no sítio da Câmara os diversos documentos; atas, propostas, planos entre outros, discutidos em reunião de Câmara conforme foi deliberado por unanimidade nesta Assembleia, aquando da aprovação da recomendação “Por um maior escrutínio público das reuniões da Câmara de Lisboa. ---

----- Para finalizar, a questão da mobilidade, nomeadamente, o tão aguardado sistema de bicicletas partilhadas. Depois de várias ideias e projetos, está concluído, e sito; “a definição em concreto da localização das cento e vinte estações do sistema de bicicletas públicas partilhadas, incluindo visitas a todos os locais com elementos das várias entidades e serviços envolvidos, e apoio à elaboração das fichas de cada estação. -----

----- Resta saber de é desta que, finalmente, iremos ter uma rede de bicicletas partilhadas na Cidade de Lisboa. Está o Executivo em condições de assumir um prazo para a sua instalação? -----

----- Ainda ao nível da mobilidade, continuam os trabalhos de desenvolvimento da proposta para a implementação de uma rede de parques dissuasores com base numa análise feita a todas as estações de Metro e comboio localizadas na periferia da cidade, ou em locais menos periféricos mas contíguos à rede viária hierarquia superior. -----

----- O Partido da terra através de moções e recomendações tem vindo a defender a introdução de uma rede de parques de estacionamento dissuasores que contribuirá para a diminuição significativa do tráfego automóvel no interior da cidade e conseqüente redução dos níveis de gases e partículas poluentes, melhorando assim a qualidade de vida na cidade. Nesse sentido, perguntamos se há alguma perspetiva política para a conclusão dos trabalhos e se será, ainda, neste mandato?-----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Esta informação de Vossa excelência à Assembleia Municipal é mais ampla e diversificada. Há aspetos positivos como o que é dito acerca da Vila Dias, e oxalá a firmeza do texto corresponda às ações no terreno, numa realidade violenta e velha, que já devia ter sido intervencionada e transformada.-----

----- Para além da alteração aos limites da área de Lisboa, do regulamento de infraestruturas em espaço público com a decisão que deve ser cumprida, disciplinar a ocupação de via pública, do projeto “Incursões pela Arte” que pode suavizar os impactos negativos de impingir aulas de empreendedorismo a crianças a partir dos seis anos nas escolas do 1º ciclo, do Regimento de Sapadores de Bombeiros na aquisição de equipamentos da proposta para adjudicação do concurso público para aquisição de cinco veículos de socorro e outros veículos de combate e assistência, dos quinze desfibriladores doados pela Caixa Geral de Depósitos que reduz os juros nas nossas contas mas ainda, faz alguma coisa de útil, da atribuição de trinta fogos municipais, da intervenção tão desejada nas Torres do Alto da Eira, qual obra de “Santa Engrácia” agora a chegar a uma situação bem mais dignificante, da assinatura do protocolo com a Federação Portuguesa da Associação de Surdos, da inauguração do Museu do Aljube “Resistência e Liberdade”, da inauguração do novo espaço da Biblioteca da Penha de França. -----

----- Para além de tudo isto, o que fica por referir e questionar?-----

----- Ficam as inaugurações do novo espaço de incubação Startup de Lisboa, e do centro de incubação da Mouraria, com o Senhor Presidente a informar-nos que foram inaugurados por si e pela Senhora Vereadora Graça Fonseca, a semana do empreendedorismo de Lisboa, a Lisboa e a conexão de negócios, o DELI – Projeto de Apoio ao Empreendedorismo Imigrante, o Festival In, reunindo mais de quarenta parceiros, projetos e empreendedores, o “D da Europa” em Lisboa, uma exposição sobre o Ano Europeu para o Desenvolvimento, isto numa época de asfíxia da nossa vida à custa da integração tão violenta e desconforme em grande parte exposto numa linguagem estrangeirada que se ajusta ao estilo moderno e avançado em que vivemos.-

----- Lemos isto, e mais algumas notícias de eventos, exposições, espetáculos e outros eventos, e fica-nos uma certeza que se poderia ir mais longe, na abordagem do que são hoje os problemas quotidianos da população que fica em silêncio e sente a falta de centenas de eleitos que deixaram de existir em Lisboa com a destruição de vinte e nove freguesias. Dessa proximidade, contígua, lá no terreno, bairros e freguesias tal como se viu nas Marchas Populares bem distintas, na avenida e na cidade.-----

----- Muita coisa há a dizer sobre a falta de habitação e a situação nos bairros municipais, questionamos no PAOD, através de uma recomendação.-----

----- Sobre os pavimentos e vias que parecem picadas, um ou outro remendado, agora à pressa. -----

----- Sobre o desemprego e o desespero da juventude que não pode viver em Lisboa, nem no nosso país, e tem de emigrar.-----

----- Sobre o que acontece com coletividades de cultura e recreio, clubes e outras associações populares na falta de programas e apoios municipais e estranguladas pelas rendas elevadas e ameaças de despejos. -----

----- Sobre taxas e preços da água que exasperam residentes e comerciantes. -----

----- Sobre o dia-a-dia difícil que os autarcas e autarquias devem acompanhar, lutando ao lado dos munícipes para mudanças políticas, mas isso está menos nos seus horizontes e expectativas porque vê sobretudo, os horizontes da venda de património e de negócios estimulantes entre algumas declarações de bem-fazer e de interesse pelos pobres. -----

----- Foi aqui que chegaram, e continuam a chegar, enquanto a imensa maioria desespera na esperança que isto mude, que Lisboa tenha quem defenda e impulse uma vida de justiça e de luta, não de miséria e de esmola, não de negócios e de ruturas urbanísticas, mas de trabalho e progresso, de independência e soberania na liberdade e direitos que Abril nos trouxe. Foi isso que nos levou a intervir nesta informação do Senhor Presidente, para separar o “trigo do joio”, assinalar o que está bem e o que poderíamos ter se outra fosse a política do PS na Câmara Municipal, na cidade e na realidade do país. Mas isso são outros caminhos para conquistar e concretizar. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Maria Begonha (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “A informação escrita deste curto período, remete-nos para uma mesma conclusão que nos tem acompanhado desde o início do mandato, ao contrário do que aqui se fez crer, e que é o cumprimento de um projeto e de um programa que o PS propôs em absoluto contra ciclo em relação a este Governo e agora, sim Senhor, com o nosso Presidente exatamente com o mesmo dinamismo e capacidade de transformação da cidade, que tínhamos antes. -----

----- O programa que se propôs é de uma cidade com investimento nas pessoas, uma cidade empreendedora internacionalizada, que atraia os mais qualificados, uma cidade que abra oportunidades ao invés de as fechar, que valoriza a interculturalidade, que quer receber nas suas fronteiras ao invés de incentivar que alguns partam e que aposta numa variedade cultural intensa, onde a requalificação urbana está ao serviço da preservação do património e da sua memória. -----

----- O cumprimento de uma boa política que entende que o investimento público está ao serviço do cidadão e está presente na atividade da Câmara, que não só não abandonou como apostou nas indústrias criativas, como foi aqui falado, e na criatividade em Lisboa, que vê na aposta de mais competências nas escolas, como o desporto escolar, uma aposta que vale a pena, que celebra a igualdade e a diferença como direitos inalienáveis, que quer alcançar a excelência internacional em diversos domínios, como oportunidades de valorizar os nossos recursos e em particular o rio, e não esqueçamos uma cidade onde a descentralização representa mais políticas públicas, de proximidade e de responsabilização de quem decide. Uma cidade onde se decide, com um Presidente forte que se faz ouvir para além da esfera da cidade, em defesa do interesse público dos lisboetas, onde não há medo de fazer escolhas

políticas nas prioridades do investimento porque se acredita na gestão pública como é o caso dos transportes, ter uma oposição da Câmara em relação à concessão dos transportes públicos por causa dos custos que tem para a mobilidade, por privilegiar o transporte individual, e não coletivo, as dificuldades que acrescerá às famílias tem sido muito clara a escolha política e decisão da Câmara nesta matéria. -----

----- Nestes curtos meses vemos uma cidade que abre novos espaços culturais ao mesmo tempo que valoriza o espaço da tradição como foi aqui dito em relação às marchas. Que é rigorosa e inteligente com a gestão do dinheiro público sem ser cega aos direitos sociais de todos, uma Lisboa onde é possível dinamizar economia e um espírito empreendedor de iniciativa privada e das novas ideias e ao mesmo tempo, que se promove solidariedade social e coesão, quando nos fazem crer que isso não é possível e em particular os partidos que sustentam a maioria que temos no Governo.---

----- Por isso, nos últimos meses PS destaca três eixos; uma cidade de requalificação urbana e da valorização da cultura, uma Lisboa que é empreendedora e uma cidade que é inclusive, intercultural, coisa que mereceu menos atenção da bancada dos Senhores Deputados. -----

----- Sobre a aposta na reabilitação urbana, mas ao serviço das pessoas, o PS quer destacar a intervenção na Vila Dias em que vemos presente um paradigma de responsabilização dos vários atores, em particular, em relação aos proprietários e, é verdade que demoramos tempo, mas outros partidos tentaram fazer alguma coisa em relação à falta de condições de habitação condigna e foi o PS na Junta e na Câmara que conseguiu, agora, fazer uma intervenção, finalmente. -----

----- Requalificação e recuperação urbana na Câmara está também ao serviço da preservação do património da valorização da diversidade cultural da cidade. O Senhor Presidente falou aqui da inauguração dos Terraços do Carmo, do Elevador de Santa Luzia, acrescentar apenas que a revitalização da Baixa, a valorização do nosso património arquitetónico devido ao acesso do Elevador de Santa Luzia, também Alfama, foi também um acréscimo de mobilidade e de acessibilidade na nossa cidade com ligação ao coração de Alfama. Este património histórico não cumpre apenas um objetivo de ter uma Lisboa acessível, é obviamente, também, ao turismo e portanto, à capacidade competitiva de Lisboa com outros destinos turísticos e também contribuí para qualquer candidatura a património mundial que Lisboa realize. -----

----- Destacar, também, a inauguração do Museu Aljube “Resistência e Liberdade” que, de facto, irá ser um dos espaços mais importantes para a celebração da memória coletiva da nossa história política, como aqui já foi falado. -----

----- Da cidade da cultura passamos para a cidade do desporto. Dar uma palavra sobre o encerramento das Olissipiadas, pela cidade ter apostado no desporto e dessa forma, também, congratular as freguesias, todos os atores desportivos e agrupamentos escolares que se envolveram neste grande projeto desportivo e que valorizou claramente, a prática desportiva, mas também de cidadania. -----

----- A Volvo Ocean Race que também não poderíamos deixar de parte, e como já foi aqui dito pelo Senhor Presidente, destacar de facto a presença da Câmara, desde sempre destacar o Tejo na fachada atlântica como capital do mar, e como falava à

pouco de uma cidade internacionalizada e empreendedora, este é um dos melhores exemplos de empenho da Câmara nesse esforço. -----

----- Segundo eixo de uma cidade empreendedora, tem vindo a ser uma das grandes marcas deste executivo, mas é igualmente uma grande marca do Presidente Fernando Medina, daí também a referência da presença do Senhor Presidente Fernando Medina no que diz respeito aos avanços da cidade no empreendedorismo. A semana do empreendedorismo obviamente, de destacar mas nós queremos exatamente, como fez o Senhor Presidente da Câmara, para além de evocar a abertura do novo espaço de incubação da Startup de Lisboa, destacar a primeira incubadora de indústrias criativas e culturais para áreas que vão desde a música, a artes e ofícios, a gastronomia, às vezes mais esquecidos, na Mouraria. É importante referir que a aposta no empreendedorismo, na criatividade, na cultura, ao contrário do que aqui foi dito que não existe uma estratégia de rejuvenescimento e de apoio ao emprego, em particular, da minha geração, é também uma aposta no emprego, na criatividade, na cultura, no empreendedorismo através da inovação, e por isso, representam também uma parte de uma prioridade de investimento no município, de suporte de capacidade de uma questão muito importante e que aqui não foi falada e que é de resiliência no combate à crise, e que é fundamental, parte de uma estratégia de revitalização a economia da cidade. Portanto, existe de facto um projeto de rejuvenescimento da cidade e de resiliência no combate a esta crise que a Câmara não esquece. -----

----- O terceiro eixo, que não é menos importante, e que é a valorização de uma cidade inclusiva que procura a igualdade entre todos, e para todos, e valoriza a multiculturalidade e a interculturalidade na cidade. Eu creio que foi o que o CDS-PP chamou de acessório, ou apenas a informação escrita sobre as aberturas, inaugurações e efemérides. O Partido Socialista discorda. O Partido Socialista entende que o Plano Local de Integração de Imigrantes, que o Fórum Municipal de Interculturalidade a funcionar, que iniciativas de diálogo inter-religioso e o assinalar da luta contra a homofobia, não são acessórios, são parte fundamental daquilo que é o trabalho da Câmara e da visão que a Câmara tem para uma agenda de igualdade, que é de facto transversal ao contrário do que tentou transparecer uma moção do BE. E acho que devíamos hoje, também, e quero assinalar com algum desagrado, que nem todas as bancadas as questões da igualdade de facto são consensuais para nós, e por isso é tão importante ter o Partido Socialista no executivo com uma agenda de direitos sociais e de igualdade que, de facto, impõe uma luta contra qualquer discriminação.-----

----- Estes são os três eixos que o PS destaca como parte da informação escrita que revela, claramente, como temos afirmado, que existe a visão de um modelo da cidade que é diferente, é um modelo social mas é um modelo dinamizador da economia, também. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----



----- “Apreciamos hoje, a informação escrita do presidente da Câmara e algumas questões a ressaltar visto que, notamos que o número de páginas vem aumentando, mas o conteúdo realmente importante, nem por isso. -----

----- Em primeiro lugar, trata-se de um documento bastante extenso mas que nos elenca apenas um rol de eventos considerados relevantes para a cidade, alguns deles com certeza, e nesse sentido dar indicação que é dada uma importância grande a eventos que reforcem o empreendedorismo. -----

----- Em contraciclo com esta situação, gostaríamos de perguntar, já agora, como é que está a situação dos Orçamentos Participativos que dão indicação às populações, a grupos locais, para se empenharem em projetos para a sua comunidade e cuja taxa de execução tem ficado muito aquém dos projetos que são aprovados, ou seja, é louvado o trabalho de empresas privadas, Startup’s, do papel do empreendedorismo para o reforço económico da cidade, gostaríamos de saber para que lugar são relegados os projetos dos cidadãos que precisam de financiamento e locais para funcionarem, e muitos deles, já aqui foi falado algumas vezes, estão há largos anos sem execução? Não nos demonstra, nem nos dá informação significativa sobre o tipo de política que foi seguida durante o período em questão, nem se debruçou sobre alguns temas de extrema importância para a cidade, apesar de depois, na intervenção, ter referido alguns, mas em nosso ver devem estar sempre incluídos na informação escrita. Reforçamos assim, o apelo feito há largos meses. -----

----- Um documento como a informação escrita deve ter presente assuntos políticos relevantes, e não apenas o elencar de eventos, por exemplo, e exemplo disso tem sido a questão dos transportes públicos que não tem tido essa expressão neste tipo de documentos. É um tema muito falado mesmo nas sessões onde existe informação escrita, onde acaba por ser muitas vezes falado, mas nunca fica escrito. E portanto, temos neste momento o futuro da concessão e o avanço que está a ter e a Câmara Municipal é parte interessada e portanto, devem ser sempre prestadas todas as informações a bem da transparência, tendo em conta que é um tema estruturante para a cidade. -----

----- Ainda ontem, foram indicados na comunicação social as várias candidaturas de empresas privadas a esta concessão, e é certo que, apesar desta informação vir já fora do período considerado no documento, é necessária esta reflexão. Acabou por ser dada a indicação de novo, não por escrito, mas depois na intervenção, e saudamos de facto de ter apresentado a ação principal proximamente, até porque o BE também já apresentou a sua, portanto, parece-nos de realçar essa questão. Falou-nos da oposição da Câmara Municipal, o problema do retrocesso do serviço público, a desarticulação da mobilidade ao nível da cidade, vimos então, esta altura que, a nosso ver, já vai tarde, aliás, se esta oposição vai ao encontro das necessidades dos cidadãos. -----

----- Em segundo lugar, relativamente ao ponto da habitação municipal, em que é dito que foram atribuídos trinta fogos municipais, É de saudar e ainda bem que estas famílias tiveram, finalmente, o acesso à habitação, um bem tão primário e tão importante para a vida das pessoas. No entanto, tendo em conta o número de candidaturas existentes, e os variados casos que têm vindo a esta mesma Assembleia,

na parte de intervenção do público, de apelos e casos alarmantes, gostaríamos de saber que medidas pretende o Município tomar para que a emergência social seja, de facto, uma prioridade. Considerando o número de candidaturas existentes, é obvio para nós que trinta fogos não são suficientes, tal como as ofertas dos programas existentes não estão a ser suficientes, até agora. É uma questão de extrema importância que não tem tido a atenção que realmente necessita. São necessários mais fogos em carteira para fazer face à procura existente.-----

----- Todos e todas sabemos que existem várias casas de habitação social e municipal, entaipadas, por exemplo, que nada servem os interesses dos cidadãos que mais precisam. Urge então ter um plano mais concreto e corajoso para reabilitar estas casas ao invés de alienar o património constantemente, e coloca-las à disponibilidade para as centenas de pessoas que cada vez em maior número tentam recorrer a este tipo de habitação. -----

----- É necessário rever os critérios para evitar situações que já estiveram aqui, nesta casa, presentes, com pessoas, por exemplo, a viver em casas ou na rua. E é verdade que a imagem de uma Lisboa cada vez melhor e boa para quem a visita, não é, de facto, compatível com esta realidade que é a de todos os dias. Basta andar pela rua e presenciar as situações que já aqui vieram, todos os dias e que tem vindo a aumentar. --

----- O que pensa, então, o Município sobre esta questão? Será mesmo uma prioridade? A degradação do edificado, a falta de resposta às carências de habitação a preços acessíveis, as consequências do novo Regime de Arrendamento Urbano, o aumento do desemprego e da pobreza exigem uma política a qual a Câmara Municipal de Lisboa não pode fugir.-----

----- Queríamos deixar uma última nota, aquando da tomada de posse, o Senhor Presidente afirmou que iria trazer cerca de cinco mil famílias para o centro. Gostaríamos de saber como é que está a decorrer esta situação. E já agora, também era importante pensar em manter as famílias que já cá estão e que estão a passar grandes dificuldades na cidade, também.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Sobre a Informação Escrita do sr. Presidente da CML, referente ao período de 1 de Abril a 31 de Maio, começamos por destacar nesta primeira intervenção os seguintes aspetos: -----

----- Quanto ao primeiro tema, na página 36, no relatório sobre a Direção Municipal de Recursos Humanos, mais concretamente na Saúde, Higiene e Segurança, referem-se 114 entrevistas a trabalhadores acidentados. -----

----- No seguimento desta informação, gostaríamos que o executivo nos esclarecesse se está a ser efetuado o atempado pagamento de vencimentos aos trabalhadores acidentados. E, se não está, porquê? -----

----- Quanto ao segundo tema, na Divisão do Plano Diretor Municipal, na parte das Ações em curso: encontramos referência ao projeto ClimAdaPT.Local. Especificamente, é-nos referida a participação no projeto, visando a construção da estratégia local para as alterações climáticas de Lisboa. -----

----- Este projeto que foi apresentado no início deste ano, tem como principal objetivo desenvolver 26 Estratégias Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas em parceria com as respetivas autarquias. -----

----- O que gostaríamos de saber é que passos foram já dados pela Câmara no âmbito deste projeto e o que já foi feito para aumentar a capacidade para incorporar a adaptação às alterações climáticas nos instrumentos municipais de planeamento e noutras intervenções. -----

----- Quanto ao terceiro tema, ainda na Divisão do PDM, refere o executivo a revisão da Carta Educativa, da Carta da Saúde e da Carta da Atividade Física e do Desporto, no sentido da sua coordenação e colaboração.-----

----- Sobre estes assuntos, gostaríamos que o executivo nos pudesse dar algumas informações adicionais sobre o que está feito, o que falta fazer e que medidas, tenciona a Câmara depois implementar na cidade com base nestas Cartas, pois pela análise da Informação Escrita nada ficámos a saber. -----

----- Quanto ao quarto tema, na parte correspondente ao Departamento de Ambiente e Espaço Público, é dada a informação que as obras do Jardim da Cerca da Graça já estão concluídas mas que o jardim ainda não abriu ao público. Naturalmente, o que queremos saber é qual a razão para que isso ainda não tenha acontecido e qual a data para este jardim abrir finalmente ao público. -----

----- Quanto ao quinto tema, no quadro nº 3 da p. 34 - Direção Municipal de Recursos Humanos - são referidas 2 áreas de formação destinadas a desempregados e outros públicos-alvo - uma na área da Jardinagem e outra na área da Calçada - com 31 participantes no 1º caso e 20 participantes no 2º. É sabido que a cidade se encontra deficitária de profissionais nestas áreas específicas, pelo que gostaríamos de compreender as consequências efetivas destas ações de formação para o Município e para os próprios formandos.-----

----- Está a CML a formá-los para virem depois a ser contratados por empresas privadas ou tenciona o executivo vir a preparar a abertura de procedimentos concursais para obviar à escassez desta tão imprescindível mão-de-obra e integrá-los no seu mapa de pessoal? -----

----- Quanto ao sexto tema, depois, e para finalizar esta primeira intervenção, uma questão omissa nesta Informação Escrita que apenas agora o sr. Presidente referiu. Esta Assembleia aprovou em Fevereiro deste ano, por unanimidade, uma recomendação de “Os Verdes” para que a CML promovesse a recuperação e reabilitação do Pavilhão Carlos Lopes, salvaguardando o seu importante património artístico, impedindo a deterioração do seu espólio azulejar, e possibilitando a sua reabertura e utilização pública para usufruto lúdico e desportivo da cidade. -----

----- Na Proposta nº 342/2015 que vai ser analisada na próxima sessão de CML, o executivo submete a constituição de um direito de superfície sobre o Pavilhão Carlos Lopes a favor da Associação de Turismo de Lisboa, para a ATL aí realizar “eventos, nomeadamente de carácter cultural, artístico e desportivo”, sublinhando o município a obrigação de serem mantidas “inalteradas as fachadas e a cobertura” do imóvel. -----

----- Todavia, o que importa saber neste momento é se o executivo admite a possibilidade de nelas serem utilizados “novos materiais” e de se “demolir parcialmente o edifício”? -----

----- Por fim, salientamos o facto de esta substituição na presidência da CML não ter representado mais nenhuma mudança, tal como para “Os Verdes” já era expectável, porque os problemas de Lisboa não são um problema de caras, mas de políticas. Trata-se de uma mera “evolução na continuidade”. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Floresbela Pinto (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Esta informação escrita da Câmara Municipal abrange, ao contrário do que é habitual noutras informações, um período de apenas dois meses. Mais uma vez, é colocado em destaque um conjunto de ações que refletem e traduzem as principais tarefas levadas a cabo pelo Município, neste período de tempo. Também, uma vez mais, as ações descritas pressupõem um considerável trabalho a montante das mesmas sem a qual não seria possível a sua concretização. Referimo-nos, obviamente, aos aspetos estruturais e organizacionais corporizados pelos serviços envolvidos na sua organização, bem como as respetivas infraestruturas físicas que em muitos casos o albergam. -----

----- Passando agora a uma análise mais detalhada das cinquenta e duas ações em destaque na informação escrita, optamos por agrega-las de acordo coim as suas afinidades porque é na convergência dos seus objetivos que melhor se podem apurar os resultados alcançados. -----

----- No campo da habitação e do desenvolvimento local, destacamos a atribuição de trinta fogos entre os meses abril e maio, no âmbito dos programas de atribuição de habitação municipal e renda convencionada, o que comprova, efetivamente, o empenho e incremento do município neste objetivo, sendo claramente um objetivo da Câmara Municipal aumentar o investimento nesta área conforme compromisso verbalizado pelo Senhor Presidente. -----

----- Destacamos, também, a atribuição de dez espaços não habitacionais destacados na sua maioria para atividades de cariz social. -----

----- Referir também a realização do segundo programa “Loja no Bairro”, com o objetivo de atribuir, através de concurso por sorteio, vinte e três espaços não habitacionais para o desenvolvimento de atividades comerciais ou de empreendedorismo, localizados em treze bairros municipais distintos. -----

----- Salienta-se também, os avanços na requalificação das Torres do Alto da Eira, nomeadamente, na finalização das obras referentes às coberturas, escadas e vãos dos edifícios e também ao programa de reabilitação de fogos municipais com a preparação de um conjunto de trinta e seis empreitadas, num total de quinhentos e vinte e nove fogos. -----

----- Inserida, também, na Estratégia de Reabilitação Urbana do Município, não podemos deixar de referir a reconversão do eixo Graça/Sapadores. -----

----- Também é importante referir a diversidade de ações que a Câmara Municipal promoveu com o intuito de tornar Lisboa numa cidade mais inclusiva e solidária, prosseguindo, desta forma, o assinalável trabalho que tem vindo a desenvolver neste campo, das quais realçamos o lançamento do roteiro Lisboa Imigrante, o Fórum Municipal para a Interculturalidade, o Espaço de Diálogo inter-religioso e assinalamos, também, o lançamento das bases para a Quinta Edição do programa BIP ZIP, a criação, também do Programa Municipal de Voluntariado Cultural na área das bibliotecas e a realização do mês da prevenção dos maus-tratos inserido no mês Internacional da Prevenção dos Maus-Tratos na Infância, organizado em parceria com a Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco e a associação de Mulheres Contra a Violência. -----

----- O período de tempo abrangido por esta informação escrita engloba a data histórica do 25 de Abril, este ano, quanto a nós, particularmente bem assinalado pelo Município nomeadamente, através da iniciativa “Há Festa No Parque”, direcionada às famílias lisboetas e realizada no Parque Eduardo VII. E também, com a inauguração do Museu do Aljube “Resistência e Liberdade”, dedicado à memória do combate à ditadura e da resistência em prol da liberdade e da democracia. Congratulamo-nos com este novo e marcante museu municipal que vem preencher um espaço na nossa memória coletiva até há pouco, sem representação na cidade. Cabe-lhe um importante papel na formação das camadas mais jovens a quem competirá manter a chama de uma cidadania viva e atuante elemento fundamental na preservação de uma sociedade livre e democrática que constitui o lugar de Abril que temos de cumprir e que a inauguração deste museu faz, indiscutivelmente, parte.-----

----- Seguidamente, extraímos desta informação escrita um conjunto de ações de empreendedorismo de extrema importância para a dinamização da vida económica da cidade. Salientamos a criação de dois novos espaços de incubação, o novo espaço de incubação Startup Lisboa, situado na Rua da Prata, vocacionado para acolher empresas já criadas e em plena laboração. Neste caso, foram entregues chaves a quarenta e nove empreendedores em incubação na rede, ação, esta, desenvolvida em parceria. Outro espaço inaugurado, entretanto, foi o novo Centro de Incubação da Mouraria vocacionado para as indústrias criativas e culturais. Trata-se de um projeto iniciado há quatro anos no qual o Município investiu na recuperação do edifício, preparado para receber cinquenta empreendedores em áreas diversas como: a música, a gastronomia, a moda, o design e as artes e ofícios. Neste caso, foram, ainda, disponibilizado um largo conjunto de serviços de apoio aos empreendedores.-----

----- Em complementaridade às ações descritas, organizou ainda a quarta semana de Empreendedorismo de Lisboa, subordinado ao tema “Lisboa Capital Europeia do Empreendedorismo”, na continuação do prémio, entretanto, atribuído à cidade, pelo Comité das Regiões da União Europeia, o saldo de mais de mil e duzentos empregos diretos criados, e trezentas Startup’s instaladas em dezasseis incubadoras, espelham bem o impacto destas medidas. -----

----- Não podemos, também, deixar de salientar as fases finais das Olissípadas ocorridas a trinta e a trinta e um de maio no Estádio Universitário de Lisboa e que foram o culminar de uma grande dinamização desportiva na cidade.-----

----- Salientar, também, o impacto positivo trazido pela etapa Volvo Ocean Race a Lisboa, nomeadamente, no articular do evento com o Programa Clubes de Mar um projeto municipal direcionado a alunos das escolas de ensino básico da cidade, e das atividades de remo e vela. -----

----- Acreditamos que são bastante positivos estes sinais dados à cidade com este conjunto de realizações e esperamos ver uma próxima versão deste documento um balanço mais diversificado no que respeita à concretização de alguns projetos de extrema importância para a cidade e que, ainda, não foram realizados. -----

----- Por fim, reconhecer e acompanhar a luta do Município pela gestão dos transportes públicos da cidade, conforme referido pelo Senhor Presidente e que, esta Assembleia já teve a oportunidade, por várias vezes, de se pronunciar. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, informa o seguinte: ----

----- “A Mesa informa que terminou a primeira ronda. Vamos dar início à segunda ronda. Temos dois Senhores Deputados inscritos para esta ronda, seguindo-se a Câmara.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Nem tudo são rosas. -----

----- A intervenção escrita sobre saúde na política municipal do PS mostra que está tudo em marcha e nada de relevante avança. Ora vejam a manta de retalhos: está em marcha a revisão da carta de equipamentos de saúde, está em marcha a participação na rede dos municípios saudáveis, está em marcha o perfil da saúde na cidade, está em marcha a Lisboa, Cidade da Saúde, ou da economia da saúde, ou melhor dizendo, da economia da doença, está em marcha a educação sanitária ambiental, está em marcha a saúde nos locais de trabalho municipais, está tudo em marcha, mas lenta, lenta, ou mesmo, parada.-----

----- Sabendo que a saúde está em todas as políticas, para quando a estratégia integrada de saúde para o Município de Lisboa? Nada disto vale se não houver um plano integrado, se não houver ação. Nós viremos sempre aqui falar da saúde mesmo que ela já esteja em marcha. Queremos que ela avance e que não marche só tal como os nossos municípios na grande marcha por Lisboa. Há mais marchas que as marchas populares. -----

----- Mas vem ainda, o último comentário a propósito da notícia antecipada da alienação do Pavilhão Carlos Lopes, é bom, por cinquenta anos, direito de superfície, alienação é o termo correto. -----

----- É verdade que somos, e sempre fomos, pela recuperação do pavilhão Carlos Lopes. Mas somos a favor e sempre defendemos que seja feito pela Câmara, inclusive com dinheiros que já recebeu, também, do jogo, e outros, que tem direito, penso que já terá recebido e será um ponto importante. -----

----- Também somos a favor que o Pavilhão Carlos Lopes, recuperado, seja gerido pela Câmara porque temos esta ideia que a gestão privada ou particular, mesmo sendo ATL, é uma questão política de classe. A valorização a favor de privados é o que já veio a público, dizem que vende por três milhões, já vale sete, e futuramente, valerá catorze milhões. Digamos que nós estamos atentos, naturalmente, achamos que ATL é uma empresa séria, é uma associação séria, mas o que lhe foi entregue em termos privado, vejam o caso do parque de campismo, logo o concessionou a outros. Por isso, esta é uma questão que só saiu agora, ou foi avisado que vai sair amanhã, no adro. Nós estaremos cá para discutir e, mais uma vez, defender que outros, que não os que estão na Câmara, não têm medo de gerir equipamentos como estes e não têm pressa em entrega-los nas mãos de terceiros e ficarem tranquilos e dizer: “estamos aliviados com a privatização deste pavilhão”.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Nesta 2ª intervenção sobre a Informação Escrita do Senhor Presidente, o Grupo Municipal de “Os Verdes” gostaria de colocar ao executivo algumas observações adicionais, citando as páginas respetivas.-----

----- A CML reconheceu recentemente que a documentação arquivística relativa à memória da cidade constitui um património identitário fundamental, sendo a sua recolha, tratamento e preservação uma das prioridades centrais do executivo, no quadro de uma visão integrada para a cidade de Lisboa. Acontece que o Arquivo Municipal está atualmente localizado em quatro edifícios dispersos na cidade, cujas condições de funcionamento a própria verificação já confirmou não serem as mais adequadas.-----

----- A fim de ser equacionada uma melhor solução sobre a futura nova localização do Arquivo Municipal de Lisboa, em Janeiro deste ano foi constituído um Grupo de Trabalho para ponderar sobre uma solução que melhor satisfaça a conservação da documentação, os próprios técnicos da CML e o universo de utilizadores do Arquivo Municipal.-----

----- Na sequência do que vem referido na p. 37, sobre ações em curso assumidas pela Direção Municipal de Planeamento, pergunta-se, Senhor Presidente, quais as primeiras conclusões a que terá chegado este Grupo de Trabalho e para quando se prevê a apresentação do relatório com vista à obtenção de uma decisão técnica fundamentada, quanto ao espaço adequado a essa nova localização, bem como quanto ao modelo de funcionamento e gestão a implementar nesse futuro novo espaço?-----

----- Ainda na mesma Direção Municipal, mas agora na p. 45, é indicada, no quadro das dívidas a fornecedores, a existência de uma dívida de cerca de 78 milhões € à SGAL, no âmbito da conta corrente do famoso Contrato Inominado.-----

----- Nos termos deste contrato, compete à SGAL a recuperação das áreas degradadas do Alto do Lumiar, incluindo a construção de infraestruturas, de equipamentos sociais, bem como de espaços livres, zonas desportivas e zonas verdes, entre outros projetos.-----

----- Assim sendo, a que obras da SGAL ou eventuais contrapartidas em espécie se reporta o saldo negativo desta conta corrente? Mais concretamente, quais os equipamentos e infraestruturas entregues pela SGAL ao Município para se terem atingido estes valores? -----

----- E já que falamos da Alta do Lumiar, consultámos a Direção Municipal de Habitação, p. 67 e ss, e por não termos encontrado qualquer referência, lembramos que na sessão da AML de Novembro do ano passado, “Os Verdes” já haviam questionado o executivo, e apresentado fotografias atestando o mau estado dos prédios, sobre as condições de degradação habitacional em que os moradores viviam e continuam a viver. Na altura, a Senhora Vereadora Paula Marques esclareceu que já estava a ser feita a aquisição de serviços para se calcular uma estimativa de custos por lote e se operacionalizar os critérios de intervenção no Bairro da Cruz Vermelha do Lumiar. -----

----- Pelo que voltamos a questionar, qual o ponto de situação e qual o calendário previsto para a requalificação do edificado? Para quando a execução das urgentes obras de reabilitação do edificado entre esta via e a Rua Maria Albertina? Já agora também, para quando a conclusão das obras há muito tempo embargadas na Rua Maria Margarida?-----

----- Quanto à Direção Municipal de Projetos e Obras, na p. 47, existe uma empreitada que muito estranhámos: trata-se do facto de os serviços terem procedido a recargas no pavimento de uma via para a qual a Câmara Municipal de Lisboa estabeleceu o ano passado um Protocolo de Delegação de Competências.-----

----- Como é então possível que a Câmara Municipal de Lisboa tenha rubricado esse acordo através da Proposta nº 577/2014, aprovada nesta Assembleia Municipal em 4 de Novembro, mas 6 meses depois, entre Abril e Maio, tenha procedido à reparação do betuminoso da Rua Professor Prado Coelho, no Alto da Faia, quando a Junta de Freguesia do Lumiar se comprometeu, no referido Protocolo, com a realização da obra de repavimentação daquela via, no decurso do ano de 2015? Afinal, de quem é a responsabilidade pela reparação da via? Ou às 2<sup>as</sup> e 6<sup>as</sup> alcatroa a Câmara Municipal de Lisboa e às 3<sup>as</sup> e 5<sup>as</sup> pavimenta a Junta? -----

----- Quanto à Divisão de Construção de Espaços Verdes, na p. 86 continua a falar-se do Jardim do Campo Grande, permanecendo em execução o edifício de jardineiros e cantoneiros e, lamentavelmente, nada mais se adiantando sobre a requalificação da zona sul do jardim.-----

----- Afinal, apesar de a Câmara Municipal de Lisboa ter aqui repetidamente afirmado nesta AML, que uma vez concluída a reabilitação da zona norte, se seguiria a reabilitação da metade sul do Jardim e apesar de também ter definido que agendaria o lançamento do concurso para o primeiro trimestre de 2015 - prazo já ultrapassado - o projeto ainda não está elaborado, quanto mais falar-se na abertura de qualquer concurso!-----

----- O que é que verificamos com base nas sucessivas Informações Escritas? Constata-se que continuam a derrapar os prazos para início e conclusão das obras de reabilitação da zona sul do Jardim do Campo Grande, sem motivos palpáveis para o



atraso das obras de requalificação da piscina e dos restantes equipamentos públicos, incluindo as instalações sanitárias e a conclusão definitiva das instalações dos jardineiros. Como já aqui o disseram “Os Verdes”, a vereação vai empurrando as datas para a frente ‘com a barriga’.

----- Finalmente, a p. 87 informa-nos que a frota municipal é composta por 1.083 viaturas. Destas, e para além de 2 embarcações, existem 563 viaturas ligeiras (das quais apenas 57 são movidas a energia elétrica e 2 a biofuel), 346 são viaturas pesadas (das quais apenas 54 são movidas a gás natural), mais 55 motociclos e ciclomotores (dos quais apenas 1 é movido a energia elétrica), a que se adicionam 30 quadriciclos movidos a energia elétrica), 39 máquinas e outros 48 (dos quais 11 movidos a energia elétrica).

----- Ou seja, cerca de 90% dos veículos ligeiros e mais de 80% dos veículos pesados continuam a recorrer a combustíveis fósseis. Donde se conclui que a CML tem ainda muito trabalho pela frente se quiser ser um bom exemplo de eficiência energética.

----- Muito obrigado.”

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

----- “Senhores Deputados, não resisto a começar por uma afirmação do Deputado Magalhães Pereira quando diz que “esta liderança é mais do mesmo”. Permita-me que lhe diga que a sua intervenção também é mais do mesmo. Mas enquanto eu vejo a sua afirmação como um elogio na continuidade do trabalho do Senhor Presidente António Costa, não posso dizer o mesmo relativamente à sua intervenção. Porque, no fundo, depois de tudo o que é apresentado na informação escrita e daquilo que tive aqui oportunidade de apresentar como realizações da Câmara nos últimos meses em que desbloquearam um conjunto muito importante de situações que muitos ansiavam que fosse desbloqueado, ouvir da sua boca que não existe nada de novo, e que nada de novo está a acontecer, é seguramente, pelo menos, um erro de visão e de apreciação.

----- De facto, muita coisa importante aconteceu nestes meses, e tive a oportunidade de referir a profunda transformação do ponto de vista das aberturas e dos equipamentos que hoje, estão à disposição na cidade, e permitam-me que discorde de todos aqueles que acham pouco aquilo que aconteceu. Eu não acho pouco. Acho que aconteceu muito e de muito importante para a Cidade de Lisboa. Acho que a Cidade de Lisboa não é a mesma por termos o Museu do Aljube aberto, acho que a Cidade de Lisboa não é a mesma por termos a Biblioteca da Penha de França em novas e melhores instalações a funcionar, acho que a Cidade de Lisboa está melhor com o Centro de Inovação da Mouraria, com os Terraços do Carmo, com o Elevador de Santa Luzia, com as obras da Cerca da Graça, aproveito Senhora Deputada para dizer que a inauguração é no dia dezassete, e creio que terá recebido o convite, e também, a cidade está melhor com a conclusão das obras da Piscina do Areeiro. E posso continuar, posso dizer-lhe que está melhor depois da celebração do protocolo com a Universidade Nova e com a Marinha para a constituição de um Polo sobre os Descobrimentos na Ribeira das Naus, que estará concluído no final do próximo ano, mas permitam-me que fale hoje, aqui, em particular, de um tema de grande importância e que é o Pavilhão Carlos Lopes.

----- A solução que tivemos para o Pavilhão Carlos Lopes é uma boa solução para a cidade. Em primeiro lugar, porque é uma solução que permite a recuperação do edificado. Em segundo lugar, permite a recuperação integral do espaço, como ele é, com a sua memória, com a sua arquitetura e melhora as suas valências. Em terceiro lugar, porque a atribuição da solução ATL garante-nos a eficácia da solução do problema, aliás, da mesma forma como já tinha acontecido no Terreiro do Paço, ou como aconteceu no Pátio da Galé.-----

----- É pois, uma boa solução aquela que foi conseguida, que nos dá garantias que a cidade em breve, poderá usufruir deste espaço.-----

----- E respondendo aos Senhores Deputados, esta proposta virá à Assembleia Municipal. Foi questionado por um dos Senhores Deputados, naturalmente, a constituição de um direito de superfície com este tempo, virá à Assembleia Municipal. E permita-me que lhe diga, Senhor Deputado Carlos Silva Santos, já não há mais nada para discordar. Quando chega ao ponto de dizer sobre a discordância de quem é que é o executante da obra, é porque não existe mais nada para discordar. Primeiro durante muito tempo, não havia obra e o pavilhão estava assim, e cada vez que se chegava não havia solução para o pavilhão. Cada solução que se encontrava para o pavilhão, o PCP não gostava da solução. Agora que se encontra a solução para o pavilhão, e não tem nada a dizer sobre a utilização porque, de facto, ela vai ser aberta a todas as valências, temos a discordância sobre quem é que vai ser o dono da obra, e quem é o dono de obra é precisamente uma associação da qual o Presidente é o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Senhor Deputado, é mesmo de quem não tem muito mais para dizer.-----

----- Mas, talvez, o maior exemplo do embaraço da oposição para com esta informação escrita e os últimos meses de atuação da Câmara Municipal, seja mesmo da intervenção do Senhor Deputado Carlos Silva Santos, é talvez mesmo o melhor exemplo. Diz o Senhor Deputado, “Nem tudo são rosas”. É verdade que não são, digo eu, infelizmente. Mas “está tudo em marcha mas nada de importante avança”, mas o que é mais significativo na sua intervenção é que o Senhor Deputado faz uma intervenção centrada no tema da saúde que é precisamente, um tema sobre o qual o município, poucas responsabilidades tem. A melhor prova do vazio que a oposição tem relativamente àquilo que é a atuação da Câmara é que a crítica que o Senhor Deputado faz é sobre uma área que não é da competência da Câmara, é sim competência do Governo e da Administração Central. Não conseguiu encontrar dentro das áreas centrais de atuação da Câmara, uma área central que fosse alvo de crítica. Compreendo o Senhor Deputado, compreendo que é difícil, compreendo a sua dificuldade, compreendo o seu esforço, mas não queria deixar de chamar a atenção para isto, a Câmara Municipal de Lisboa não tem responsabilidades diretas sobre a gestão do sistema de saúde, e muitas das matérias que estão na informação escrita são contributos que a Câmara Municipal de Lisboa dá do ponto de vista do desenvolvimento da política de saúde porque entende que ela é importante, e não porque isto resulte de uma obrigação legal em fazê-lo. Fazer disto o eixo central da sua crítica mostra bem o bem que a Câmara está no desempenho das outras áreas.-----

----- Gostava de dar respostas sobre questões particulares com mais detalhe, que aqui foram colocadas por alguns dos Senhores Deputados. -----

----- Gostava de reagir ao Deputado Ferreira de Lemos um pouco do seu desdém relativamente às incubadoras e às Startup's, e gostava de começar por clarificar, é que esta não é a segunda Startup, esta que agora foi aberta é o quinto espaço da Startup de Lisboa, três na Baixa, Forças Armadas e agora, este. E o Senhor Deputado pode desvalorizar, mas faz mal porque só na rede das Startup de Lisboa, das dezasseis incubadoras da Startup de Lisboa, já foram incubadas mais de duzentas empresas e foram criados mais de novecentos postos de trabalho, e o Senhor Deputado diz que isto é pouco. Bom, mas eu atrevo-me a pedir que o Senhor Deputado peça ao seu correligionário Ministro da Economia e perguntar-lhe quantos postos de trabalho criou ele em Lisboa, fruto da sua iniciativa. Talvez assim, pudéssemos comparar. É que esta política não sendo uma política que resolverá com um “passo de mágica” os problemas de emprego e de crescimento, porque não o fará, não é uma bala de prata que resolve todos os problemas, é uma política de enormíssima importância pela união e catalização do potencial e que é o facto de termos em Lisboa, não só, o maior sistema produtor de recursos humanos qualificados, Lisboa é o maior centro universitário do país, como é o maior centro produtor de investigação científica de ponta, Lisboa é onde se concentra a maior capacidade de investigação do país, como é o facto de termos aqui uma parte importante da base empresarial inovadora do país, que está cá em Lisboa, e o facto de conseguirmos “casar” estas realidades dando oportunidades novas para que novas realidades empresariais surjam de empreendedorismo qualificado só pode ser algo a fomentar, a desenvolver, a estimular e fazemos isto com sentido de prioridade no município. Não é o “alga e ómega” da política de crescimento, não, não é, não há esses instrumentos, agora não tenho a menor dúvida de que muitas das soluções de modernização do nosso tecido económico passa por esta política das Startup's e precisamente, pela forma como ela consegue estar a ser feita em Lisboa, porque é de uma forma dinâmica, positiva com Lisboa, neste momento, a ter capacidade de atração de jovens estrangeiros que vêm para Lisboa para abrir, aqui, para criar a partir daqui as suas oportunidades de negócio. Lisboa está, a aproveitar como poucas o que é o facto de termos aqui uma grande capacidade e uma grande dotação de recursos humanos qualificados e de fatores críticos para as modernas empresas, e estamos a aproveitar bem a capacidade linguística dos nossos jovens, a capacidade de iniciativa, e o facto das novas tecnologias de informação permitirem, hoje ao país, vencer aquilo que foi sempre um dos obstáculos de desenvolvimento e que é o problema da escala e da dimensão do mercado interno, o que a nova economia faz, o que o digital faz é vencer a barreira da escala e hoje temos a partir de Lisboa, empresas que estão a ser constituídas por jovens que têm dez, doze postos de trabalho e que estão a vender para o mundo, estão a vender para as novas empresas do mundo e que estão a vender para os modernos e mais exigentes segmentos. E se o Senhor Deputado não reconhece esta realidade eu tenho um conselho a dar-lhe, passe um dia na Startup Lisboa, e se perguntar àqueles

jovens o que é que eles estão a fazer, o Senhor Deputado chegará aqui com um discurso completamente, diferente sobre o assunto. -----

----- Quero também, dar uma informação ao Senhor Deputado Modesto Navarro que pareceu-me um pouco desencantado, para além disto, daquilo, etc., bom, e então o que fizemos? Para além disto tudo não fizemos mais nada. Já foi tanta coisa que foi realizada. -----

----- Mas daquilo que o Senhor Deputado falou, há uma área importante que eu queria dar uma resposta e que é a área da Habitação Social, e informa-lhe que não anunciei na minha intervenção há pouco, mas que nós ainda durante este mês, levaremos à Câmara, para aprovação em Câmara e discussão, apresentação na Assembleia, o contrato-programa entre o Município de Lisboa e a GEBALIS para obras de intervenção e reabilitação em todo o edificado municipal. Não anunciei aqui porque senão quase esgotaria o meu tempo nos anúncios das outras iniciativas da Câmara, não o quis aqui fazer, mas isso acontecerá, ainda, este mês. E é um programa que temos desenhado com grande preocupação, em primeiro lugar, que ele tenha dimensão relativamente à necessidade e à situação. Segundo lugar, que ele seja focado do ponto de vista das prioridades e que sejam com as prioridades bem identificadas. Em terceiro lugar, que ele seja integrado, e por isso integrado a recuperação do edificado com a recuperação do espaço público, com a recuperação da pavimentação. E em quarto lugar, uma dimensão à qual atribuo uma maior importância, e que tenhamos uma visão integrada com a área da dinamização e do apoio social que possa permitir a recuperação, isto é, fazer da recuperação do edificado uma oportunidade para puxarmos determinadas comunidades para cima no momento de mobilização e aproveitar este momento de recuperação do edificado como um momento de mobilização dessas comunidades. -----

----- Este é um programa que aprovaremos até ao final do mandato, com uma dotação suficiente para o final do mandato, e que se junta não só aos programas que já estão em curso, relativamente às Torres do Alto da Eira, mas também aos programas do Bairro Padre Cruz e do Bairro da Boavista que correm o seu curso autonomamente, neste programa de recuperação de edificado que aprovaremos. -----

----- O Senhor Deputado falou, também, dos pavimentos, tive oportunidade de dar esta informação, aprovaremos amanhã, na reunião de Câmara, apresentaremos esta proposta para discussão e aprovação, assim espero, a proposta de adjudicação do que é seguramente o maior plano de investimentos em pavimentações nos últimos anos na Cidade de Lisboa. Para além das empreitadas que estão, neste momento, em curso na cidade, nós amanhã aprovaremos um conjunto de empreitadas no valor total de doze milhões de euros, destinados a repavimentações e reconstrução de arruamentos o que significará um esforço sem precedentes nos últimos anos, relativamente a esta área, identificada como tão crítica por muitos lisboetas. -----

----- Tenho, pois, que concluir relativamente à intervenção do Senhor Deputado, num talvez mais otimista, mais esperançoso, é que esta Lisboa de trabalho e de progresso, estamos mesmo a fazê-la, e estamos a fazê-la de uma forma consistente, passo a

passo, mas também a um ritmo que não deixa nenhuma dúvida sobre o sentido para o qual estamos a caminhar. -----

----- Por último, quero voltar ao tema dos transportes e reagir de forma clara relativamente às intervenções dos Deputados Magalhães Pereira e Ferreira de Lemos. Dizer relativamente ao Deputado Magalhães Pereira que eu acho que ele ainda, não percebeu o que está em causa neste processo. Dizer que não há nenhum esforço de consensualização, ou nenhuma evolução, eu acho, Senhor Deputado, que não sei se viu exatamente, onde estamos colocados. O Governo abriu um concurso para atribuir as concessões do Metro e da CARRIS contra a opinião da Câmara. Nós sempre nos manifestamos abertos ao diálogo e estivemos em negociações com o Governo durante meses, tive aliás, a expectativa que o desfecho do processo negocial fosse outro, mas não foi. Há última hora o Governo escolheu este caminho. E o diálogo está sempre em aberto. Se amanhã, o Governo decidir por uma solução diferente, sabem o número de telefone, telefonam e estaremos a trabalhar sobre outra solução. O que eu aqui vim afirmar foi algo muito simples; a solução que o Governo está a executar para a cidade é má, é atentatória dos direitos da cidade, do município, do ponto de vista da propriedade e do ponto de vista dos direitos enquanto concedente dos serviços de transportes públicos, mas mais má do que isso é uma solução que vai agravar os problemas de mobilidade na Cidade de Lisboa, e foi isto que afirmei e afirmo com toda a clareza. -----

----- Mas Senhor Deputado Ferreira de Lemos, deixou para o fim, aquela que é a maior pérola do debate em matéria de transportes. Porque a afirmação que faz sobre a situação financeira das empresas de transportes é de quem manifesta um verdadeiro desconhecimento, ou pelo menos, uma enorme ligeireza pela forma como trata este assunto. O problema dos défices das empresas de transportes, peço desculpa, o problema da dívida acumulada das empresas de transportes é um problema que vem desde os anos oitenta, desde a primeira vez que o estado incumpriu com as empresas as obrigações que decorriam dos contratos que tinham relativamente a essas empresas, e esses contratos fixavam a obrigação do Estado compensar essas empresas relativamente à obrigatoriedade de serviço público e relativamente às dotações de investimento, e a partir dos anos oitenta, esses contratos foram incumpridos e se fez, aliás, como que o saneamento dessas empresas de transportes tivesse um acordo que foi celebrado com o Fundo Monetário Internacional, a necessidade de se fazer um saneamento, que não aconteceu, e o agravamento da situação atravessou todos os governos. Porquê? Por uma razão simples, porque há medida que as dificuldades se avolumaram e a partir do momento que nós entramos na moeda única, a resolução do problema da dívida tornou-se de tal forma, resolutiva que obstaculizou à resolução efetiva de um problema, até ao momento atual, ao momento em que a alteração das regras contabilísticas integraram todas essas empresas dentro do perímetro do Estado, é uma das razões pela qual a dívida do Estado, hoje, subiu, estou a dar-lhe um argumento em defesa da posição do Governo, que é uma questão de facto, das alterações de perímetro. Mas é isso que permite equacionar um modelo de operação, isto é, concentrarmo-nos de novo, sobre o modelo de operação das companhias, e não

sobre o modelo de gestão da dívida das companhias. Ora, é precisamente sobre esta razão central, que a posição do Governo sobre esta matéria é mais criticável e mais censurável, porque esta era a verdadeira oportunidade para que, de forma séria e clara, termos um sistema de financiamento transparente para cumprir as obrigações de serviço público das empresas. O que não corresponde à verdade, o que é uma mentira flagrante é dizer, por um lado, que não há obrigações e necessidades de serviço público, e por outro dizer que as empresas se pagarão a si, por si próprias. Não, não pagam, Senhor Deputado. O que vai acontecer é que sem compensações de serviço público o que vai acontecer é que nós vamos passar a ter cada vez menos serviço público, isto é, teremos do ponto de vista do sistema de transportes, um serviço de transportes organizado nas partes rentáveis da operação, e as partes não rentáveis da operação a serem progressivamente abandonadas e degradadas. Mas, aliás, a melhor prova que o Senhor tem é aquela que aconteceu nos últimos quatro anos. Os cem milhões de passageiros desapareceram porquê? Bom, eu sei que a imigração do país foi muita, mas com franqueza nem eu próprio diria estes números como crítica ao Governo. Não, não resultou da imigração, não resultou do problema do emprego, não resultou de nenhuma alteração demográfica da região, resultou, precisamente, da desestruturação do sistema de transportes e da mobilidade. E se o Senhor Deputado não vê que a entrega de uma concessão privada, orientada por um critério de preço, podem dizer; “bom, mas a operação pode ficar, financeiramente, equilibrada”, veremos se fica, mas no limite uma operação de transporte público que tenha zero passageiros e zero despesas, também é equilibrada, não faz é transporte público de ninguém. Se é esta a solução que o Senhor Deputado defende. Eu não defendo esta solução. O que eu defendo é que uma vez resolvida e encontrada uma posição que permita olhar para a parte operacional, e foi essa a proposta que fizemos ao Governo, encarar com enorme realismo que o serviço público tem custos, e a Câmara Municipal de Lisboa disponibilizou-se de forma responsável para contribuir do seu orçamento para o pagamento desses custos, porque entende que isso gerará um, melhor funcionamento de toda a Cidade de Lisboa. É esse o desígnio, o objetivo que tivemos para a mobilidade da Cidade de Lisboa, que sempre orientou os nossos esforços, que continua a orientar toda a nossa visão para o futuro da mobilidade, mas que infelizmente, o processo de concessão da forma como está feito, vem pôr completamente, por terra.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, achei bastante estranha a sua intervenção. A primeira é a ideia, e eu sei que não pode ignorar, eu sei que sabe, o que é uma ideia neoliberal sobre o que é a propriedade do bem público. A propriedade conta, senão, Senhor Presidente, porque vos maçais tanto com a propriedade da CARRIS e do Metro? Porque pensais sobre a propriedade da TAP? É uma questão de classe, é uma questão de política, é essa a diferença, é essa a diferença fundamental, quem serve e quem é

que é proprietário. Esta ideia neoliberal em si é uma surpresa, é estranho, mas vou vendo, vou aprendendo o que você vai fazendo. -----

----- Outra ideia estranha é a sua intervenção sobre a saúde. Senhor Presidente, saúde não é doença. Se soubesse, ou se estivesse atento, saberia que o município está em primeiro lugar como contributo para a doença, e os serviços de saúde e doença só vão em terceiro lugar. Sabe que a sua água potável, a recolha de lixo a habitabilidade contribui para a saúde mais do que os serviços de doença. Ora, dizer que a Câmara não tem nada a ver é santa ignorância manifesta. Eu sei que sabe. Também sei que sabe que eu sei que não sendo uma competência direta da Câmara, a Câmara não fica só naquilo que é competente, não é “barriga de aluguer” em matérias de organização dos serviços da cidade, você sabe disso. Ainda mais, não desvalorize o seu próprio relatório que tem sete referências a questões de saúde, tem um vereador que se calhar quer falar que tem coisas bonitas, tem técnicos da Câmara que andam a falar do perfil da saúde, em que eu participei pela primeira vez, há trinta anos, participa na rede das cidades saudáveis e diz que não tem nada a ver com a saúde, o Senhor Presidente que está atento e que não concorda, por certo, não sei, se não terá também esta ideia neoliberal própria do PSD e do CDS-PP, da delegação de competências dos municípios da área da saúde, está a par do Decreto, não está? Ou você vai fazer o mesmo que Cascais, e assinar que também aceita ficar com os serviços de saúde? Cuidado, Senhor Presidente. Nestas matérias a proximidade com a direita, às vezes, não é boa. Eu gosto de si, tenho um empenho pessoal, e você sabe porque, não caia na tentação neoliberal. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ferreira de Lemos (CDS-PP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, eu queria apenas fazer dois esclarecimentos muito sintéticos. Em primeiro lugar, para afirmar que não fiz nenhum, não tive nenhuma atitude de desdenho pelas Startup’s, como referiu, apenas solicitei a atenção da Câmara para que avaliasse, monitorizasse, qual o custo desses oitocentos, ou novecentos empregos que diz ter criado em Lisboa. É que isso pode ser desemprego oculto, pode ser subemprego, pode ser o custo exagerado, talvez se desse esse dinheiro por venda, às pessoas, talvez fosse mais útil para os pobres. Portanto, não desdenho as Startup’s, apenas quero saber qual é o custo desses empregos. -----

----- Relativamente aos transportes, o Senhor Presidente referiu os cem milhões de passageiros que abandonaram o sistema público, e eu pergunto se tem a noção que, provavelmente, mais de dez vezes esse número, são os lugares oferecidos e que não são ocupados e, provavelmente, com uma concessão feita por profissionais competentes pode equilibrar a oferta com a procura. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Venho só fazer uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara, se ele tem completa noção de que tudo o que me respondeu àquilo que eu lhe disse, foi passado em período diferente daquele que diz respeito esta comunicação escrita? -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

----- “Senhora Presidente, muito obrigado. -----

----- Eu não sei bem como é que hei de classificar as intervenções dos Senhores Deputados mas não me ocorre melhor ideia do que aquela equipa que já está a perder por 3 a 0 e tenta mesmo no prolongamento ainda tentar marcar o golinho e não marcaram porque esta segunda volta não trouxe rigorosamente nada de novo sobre aquilo que tinham dito, nem acrescenta nada face àquilo que foram as intervenções iniciais! -----

----- O senhor Deputado Municipal Ferreira de Lemos, começo por si, se não tem descem relativamente à política de *Startup's* ainda bem, fico satisfeito com isso, mas recomendo vivamente o seguinte, que vá os visitar, que vá falar com os jovens, mas fica uma ideia mais precisa sobre aquilo que nós estamos a falar. -----

----- Relativamente aos transportes públicos tenho uma divergência de fundo, em primeiro lugar eu reagi à afirmação que o Senhor Deputado Municipal tinha feito na primeira ronda de intervenção, mostrando aliás uma grande ligeireza sobre a história do sistema de transportes públicos, agora o Senhor Deputado não consegue convencer ninguém, ninguém com razoabilidade, é que um sistema de transportes que se chama público, não quer dizer que seja operado diretamente por público, um sistema que se chama público, chama-se sistema de transportes públicos, porquê? Porque contém dentro de si partes que pela natureza da operação não são lucrativas segundo um critério de mercado e se nós olharmos para a cidade de Lisboa fácil é compreender que as necessidades de mobilidade numa cidade como a nossa, que ainda por cima tem a complexidade que o território, que a geografia, que a orografia trouxe à nossa cidade é fácil entender que há múltiplas e sensíveis necessidades na nossa cidade que nunca serão satisfeitas se unicamente, recorrermos a operações de base lucrativa, não serão satisfeitas. -----

----- Assegurar um transporte noturno entre várias áreas da cidade para o centro em grande parte das circunstâncias não será lucrativo, agora, não deve existir esse serviço? Bom, mas há alguém que mora na Ajuda e não há de ter direito a um transporte de qualidade e regular para outro ponto qualquer da cidade? E quem mora no Beato ou quem mora em Marvila? Havemos de estar todos confinados ao eixo que vai do Campo Grande até ali ao Terreiro do Paço e esse é que é o eixo que fica bem servido e o resto, bem, desculpem lá, vamos deixando assim a ver como é que corre? Não, é que isto depois tem uma tradução prática e como é que tem uma tradução prática? É que quando nós falamos dos 100 milhões de passageiros perdidos em quatro anos nós estamos a falar de pessoas concretas, nós estamos a falar de habitantes concretos da cidade que deixaram de utilizar os transportes, deixaram de utilizar o transporte e das duas uma, ou houve diminuição da mobilidade, que é um fator da maior gravidade, isto é, pessoas que deixaram e que alteraram o seu padrão de



vida porque pura a simplesmente não têm meio de transporte ou então, menos porque sabemos que também houve decréscimo na circulação, passaram a utilizar o transporte individual!-----

----- Isto é precisamente o oposto do que se quer! E o Senhor Deputado Municipal quer convencer, aliás repetindo aquilo que o Governo quer convencer, é que uma concessão que está feita sobre um critério de preço em que o preço é o mais baixo se vai traduzir rapidamente numa recuperação de linhas e de vias e de mobilidade naquelas em particular que não são rentáveis e lucrativas! Oh Senhor Deputado, isso não existe, não existe! Mais vale o Senhor Deputado assumir “Olhe, eu sou contra a existência de transportes públicos, deve andar tudo de carro!”, pronto, está bem, é a sua posição, mas é coerente! Agora não é coerente é dizer que o atual modelo vai promover o desenvolvimento de um sistema de transportes públicos, porque não, não vai! Vai unicamente contribuir para que ele diminua, para que ele perca a sua eficácia, isso é absolutamente inequívoco!-----

----- Dizem os Senhores Deputados Municipais, “Bom, mas aqui deixará de haver custos do ponto de vista do serviço público.”. No limite até pode deixar de haver, mas é que deixa de haver serviço público. O que eu estou a dizer é “senhores Deputados, então levem ao limite o raciocínio, se fecharem no limite as empresas, zero passageiros, zero trabalhadores, zero investimentos, zero custos!”, pronto, é esta a solução que defendem? O que nós propusemos e defendemos é uma definição muito clara e ampla de melhoria dos níveis de serviço público!-----

----- Senhores Deputados Municipais, neste momento nós temos uma rede de Metro que está a funcionar com intervalos de sete ou oito minutos entre composições, isto não é um sistema de Metro em nenhum sítio! Não cumpre a sua função enquanto sistema de Metro, nós temos vias, nós temos tempos do ponto de vista da circulação de autocarros em que não temos uma data de horários porque foram suprimidos, uma quantidade enorme de carreiras que foram suprimidas e que afeta a vida de centenas e de milhões de pessoas na cidade durante o ano! Bom, quer dizer, se nos rendemos a isto, se achamos que isto é normal, se achamos que isto deve ser perpetuado? É que nós achamos que não e mais, fizemos a proposta mais séria possível, foi dizer, identifique-se o custo do serviço público, porque tem custo, negar que o serviço público tem um custo que deve ser pago é o início do equívoco! O serviço público tem custo, porque há partes que são rentáveis, há uma parte da rentabilidade que pode apoiar o pagamento de uma parte que é rentável, é verdade mas não chega, há um custo que tem que ser socialmente pago, para termos serviço público o que nós dissemos é assuma-se esse custo e arranje-se uma fonte de financiamento estável, consistente, idónea que permita que as empresas não entrem em desequilíbrio!-----

----- Senhor Deputado, a proposta que a Câmara de Lisboa fez foi simplesmente uma proposta semelhante a que qualquer país civilizado tem!-----

----- Nós não temos sistemas de transportes públicos condenados a terem buracos financeiros. Eles só têm buracos financeiros se as responsabilidades de serviço público e de investimento não forem devidamente supridas, se cairmos todos na ilusão que vamos ter serviços de transportes públicos autossustentáveis e autofinanciados e a

darem lucros, não só para a parte não lucrativa mas também para o investimento. Senhor Deputado Municipal, isso é uma miragem e sobre miragens não se pode construir nenhuma política.-----

----- Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos, permita-me que lhe diga, com uma enorme simpatia, que a sua intervenção é uma verdadeira delícia, mas eu tenho que mostrar a minha incapacidade. Eu procuro estar atualizado sobre as várias doutrinas e sobre as várias ideologias, mas com franqueza eu sou absolutamente incapaz de discutir a ideologia de classe a partir do dono de obra do Pavilhão Carlos Lopes. Não consigo ver aqui uma manifestação do liberalismo selvagem a caminho da privatização e de um símbolo de uma política da Câmara e de um Executivo Socialista igual ao da direita, com um Presidente novo que afinal é igual ao outro e que afinal faz a mesma política. -----

----- Tirar esta conclusão toda, Senhor Deputado Municipal, até podia tirar de muitas maneiras. Aliás, o Senhor Deputado Municipal tira de qualquer maneira, não interessa qual seja o motivo tira sempre a mesma conclusão. Agora, arranje outro tema, porque a propósito da recuperação e do dono de obra do Pavilhão Carlos Lopes, que ainda por cima há uma associação particular, privada sim senhor, em que há agentes privados, mas cuja Presidência é da CML, com franqueza eu não consigo fazer o seu exercício e confesso-lhe que sou muito sensível a toda argumentação das diferenças ideológicas. Podemos ter muitas, teremos muitas certamente, espero aliás que tenhamos muitas porque se não significa que o Senhor Deputado Municipal estará no partido errado, mas aqui parece-me um bocadinho esticado de mais para a minha capacidade de compreensão. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados, creio que agora, sim, terminámos este período da ordem de trabalhos, não há qualquer votação a fazer, é apenas e só apreciar a informação escrita do Presidente da Câmara, e pronunciamo-nos sobre ela.-----

----- Há aqui dois pontos da ordem de trabalhos que são bastante simples e que eu julgo que devíamos despachar ainda, hoje, O primeiro tem a ver com a revogação do

Plano de Urbanização do Vale de Chelas que foi aprovado por unanimidade na Câmara, tem um parecer também aprovado por unanimidade na 3ª Comissão, e pergunto à Câmara se quer apresentar a proposta? A Câmara dispensa a apresentação, mas o Senhor Deputado Vítor Gonçalves vai apresentar o parecer da 3ª Comissão. -----

----- Desde já informo que o ponto quatro fica adiado para a continuação desta sessão ordinária uma vez que, ainda, não tem parecer. E o ponto seguinte que eu gostaria de votar, ainda hoje, é uma simples repartição de encargos que gostaria de ver resolvida, ainda, hoje. Portanto, peço que não abandonem a sala para não perdermos o quórum.”- -----

**PONTO 2 – PROPOSTA Nº 260/CM/2015 – APROVAR A PROPOSTA DE RENOVACÃO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO VALE DE CHELAS, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NNO Nº 1 DO ARTIGO 50º DA NOVA LEI DE BASES GERAIS DA POLÍTICA PÚBLICA DE SOLOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DE URBANISMO APROVADA PELA LEI Nº 31/2014 DE 30 DE MAIO, COM A CONSEQUENTE APLICABILIDADE DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL EM VIGOR; (GRELHA BASE – 34 MINUTOS);** -----

----- (anexada à presente ata como **Anexo XVIII**, e dela faz parte integrante); -----

----- (O **Parecer** da 3ª Comissão, Comissão Permanente de Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana, Habitação e Desenvolvimento Local fica anexado à presente Ata como **Anexo XIX**, e dela faz parte integrante). -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD)**, na qualidade de relator do parecer da 3ª Comissão, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Esta proposta é relativamente simples, refere-se à revogação do Plano de Urbanização de Vale de Chelas. -----

----- Foi um plano que foi feito em 1998, e que abrange uma área de 104 hectares da zona oriental da Cidade de Lisboa, e manifestou-se completamente incapaz de resolver os problemas que inicialmente tinham sido previstos, que deveria resolver. ----

----- Passados dezassete anos, chegou-se à conclusão que este plano não servia aquilo que a Câmara desejava que servisse, ou seja, melhorar o tecido urbano, melhorar a sua relação com o resto da cidade, melhorar a acessibilidade, melhorar a oferta de habitação, um conjunto de referências que não foram, minimamente, cumpridas. -----

----- Assim, pede-se a sua revogação e o regresso ao Plano Diretor Municipal ao último, de 2012. É isto que a 3ª Comissão provou por unanimidade, e isto foi feito depois de uma monitorização feita pelos serviços da Câmara, rigorosa, referindo o que foi feito, e o que não foi feito durante este longo período. E o que foi feito foi muito pouco em relação àquilo que estava previsto que fosse. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Xambre (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “A revogação do Plano do Vale de Chelas é uma boa notícia para a Freguesia do Beato, para a área do Vale de Chelas e estou convicto para as Freguesias da Penha de França e de Marvila com a devida autorização dos Senhores Presidentes.-----

----- Esta revogação do Plano de Vale de Chelas é uma medida pedida pela Junta de Freguesia do Beato há muitos anos, e conjugada com a ARU do Vale de Chelas recentemente aprovada, que o Plano do Casal do Pinto que espero que rapidamente, também possa ser aprovado, vai também permitir um melhor trabalho municipal no eixo da Gualdim Pais, também na Estrada de Chelas, nas vilas operárias que necessitam de renovação urbana de mais e melhor espaço público, de uma definição clara de usos de espaços com planeamento, com visão integral e com planeamento estratégico não só de médio e longo prazo, mas também de curto prazo atendendo à falta de investimento que houve nos últimos anos. -----

----- Uma nota final que eu diria que é quase uma reflexão para todos que é a consciência que todos devemos ter do dano daquilo que foi o estrangular causado a uma área quando existem planos em vigor que não são realistas, que não são fáceis de ser aplicados e condicionam a ação e decisão dos agentes autárquicos, e só para dar aqui um exemplo, o facto do plano 98 prever que o campo do Clube Vitória de Lisboa ia ser, também, deslocalizado em cerca de 400 metros daquilo que era o local que atualmente, está, fez com que a colocação do relvado sintético se atrasasse duramente vários anos pois, é evidente que ninguém quer investir naquilo que vai mudar. -----

----- Esta é uma proposta que vai dar futuro a esta área, é uma excelente proposta para esta área, e como tal, merece a concordância do Partido Socialista. -----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Plano de Urbanização do Vale de Chelas (PUVC) foi inicialmente aprovado pela CML em 1982. Mas, em vinte e quatro de Julho de 1997, o Plano seria reformulado para se enquadrar no PDM e no Plano Especial de Realojamento. -----

----- As características principais da atualização deste Plano residiam na definição de traçados das infraestruturas viárias definidas pelo PDM e na definição de linhas orientadoras de outros Planos de Pormenor ou de Projetos de Loteamento, necessários à implantação de fogos habitacionais e respetivos equipamentos no âmbito do PER. Em 2001, o Plano de Urbanização da Zona Ribeirinha Oriental acabaria por integrar o Plano do Vale de Chelas, mantendo os mesmos usos para os mesmos locais, mas implicando já a demolição de imóveis de reconhecido valor patrimonial. -----

----- Decorridos porém 18 anos, perante a inexistência de um acompanhamento sistemático do PUVC e já com o novo PDM de Lisboa em vigor, emergiu o desígnio de se elaborar um relatório que aferisse, através da monitorização do território em causa, a adequação do papel desempenhado por aquele instrumento para alcançar os objetivos a que inicialmente se propunha. Perante a sua evidente imutabilidade e por há muito se vir reclamando uma revisão das estratégias de política urbanística anteriormente traçadas, procurou-se também determinar se, no presente, esses objetivos iniciais continuavam a ser pertinentes para responder aos desafios que aquele território hoje apresenta. -----

----- Concluiu-se que o PUVC, enquanto instrumento vinculativo, não foi capaz de ultrapassar as alterações que foram sendo introduzidas ao seu cenário de base, pois,

decorrida mais de uma década, não se verificaram desenvolvimentos urbanísticos significativos. Esta ausência acabaria por contribuir para a estagnação urbana daquele território e para a ideia da revogação da versão do Plano de 1997. -----

----- Verificou-se, portanto, ter havido alterações relevantes no contexto de base à implementação do Plano, incluindo possíveis novos eixos rodoviários, afigurando-se, por isso, oportuno ponderar a sua revogação. O recurso a esta revogação resulta, assim, do reconhecimento que o modelo constante do PUVC necessitava de ser conciliado com as novas estratégias gizadas para a cidade, assentes em novas políticas de mobilidade, no correto dimensionamento dos espaços públicos e pela adequada dotação dos equipamentos necessários.-----

----- Assim, como para a área em questão continuam aplicáveis as disposições do PDM, não é de excluir esta possibilidade de revogação, caso se passe a aplicar as disposições constantes na Planta de Ordenamento do PDM e respectivo regulamento.--

----- Por isso, o Grupo Municipal de “Os Verdes” defende que um conhecimento fundamentado da realidade urbana deste território impõe uma nova reflexão sobre o futuro do Vale de Chelas: que usos queremos para este Vale e se uma construção intensiva continua a constituir uma visão urbanística ponderada e sustentada para a gestão do território.-----

----- Desta forma, o Plano de Urbanização do Vale de Chelas deixou realmente de se ajustar e adaptar às necessidades de desenvolvimento urbanístico desta área da cidade de Lisboa, sendo que a sua revogação vem dar razão aos argumentos anteriormente apresentados. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Esta situação da revogação do Plano de Urbanização do Vale de Chelas, aliás, foi também referido pelo Deputado Hugo Xambre, chamo a atenção para um problema que é importante e que todos temos de refletir e que é como é que se faz planeamento na Cidade de Lisboa? Como é que se fazem os Planos de Urbanização? Como é que se fazem os Planos de Pormenor? Como é que se fazem as Unidades de Execução? Até que ponto é que estas situações se desenvolvem, não no interesse global de toda a área que englobam mas muitas vezes nas parcelas que é preciso desenvolver no momento e criar uma solução para uma pequena parcela, para que depois o resto ficar tudo esquecido.-----

----- Eu penso que o que se passou neste Plano de Urbanização vai-se passar com certeza, no Plano de Urbanização de Alcântara e com certeza, irá passar-se noutros Planos de Urbanização. Eu recorro, por exemplo, que o Plano de Urbanização de Alcântara tem seis anos. De certeza que nem um vigésimo daquilo que é o que o Plano refere será cumprido. Portanto, é esta referência que é preciso que nós tenhamos este sentido de responsabilidade em termos de urbanização, o que é que é preciso fazer? E não ter mais “olhos que barriga”, ou então, tentando resolver um problema chamando a tenção para outro muito mais vasto que nunca se pensou em resolver. É

isto que é importante referir e que penso que deveríamos preocuparmo-nos com isso. O planeamento é uma coisa demasiado séria para ser resolvido destas formas.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “A Mesa não regista mais pedidos de palavra para este ponto, e portanto, vamos pôr à votação a **Proposta nº 260/CM/2015**, aprovar a revogação do Plano do Vale de Chelas.-----

----- Vamos pôr à votação esta proposta. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND. A **Proposta nº 260/CM/2015** foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- **PONTO 3 – APRECIACÃO DO PONTO Nº 2 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 308/CM/2015 – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA EMPRESA ENVAC RELATIVO A SERVIÇOS DE EXPLORAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA AUTOMÁTICO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DO PARQUE DAS NAÇÕES, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA b) DO Nº 1, CONJUGADO COM O Nº 6 DA LEI Nº 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO; (GRELHA BASE – 34 MINUTOS);**-----

----- (anexada à presente ata como **Anexo XX**, e dela faz parte integrante);-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sofia Cordeiro (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Estamos perante uma proposta simples de repartição de encargos e de assunção de compromissos plurianuais, relativa ao sistema pneumático de resíduos sólidos do Parque das Nações.-----

----- Temos tido, aqui, na Assembleia municipal várias questões sobre os problemas que têm sido sentidos na Freguesia do Parque das Nações. É importante dizer que no âmbito desta prestação de serviços que é uma prestação de serviços fundamental para os munícipes do Parque das Nações, e que dá seguimento, de facto, à exploração, operação e manutenção deste sistema. Este é um sistema que é, para além de ser do ponto de vista da qualidade de vida dos munícipes daquela zona, é um sistema bastante inovador, é um sistema que permite a recolha dos resíduos de uma forma que em mais sítio nenhum da cidade se pode fazer e nessa medida, também, tem características únicas e que obrigam a uma recolha que não pode ser feita de outra forma que não por uma empresa especializada.-----

----- É importante dizer que na discussão que temos aqui sobre a Freguesia do Parque das Nações, a Câmara Municipal tem tido uma intervenção importantíssima na assunção daquilo que são as responsabilidades em tudo o que são as competências que lhe foram transferidas, daquilo que eram os serviços prestados pela Parque Expo, e nessa medida, tudo o que é esta atuação, nomeadamente, na resolução dos problemas, nomeadamente na manutenção de todos estes contratos, é neste momento, uma prioridade para que na Freguesia do Parque das Nações, todos os problemas que estavam a ser sentidos, possam ser minorados e com o tempo possam entrar no normal

funcionamento. E esta é apenas uma dessas questões que está neste momento, a ser resolvida. -----

----- Já disse que esta é uma proposta simples de repartição de encargos e de assunção de compromissos plurianuais, trata-se de uma repartição para os anos económicos de 2015-2017, e como já disse, também, este é um assunto fundamental que para aquela freguesia, dá continuidade àquilo que tem sido feito desde que a Parque Expo iniciou este serviço, na altura Expo 98.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Moreno (PNPN)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Como disse aqui a nossa ilustre Deputada que me antecedeu, uma proposta simples mas fundamental para o Parque das Nações. -----

----- Nós como foi dito, temos de facto, um sistema inovador, um sistema único no país de recolha de resíduos sólidos e é preciso mantê-lo, devemos mantê-lo para o bem daquele pedaço de cidade e para o bem da própria cidade. -----

----- Esta proposta visa, justamente, dar corpo à contratação por mais três anos, da exploração desse serviço à empresa que o tem feito até aqui, e que de facto, é importante que esta Assembleia viabiliza esta proposta hoje, uma vez que se trata de matéria que para além de importante é de uma enorme urgência para a nossa freguesia, e se não se viabilizar rapidamente, esta proposta se não fizermos a contratação chega a uma altura em que deixa de ser prestado este serviço com um prejuízo enorme quer para a Freguesia, para o Parque das Nações, quer para a cidade com alternativa que, obviamente, não são as desejáveis para aquela zona da cidade, que foi concebida de uma determinada forma, no que diz respeito, nomeadamente, também, à recolha dos seus resíduos. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Senhores Deputados, estão apresentadas as posições, e estamos capazes de apreciar. Estamos apenas a tratar do ponto 2 da parte deliberativa da **Proposta n.º 308/CM/2015**, é esse que está à nossa apreciação, e vou pô-lo à votação. Não há votos contra, abstenções do PSD, BE e CDS-PP, votos a favor do PS, PCP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND. A **Proposta n.º 308/CM/2015** foi **aprovada por maioria**. -----

----- Cá estaremos para a semana, não se esqueçam, às três horas, petições, às quatro horas, Debate Temático, e quando acabar o Debate Temático temos, ainda, algumas deliberações a tomar. -----

----- Muito obrigada, Senhores Deputados. -----

----- A sessão terminou, eram dezanove horas e vinte e cinco minutos. -----

----- Eu \_\_\_\_\_, Técnica Superior, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014. -----

-----A PRESIDENTE -----